

# Anuário Brasileiro de Segurança Pública



2014 a 2017

Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Ficha Institucional

### Conselho de Administração

Cássio Thyone A. de Rosa – Presidente

### Conselheiros

Elizabeth Leeds – Presidente de Honra

Arthur Trindade Maranhão Costa

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Elisandro Lotin de Souza

Jésus Trindade Barreto Jr.

Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Paulo C. Pinheiro Sette Câmara

Roberto Maurício Genofre

Yolanda Salles D. Catão

### Conselho Fiscal

Edson M. L. S. Ramos

Sérgio Roberto de Abreu

Silvia Ramos de Souza

### Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

### Diretora Executiva

Samira Bueno

### Equipe Técnica

David Marques

Marina Pinheiro

Roberta Astolfi

Dennis Pacheco (estagiário)

Eduardo Truglio (estagiário)

### Equipe Administrativa

Débora Lopes

Elaine Rosa

Sueli Bueno

### Colaboradoras

Cristina Neme

Isabela Sobral

## Ficha Institucional

### Coordenação

Renato Sérgio de Lima

Samira Bueno

### Equipe Técnica

Cristina Neme

David Marques

Dennis Pacheco

Isabela Sobral

Roberta Astolfi

### Projeto gráfico e diagramação

Eduardo Truglio

## Apoio



**OPEN SOCIETY**  
FOUNDATIONS



**FORD**  
FOUNDATION

Mapa das facções prisionais no Brasil	<b>5</b>
Segurança Pública no Acre	<b>9</b>
Segurança Pública em Alagoas	<b>14</b>
Segurança Pública no Amapá	<b>19</b>
Segurança Pública no Amazonas	<b>24</b>
Segurança Pública na Bahia	<b>29</b>
Segurança Pública no Ceará	<b>34</b>
Segurança Pública no Distrito Federal	<b>39</b>
Segurança Pública no Espírito Santo	<b>44</b>
Segurança Pública em Goiás	<b>49</b>
Segurança Pública no Maranhão	<b>54</b>
Segurança Pública no Mato Grosso	<b>60</b>
Segurança Pública no Mato Grosso do Sul	<b>65</b>
Segurança Pública em Minas Gerais	<b>70</b>
Segurança Pública no Pará	<b>75</b>
Segurança Pública na Paraíba	<b>80</b>
Segurança Pública no Paraná	<b>85</b>
Segurança Pública em Pernambuco	<b>90</b>
Segurança Pública no Piauí	<b>95</b>
Segurança Pública no Rio de Janeiro	<b>100</b>
Segurança Pública no Rio Grande do Norte	<b>105</b>
Segurança Pública no Rio Grande do Sul	<b>110</b>
Segurança Pública em Rondônia	<b>115</b>
Segurança Pública em Roraima	<b>120</b>
Segurança Pública em Santa Catarina	<b>125</b>
Segurança Pública em São Paulo	<b>130</b>
Segurança Pública em Sergipe	<b>135</b>
Segurança Pública em Tocantins	<b>140</b>

# Mapa das Facções Prisionais no Brasil



ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Tecendo redes criminais: as políticas de encarceramento e a nacionalização das facções prisionais

Na segunda metade da década de 2000 um fenômeno “silencioso” – muitas vezes, silenciado – foi conformando o cenário de uma grave crise social e política cujos efeitos só seriam expressos de maneira mais concreta anos depois: a expansão das chamadas “facções prisionais” para além dos seus tradicionais redutos, Rio de Janeiro e São Paulo.

O número absoluto de presos, as taxas de encarceramento, o número de estabelecimentos prisionais e também o déficit de vagas não deixaram de crescer. O aumento do encarceramento e da rede de instituições carcerárias em todo o Brasil era puxada pelo “exemplo” paulista, a locomotiva carcerária do país.

Além da expansão física do sistema carcerário tradicional, o bom momento econômico e político do país, paradoxalmente, deu condições para que um antiga reivindicação dos estados fosse atendida pelo Governo Federal: a criação do Sistema Penitenciário Federal (SPF) que em 2006 inaugurava, assim, uma “nova política prisional” capitaneada pela União. Inspiradas nas *supermax* norte-americanas, as unidades prisionais do SPF são caracterizadas pelo regime disciplinar rigoroso no qual o custodiado permanece em “solitárias” durante 22 horas por dia, sem possibilidade de utilização de rádio, TV e nenhum outro equipamento elétrico. Os destinatários desta “nova e moderna” política prisional seriam os presos “perigosos”, especialmente aqueles que eram apontados pelas administrações estaduais como “lideranças” de organizações criminosas.

O policiamento militarizado e focado nos confrontos em detrimento de investigação e inteligência, a opção por priorizar gastos com a compra de viaturas e armas em detrimento de investimento em treinamento e tecnologias e meios que permitissem aumentar o esclarecimento de crimes foram opções cruciais para que as polícias continuassem enxugando gelo com as prisões em flagrante, ao mesmo tempo que mantinham o padrão historicamente violento de

atuação, com altas taxas de letalidade – e também de vitimização policial –, e muitas denúncias de arbitrariedades, torturas, espancamentos, corrupção etc.

A questão é que, a despeito dos avanços em quase todos os indicadores socioeconômicos na segunda metade da década, as opções políticas no campo da segurança pública insistiam em formatar o cenário institucional propício para a nacionalização das redes criminais-prisionais que já eram bem conhecidas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Neste cenário institucional, não é difícil compreender como ocorreu o processo de “faccionalização” do país. Considerando a forma de atuação desses grupos, podemos identificar ao menos quatro movimentos: 1. um projeto de expansão do PCC através da rede carcerária com a criação de “Sintonias” vinculadas organicamente à estrutura paulista; 2. migração de indivíduos foragidos e vinculados ao CV ou ao PCC e, em geral, envolvidos em roubos a instituições financeiras; 3. o surgimento de grupos locais, em quase todos os estados, em aliança (ex: GDE-CE, Bonde dos 13-AC, Estados Unidos-PB, Bonde dos Malucos-BA), ou em oposição (ex: FDN-AM, PGC-SC, Okaida-PB, Sindicato do Crime-RN) ao PCC; 4. a expansão do CV através da abertura de franquias em outros estados e da coligação com grupos locais.

O crescimento do mercado consumidor de maconha, cocaína e crack em todas as regiões brasileiras, nas grandes, médias e pequenas cidades permitiu a costura das redes carcerárias às malhas urbanas em todo o país. A porta giratória da prisão, girando freneticamente, foi tecendo essa rede e conectando esses indivíduos, produzindo vínculos, identificações, alianças. Mas, também, competição, rupturas, conflitos, violência e mortes.

Os efeitos do espalhamento dos grupos do Sudeste Brasil afora não foram homogêneos. Evidentemente, cada região, estado, município

apresenta um cenário – social, econômico, político, cultural – muito particular. A interação do *modus operandi* das facções com o cenário local produziu configurações distintas. Dentre os efeitos mais importantes deste processo e que está diretamente relacionado a esta integração destaca-se a violência letal, expressa através das taxas de homicídios – inclusive, homicídios de policiais. Apesar da grande diversidade nacional e de configurações locais muito específicas, nota-se que as taxas de homicídios são maiores e em tendência de crescimento nos locais em que há maior fragmentação e, especialmente, onde essa fragmentação está referida a grupos que se opõem entre si.

Ao mesmo tempo que a organização do mercado de drogas a partir do domínio do sistema penitenciário permitiu ao PCC lucrar com a diminuição dos conflitos e dos homicídios no mundo do crime paulista, a chegada do grupo no mercado de outros estados produziu enorme instabilidade dentro e fora dos presídios, promovendo alianças e rivalidades violentas, tendo um reflexo no aumento das taxas de homicídios, como ocorreu principalmente nos estados do Norte e do Nordeste, como Amazonas, Roraima, Acre, Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe e Paraíba, para citar alguns.

Neste sentido, vale ressaltar a limitação de políticas de segurança pública que não apresentam uma perspectiva que integre ações de repressão qualificada (com inteligência e investigação) com ações (de curto, médio e longo prazos) de prevenção, construídas com a oferta de serviços públicos de qualidade (saneamento básico, saúde, educação etc.) e focadas nos segmentos da população mais vulneráveis à violência das facções, da polícia e do sistema carcerário: os jovens, pobres e negros. Nestes últimos anos, a aposta na guerra cotidiana contra o crime – mirando em grupos e territórios específicos – fortaleceu o apelo do discurso desses grupos criminosos que se articularam a partir dos presídios para bater de frente com o sistema.

Enquanto as opções políticas estiverem lastreadas no tripé repressão/punição/exclusão, cujas supostas soluções “simples e imediatas” encontram apoio popular e favorecem os discursos

populistas de indivíduos que não têm qualquer compromisso com a redução da violência da sociedade; enquanto não conseguirmos recuperar nossa memória histórica e delinear o quanto a violência de estado contra os pobres e negros marcou a nossa trajetória como “Nação”; enquanto não formos capazes de perceber que os apelos por mais repressão e punição só beneficiam aqueles que angariam dividendos políticos-eleitorais com bravatas desconectadas de quaisquer evidências em experiências, dados ou políticas públicas; enfim, enquanto não conseguirmos transformar o nosso modelo de política de segurança cujos pilares são a guerra às drogas, a polícia militar e a prisão, permaneceremos presos neste labirinto esquizofrênico em que a ânsia da população por uma sociedade pacificada tem como respostas ações que aumentam a violência letal e aprofundam o nosso histórico fosso socioeconômico, a exclusão e a vulnerabilidade da democracia brasileira. A construção de um modelo de política pública deve estar assentado nos pilares legais, na prevenção e na inteligência. Do contrário, continuaremos fadados ao retrocesso civilizatório e à fragilização da política e das instituições.

## **Camila Nunes Dias**

Professora da UFABC, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP) e associada ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública

## **Bruno Paes Manso**

Jornalista e pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP).

Ambos são autores do livro “A guerra – ascensão do PCC e o novo mundo do crime no Brasil”, Ed. Todavia, 2018.



# Segurança Pública

no

# Acre



## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ):** 0,358 - 18º estado com maior índice no país

**População:** 829.619 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 769,00 - 23º entre os estados

**IDH:** 0,663 - 21º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 17º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA



## A Violência no Acre

A violência e a criminalidade estão em pauta na sociedade brasileira e vêm ganhando centralidade nas diversas áreas do conhecimento voltadas para o estudo sobre o comportamento humano e as conexões causais que constituem o problema.

A compreensão do fenômeno delitivo está condicionada a uma avaliação com perspectiva mais sociológica e com caráter analítico/explicativo sobre os fatores constituintes do crime e da dinâmica do seu desenvolvimento, assim como sobre as políticas públicas voltadas para a regulação social e restabelecimento da ordem. No momento, o que se percebe é um processo de naturalização do fenômeno da violência, que vem se enraizando na sociedade devido à desorientação normativa e valorativa.

No que tange especificamente ao Estado do Acre, a violência adquiriu outros contornos considerando o que vem ocorrendo nos últimos quatro anos. Há até pouco tempo, as ações de segurança pública concentravam-se na prevenção e repressão de delitos que apresentavam incidência com níveis toleráveis do ponto de vista analítico-criminal e social.

Ocorre que nos últimos anos houve uma explosão nos registros de crimes violentos, com variações expressivas e sem precedentes. Tal fenômeno fez emergir manifestações dos vários segmentos sociais e políticos com o objetivo de identificar os fatores causais e, a partir dos parâmetros encontrados nas publicações oficiais de nível nacional, poder dimensionar o problema e, conseqüentemente, desenvolver planos operativos estratégicos.

No tocante a este assunto, torna-se necessário trazer ao conhecimento alguns indicadores correlatos que, em regra, são utilizados para aferir os níveis de violência de um território.

A este respeito, destaca-se, no Estado do Acre, a evolução contínua da taxa de vítimas de homicídios dolosos por grupo de 100 mil habitantes.

Verifica-se que as taxas registradas em 2014 e 2015, de 24,7 e 27,5, respectivamente, ainda que abaixo da taxa nacional, não afetaram positivamente o sentimento de segurança da sociedade acreana. Já em 2016, a taxa de homicídios dolosos apresentou um aumento de 58% em relação ao ano anterior, resultando em uma taxa de 43,3. Como se já não bastasse, em 2017, o crescimento de assassinatos não cessou e o Estado registrou a maior taxa de homicídios de sua história, sendo contabilizadas 502 vítimas, o que representou uma taxa de 60,5 e posicionou o Acre dentre os Estados com as piores taxas do Brasil.

Mesmo que hipoteticamente, qual seria a explicação para tal fenômeno? A partir de 2015 o Acre começou a registrar ações violentas orquestradas por Organizações Criminosas (ORCRIMs) instaladas no Estado. Em um primeiro momento, as ações criminosas se desenvolviam a partir de ataques contra o patrimônio público e privado, praticados como retaliação às ações preventivas e repressivas desenvolvidas pelo Sistema de Segurança Pública do Estado. Poucas eram as mortes decorrentes de conflitos inter, entre e contra ORCRIMs.

Entretanto, a partir de 2016, o interesse das ORCRIMs no domínio das rotas do tráfico de drogas, assim como do mercado de consumo de drogas no Estado, fez explodir uma guerra entre as facções, fato este que refletiu, consideravelmente, no inflacionamento dos números de assassinatos, roubos e, conseqüentemente, da população carcerária. Para que se tenha uma ideia, o número de roubos no estado aumentou 85% nos últimos cinco anos (2013/2017)<sup>1</sup>. Entre 2014 e 2016, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a taxa de aprisionamento cresceu 20,7%, chegando a 1056 por 100 mil habitantes maiores de 18 anos, e 1,7 presos por vaga. Em 2017 a população carcerária seguiu crescendo, de modo que a taxa de ocupação prisional no chegou a 209%, ou seja, uma razão de 2,1 presos por vaga.<sup>2</sup>

Percebe-se ainda, um envolvimento cada vez maior de jovens nas práticas criminosas em comento, sejam eles vítimas ou autores.

Diante deste preocupante cenário, cabe a todas as esferas do poder público, envolvidas direta e indiretamente com o desenvolvimento e execução das políticas públicas de segurança pública, reavaliarem os modelos operativos e readequá-los no sentido de reestabelecer os níveis razoáveis da criminalidade. Para tanto, torna-se condicionante para o sucesso das futuras ações avançar na produção de conhecimento situacional a respeito dos fatores causais que constituem a problemática em discurso. Temas como Crime Organizado, Fronteira e Sistema Prisional, em especial no que tange ao modelo de execução penal, devem ser priorizados no Plano Estadual de Segurança Pública.

Por fim, nota-se que uma importante etapa de um modelo de política pública de Segurança Pública resolutivo já está incorporada no briefing dessa jornada, a saber, a INTEGRAÇÃO.

---

<sup>1</sup> *Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP/SESP/AC).*

<sup>2</sup> *Instituto de Administração Penitenciária do Acre (IAPEN/AC).*

## **Aldo Colombo Júnior**

Bacharel em Direito, Especialista em Criminologia, Política Criminal e Segurança Pública, Especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos. 3º SGT da Polícia Militar do Acre. Atualmente Coordenador do Observatório de Análise Criminal do Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Acre.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



**530** pessoas foram vítimas de MVI em 2017, com uma taxa de **63,9** por 100 mil habitantes

2° estado **mais violento** do país

Alta de **147,4%** em relação a 2014

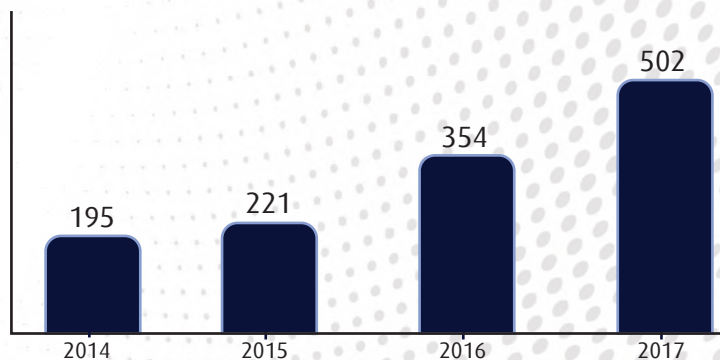


## HOMICÍDIOS DOLOSOS



**502** pessoas foram assassinadas em 2017

Alta de **145%** em comparação com 2014



## LATROCÍNIO

**27** pessoas foram vítimas em 2017



A taxa de latrocínio **creceu 267%** entre 2014 e 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **1** vítima no ano de 2017

Redução de **52,4%** de 2014 para 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**2** policiais foram assassinados em 2017

Redução de **33%** de 2015 a 2017



**0%** em serviço

**100%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**38** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**75** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017



Crescimento de **1.709%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**34** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **13** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **28,8**

Entre pessoas negras **46,9**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018. IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**2.202** veículos furtados ou roubados em 2017



Aumento de **687%** no período.



Os dados de roubos de cargas não foram informados pelo estado



## SISTEMA PRISIONAL



**5.364** presos em 2016

**↑** Crescimento de **20,7%** de 2014 a 2016

**1,7 detento** para cada **1 vaga**

**37%** de todos os detentos são provisórios

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 617,00** gasto per capita em 2017

**512 Milhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



Redução de **7,1%** entre 2014 e 2017



## VIOLÊNCIA SEXUAL



**210** pessoas foram vítimas de estupro em 2017



Redução de **58,2%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**33** notificações de desaparecimento em 2017



Redução de **91,2%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **726** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**710** armas apreendidas no último ano



Aumento de **26,4%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública em Alagoas



## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ):** 0,489 - Estado com maior índice no país

**População:** 3.375.823 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 658,00 - 26° entre os estados

**IDH:** 0,631 - 27° lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 1° lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## A insustentabilidade da política da “guerra ao crime”

Os dados trazidos nessa edição especial do Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre as mortes violentas intencionais em Alagoas, relativos aos anos de 2014 a 2017, registram uma oscilação nas taxas dessa modalidade criminosa. Em 2014, a taxa por cem mil habitantes de mortes violentas intencionais foi de 66,3, em 2015 de 54,1, em 2016 de 55,9 e já em 2017 de 56,9, observando-se redução em 14,1% no período.

Observando essa situação na série histórica mais longa do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS), podemos perceber três períodos bem distintos:

No primeiro período, compreendido entre os anos de 1980 a 1999, as taxas de mortes violentas intencionais em Alagoas acompanharam bem de perto as taxas nacionais, oscilando levemente acima da média na maior parte dos anos, mas sempre muito próximas aos indicadores nacionais.

No segundo período, caracterizado por um acelerado e contínuo crescimento das mortes violentas intencionais entre 1999 a 2011, Alagoas passa ser a unidade federada que apresenta a maior taxa de mortes violentas intencionais, com ápice em 2011, ano que o estado registrou a taxa de 71,9.

O terceiro período, de 2012 a 2017, distingue-se por oscilações nas taxas de mortes violentas intencionais que ora decrescem, ora crescem, contudo, permanecendo o estado em patamares de violação do direito humano à vida inadmissíveis, superiores às taxas nacionais e de países que passaram por conflitos bélicos recentes.

Nos dados coligidos no Anuário sobre Alagoas, destacamos ainda o crescimento alarmante de 158,6% na taxa de estupros (passando de 17 por 100 mil habitantes em 2014 para 44 em 2017), observando-se que, em números absolutos, saltaram de 565 casos em 2014 para 1.485 em 2017. No mesmo sentido, chamam à aten-

ção as mortes decorrentes de intervenções policiais, que quase dobraram no período, saltando de 77 mortes em 2014 para 141 em 2017.

Outro dado preocupante apresentado no Anuário foi o crescimento expressivo do número de pessoas desaparecidas em Alagoas: foram 281 registros em 2014, 304 em 2015, 363 em 2016 e 427 em 2017. Esse número reflete uma realidade nacional apresentada de forma inédita na 11ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, assinalando que entre 2007 e 2016 foram registrados 694.007 casos de desaparecimento no Brasil.

A situação da violência em Alagoas assume contornos ainda mais inclementes quando analisamos a questão do sexo, da faixa etária e da cor/raça das vítimas das mortes violentas intencionais. Verificamos a reprodução do padrão nacional de vitimização: 94,1% das mortes foram de homens; 62,6% concentraram-se na faixa etária dos jovens de 15 a 19 anos e em 82,1% as vítimas não brancas.

O impiedoso quadro da violência em Alagoas, descortinado nos números do Anuário, denota os limites das políticas públicas para a área de segurança baseadas apenas na repressão policial, traduzida no carcomido clichê da “guerra ao crime”. A melhoria da governança na gestão da Secretaria de Segurança Pública Estadual com a integração das inteligências das polícias, a orientação e intensificação das operações policiais com base nas estatísticas das manchas criminais, o aumento em quase 30% observado na apreensão de armas de fogo no período 2014-2017, a criação do Departamento de Homicídios e insulados de políticas de prevenção à violência não apresentaram efetividade, ou seja, revelaram-se incapazes de produzir resultados permanentes.

Ademais, essa insustentabilidade é patenteada pelo elevado custo econômico da criminalidade em Alagoas. Segundo o relatório “Custos Econômicos da Criminalidade no Brasil” (BRASIL,

2018), o estado comprometeu, em 2015, 5,2% com referência à fração do PIB, o maior custo do Nordeste e o terceiro no Brasil.

A inadequação das políticas de segurança pública centradas exclusivamente na repressão é cada vez mais ampla, profunda e grave. O desacoplamento entre essas políticas que entendem a criminalidade como um fenômeno de unicausalidade e o problema cada vez mais multidimensional da violência vêm contribuir para o persistente quadro de insegurança em Alagoas.

O que se passou? Por que aconteceu? Como foi isso possível? A busca pelas respostas aos questionamentos instigantes que perpassam a genialidade do pensamento arendtiano<sup>1</sup> é imprescindível para a construção de políticas de segurança pública em Alagoas capazes de reverter a barbárie da violência entre nós. A profusão de mortes evitáveis em Alagoas e no Brasil reclama inadiavelmente a superação do pensamento hegemônico que isola, reduz, disjunta e separa por um pensamento que distingue e une.

#### Referência:

BRASIL. Presidência da República, Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. Custos Econômicos da Criminalidade no Brasil. Relatório de Conjuntura nº 4. Brasília, 2018.

---

<sup>1</sup> *Hannah Arendt, 1906-1975, foi uma filósofa política alemã.*

**Pedro Luis Rocha Montenegro**

Associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública, advogado e consultor.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



**1.921** pessoas foram vítimas de MVI em 2017, com uma taxa de **56,9** por 100 mil habitantes

**5° estado mais violento** do país

**Redução de 14%** em relação a 2014

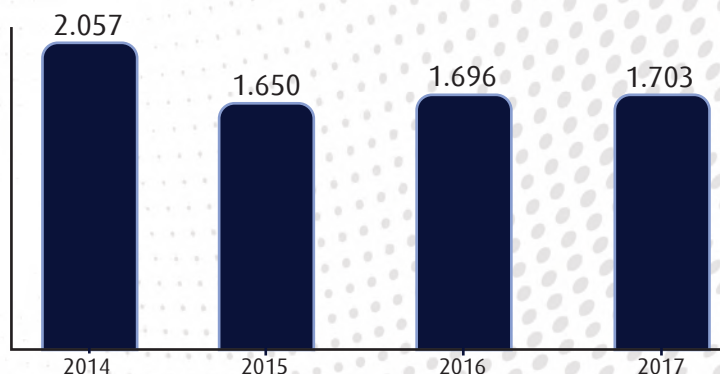


## HOMICÍDIOS DOLOSOS



**1.703** pessoas foram assassinadas em 2017

**Queda de 18,5%** em comparação com 2014



## LATROCÍNIO

**58** pessoas foram vítimas em 2017



A taxa de latrocínio **caiu 6,4%** entre 2014 e 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **19** vítimas no ano de 2017

**Aumento de 44%** de 2014 para 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**2** policiais foram assassinados em 2017

**Redução de 50%** de 2014 a 2017



**0%** em serviço

**100%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**141** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**426** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017



**Crescimento de 80%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**74** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **31** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **4,1**

Entre pessoas negras **69,7**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.



## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**17.439** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Redução de **19,4%** no período, sendo **4.324** veículos subtraídos em 2017



**78** registros de **carga roubada** em 2017

↑ **Aumento de 2,3%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**6.878** presos em 2016

↑ **Crescimento de 12,4%** de 2014 a 2016

**2,4 detentos** para cada **1 vaga**

**33%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 332,00** gasto per capita em 2017

**1,1 bilhão** gasto pelo Estado no ano de 2017



Redução de **14%** entre 2014 e 2017



## VIOLÊNCIA SEXUAL



**1.485** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



**Aumento de 158%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**427** notificações de desaparecimento em 2017



De 2014 a 2017, **1.375** pessoas foram dadas como desaparecidas

**Cresceu 49,5%** entre os anos de 2014 e 2017

## ARMAS DE FOGO

**1.936** armas apreendidas no último ano



**Aumento de 29,4%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública no Amapá



## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ):** 0,448 - 7º estado com maior índice no país

**População:** 797.722 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 936,00 - 15º entre os estados

**IDH:** 0,708 - 16º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 22º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Segurança Pública do Estado do Amapá

O Anuário Brasileiro da Segurança Pública 2018 apresenta um panorama importante para avaliar a violência no Brasil e nos estados ao longo dos primeiros três anos das atuais gestões estaduais.

No caso do Amapá, nos últimos dois anos o estado atingiu os piores índices de sua história contemporânea e Macapá, a capital do estado, aparece em 40º lugar no ranking das 50 cidades mais violentas do mundo e em 5º lugar no ranking das capitais mais violentas do Brasil. Os indicadores apresentados no Anuário a respeito de 2017 mostram que quase todos estão acima dos patamares de 2014.

No período observa-se um aumento de 52,9% no total de mortes violentas intencionais, destacando-se, em 2017, o homicídio doloso com taxa de 44,1 por 100 mil habitantes. O crescimento de homicídio doloso no período foi de 42,2%.

No Amapá uma boa notícia está no fato do número de policiais mortos ter sido o menor entre todas as unidades da Federação. Entretanto, tem-se o fato negativo de que as mortes decorrentes de intervenções policiais apresentam o expressivo crescimento de 156% no período. Engel et al. (2015) sinalizaram que a ocorrência de conflitos entre polícia e população, conflitos entre gangues, violência interpessoal, tráfico de drogas e a carência da presença de instâncias do Estado são os fatores determinantes para a ocorrência de homicídio em Macapá. Apesar do aumento verificado nas ocorrências de lesão corporal seguida de morte e de latrocínio, registra-se que o Amapá configura como uma das unidades da Federação com menor quantitativo desses dois crimes no período.

O Amapá vem experimentado nos últimos anos queda nos indicadores de roubo e furto de veículos, chegando ao final do período com redução de 2,2% na taxa dessas ocorrências.

Infelizmente o Amapá não enviou ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública os dados referentes ao feminicídio, que são mortes violentas de mulheres em razão de gênero, ou seja, que tenham sido motivadas por sua “condição” de mulher. Conforme dado complementar obtido a partir do Monitor da Violência, foram registrados 2 feminicídios no estado em 2017.

A despeito dos valores do orçamento da Segurança Pública, que nos últimos três anos superaram a cifra de 420 milhões, os relatos na mídia amapaense indicam que os recursos destinados à Segurança Pública não são aplicados adequadamente, faltando investimentos para qualificação profissional, manutenção de viaturas, modernização de equipamentos, manutenção das instalações policiais, principalmente no interior do estado. A resposta governamental veio com a recente criação do Fundo Estadual de Segurança Pública do Estado do Amapá (Funsep), que estabelece regras básicas de funcionamento, por exemplo, para provimento de recursos para manutenção geral, reequipamento e aquisição de material permanente, contratação de serviços e obras.

Considerando que experiências exitosas de redução de violência do mundo, como é o caso de Nova York e Bogotá, têm como destaque o aumento de apreensão de armas de fogo, é positiva a informação trazida pelo Anuário indicando o aumento relevante de 214,4% na taxa de armas de fogo apreendidas pelas polícias amapaenses no período.

O Amapá precisa investir em pesquisas de vitimização anuais, que infelizmente o estado jamais realizou, visto que só assim terá ideia do tamanho das subnotificações criminais. O crime de estupro, por exemplo, teve aumento de 9,0% dos registros e precisa de atenção e uma análise mais detalhada, pois esse crime em geral tem mais de 90% de subnotificação, de modo que somente uma avaliação cuidadosa desses números poderá diferenciar o que é aumento dos registros e o que é aumento efetivo da

violência.

No Amapá mudanças políticas e econômicas ocorridas nas três últimas décadas têm alterado significativamente a configuração espacial do estado, especialmente com a criação de novos municípios desde a transformação do território federal do Amapá em uma unidade federativa em 1988 e com a criação da área de livre comércio de Macapá e Santana em 1992. Macapá, capital do estado, está localizada no extremo norte do país e faz fronteira com o estado do Pará, é o 51º município mais populoso do Brasil e o quinto da Região Norte. No cenário amazônico, é a terceira maior aglomeração urbana, com 3,5% da população de toda a região norte do Brasil, concentrando, aproximadamente, 60% da população do estado na capital.

Com a proximidade de um novo período eleitoral, é mais urgente do que nunca que a Segurança Pública amapaense receba o investimento e a atenção que merece. A Segurança Pública precisa ser entendida, de fato, como prioridade de qualquer governo, pois sem segurança todos os fundamentos da sociedade se desfazem e não é possível pensar em saúde, educação e desenvolvimento. O Amapá precisa de avanços significativos em suas ações de prevenção baseadas em evidências, na gestão por resultados e na melhoria do controle sobre a execução da pena no sistema prisional. Para tanto, é preciso definir prioridades claras baseadas nas experiências exitosas e que integrem o conjunto de instituições públicas e sociais do estado, garantindo a paz e a valorização da vida.

#### Referências:

ENGEL, C. L. (org.); PARESCHI, A. C. C.; DANTAS, A. G. L.; LIMA, D.P.; ROMAO, D. M. M.; SANTOS, H. F.; BARBOSA, J. F.; NUNES, J. L.; LOIOLA, P. H. R.; SOUSA, R. R.; FABRI, S.; SOARES, V. L.; RODRIGUES, Y. S. Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

#### **Edson Marcos Leal Soares Ramos**

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

**445** pessoas foram vítimas de MVI em 2017, com uma taxa de **55,8** por 100 mil habitantes

6° estado **mais violento** do país

**Aumento de 52,9%** em relação a 2014

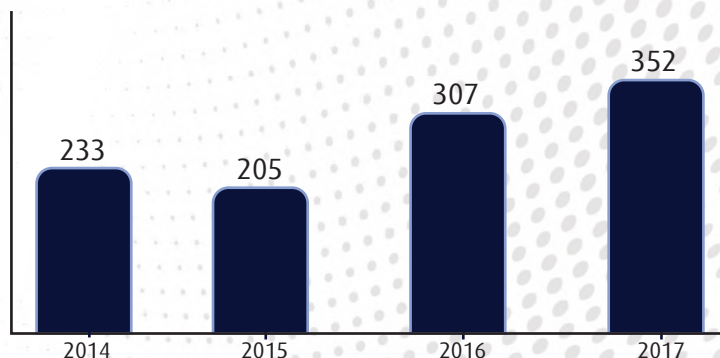


## HOMICÍDIOS DOLOSOS



**352** pessoas foram assassinadas em 2017

Alta de **42,2%** em comparação com 2014



## LATROCÍNIO

**17** pessoas foram vítimas em 2017



A taxa de latrocínios **creceu 6,7%** entre 2014 e 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **8** vítimas no ano de 2017

**Aumento de 653%** de 2014 para 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**1** policial foi assassinado em 2017

Mesmo número de ocorrências em 2016

**0%** em serviço

**100%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**68** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**172** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017

**Crescimento de 156%** entre 2014 e 2017



## MORTES DE MULHERES



**23** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **2** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **7,8**

Entre pessoas negras **59,4**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018. IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**4.419** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Redução de **2,2%** no período, sendo **987** veículos subtraídos em 2017



**1** registro de **carga roubada** em 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**3.043** presos em 2016

**↑** Crescimento de **10,2%** de 2014 a 2016

**2,2 detentos** para cada **1 vaga**

**23%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 565,00**  
gasto per capita em 2017

**450 Milhões**  
gasto pelo Estado  
no ano de 2017



Redução de **14%**  
entre 2015 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**397** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



Crescimento de **9%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**388** notificações de desaparecimento em 2017



Redução de **20,9%** entre os anos de 2016 e 2017

De 2016 a 2017, **869** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**324** armas apreendidas no último ano



Aumento de **214,4%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública no Amazonas



## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ): 0,435 - 10º estado com maior índice no país

População: 4.063.614 habitantes

Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017): R\$ 850,00 - 19º entre os estados

IDH: 0,674 - 18º lugar no país

Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018: 19º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## A Segurança Pública no Amazonas: em busca de uma agenda

Os desafios relacionados ao aumento da violência no Amazonas impõem a necessidade de conhecer em profundidade os seus problemas a fim de construir políticas específicas para o estado tendo em vista suas particularidades. Isso pode ser observado na localização geográfica do estado, inserida na maior bacia hidrográfica do planeta, na fronteira com países produtores de drogas como a Colômbia e o Peru. O vazio demográfico e o isolamento de diversas comunidades constituem outro problema, pois a própria presença do estado como detentor do monopólio da lei fica prejudicada nesse contexto. Por fim, a região metropolitana de Manaus, que concentra mais da metade da população do estado e 90% de seu produto interno bruto, é um polo de atração para toda a região ao mesmo tempo que enfrenta forte aumento da violência nos últimos anos. Todos esses fatores estão relacionados e apontam a complexidade e as dificuldades enfrentadas pelas instituições do sistema de justiça criminal. Em síntese, os problemas do estado no campo da segurança são de ordem institucional, social e política.

O Amazonas observou na última década um aumento expressivo da violência. Essa tendência pode ser observada em se considerando o número de homicídios que saltam de 699 em 2006 para 1.452 em 2016 segundo o Atlas da Violência<sup>1</sup>. As mortes violentas intencionais, no período compreendido entre os anos de 2014 a 2017, permaneceram em níveis altos com pequenas variações: foram registradas 1.201 mortes violentas intencionais em 2014 (31,0 por 100 mil) e 1.271 (31,3 por 100 mil) em 2017. Os homicídios dolosos em 2014 foram 1.108 (28,6 por 100 mil) e 1.119 em 2017 (27,5 por 100 mil). Essas taxas estão próximas à taxa de homicídios brasileira de 26,9 por 100.000 habitantes registrada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no Anuário 2018<sup>2</sup>.

Os patamares altos persistem nos casos de roubo e furto de veículos, que saltam de 4.433 (586,6 por 100 mil) em 2014 para 8.139 (767 por 100 mil) em 2017. Ou seja, um aumento de

63,8%. O mesmo pode ser verificado no tocante aos latrocínios, que saltaram de 45 (1,2 por 100 mil) em 2014 para 76 (1,9 por 100 mil) em 2017 configurando um incremento de 61% na taxa.

Observa-se aumento, ainda, em relação à população prisional do estado, que totalizou 11.074 pessoas presas em 2017. Os presos cumprindo pena no sistema penitenciário saltam de 7.874 em 2014 para 10.277 em 2016, dos quais 60,6% são provisórios. O número de presos em custódia nas polícias permanece estável com ligeiro acréscimo de 756 em 2014 para 797 em 2016. A relação de preso/vaga apresentou grande crescimento de 2014 a 2017, pois saltou de 2,5 para 4,7 presos por vaga em quatro anos. As precariedades do sistema prisional no estado foram explicitadas, nacional e internacionalmente, com a rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ) que deixou 56 mortos no início do ano de 2017. O confronto entre as facções Família do Norte (FDN) e Primeiro Comando da Capital (PCC) explicitou a fragilidade do sistema prisional do estado.

A interiorização da violência no estado relacionada ao tráfico de drogas é outro problema grave. O aumento dos homicídios ocorreu em diversas cidades localizadas no interior como também nos municípios integrantes da região metropolitana de Manaus. Tabatinga é um caso grave. Com 63.000 habitantes, localizada na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, a cidade registrou 14 homicídios em 2006 e 22 em 2016, com pico de 50 no ano de 2013. Tefé, na calha do rio Solimões, com população semelhante, também registrou aumento do número de homicídios na última década: os 2 homicídios registrados em 2006 saltaram para 14 em 2016. A percepção dessa nova realidade pela população aponta a chegada da violência típica dos grandes centros ao interior do estado, outrora pacífico, a ausência de políticas para os jovens e a falta de infraestrutura para as polícias (Riccio et al, 2016).

Essa dificuldade é observada, por exemplo, nas



idades que até o presente momento não contam com um delegado de polícia. A ausência atinge 18 municípios em um conjunto de 62.<sup>3</sup> A Polícia Civil tem somente três barcos à sua disposição para o estado inteiro, em que o transporte ocorre principalmente por meio hidroviário. Em relação ao transporte aéreo, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas apresenta em seu inventário: 1) três helicópteros; 2) dois aviões e um ultraleve, aeronaves que são compartilhadas pela Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros. Tais limitações atingem também o serviço de perícia que está concentrado em Manaus.

A situação no Amazonas é caracterizada por problemas típicos aos demais estados da Federação e daqueles característicos de seu contexto. Logo, a agenda para a segurança no estado deve abordar os seguintes pontos: a) política específica de segurança para os municípios do interior; b) política integrada para as fronteiras; c) reestruturação do sistema prisional; d) financiamento para aquisição de equipamentos aéreos e hidroviários; e) descentralização do efetivo policial e da perícia. Em linhas gerais, essa agenda sintetiza as prioridades para o Estado.

#### Referência:

Riccio, V. Fraga, P. Zogahib, A. Aufiero, M. Crime and Insecurity in Amazonas: citizens and officers' views. Sortuz. *Oñati Journal of Emergent Socio-Legal Studies*. Volume 8, 1, 2016, pp.35-50

---

<sup>1</sup>Disponível em <http://ipea.gov.br/atlasviolencia/> no dia 08/08/2018.

<sup>2</sup>Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/> no dia 10/08/2018.

<sup>3</sup>Segundo a Associação dos Delegados de Polícia do Amazonas (ADEPOL-AM) os municípios que estão sem delegados em julho de 2018 são os seguintes: Amaturá, Apuí, Canutama, Carauari, Eirunepé, Itamarati, Japurá, Jutai, Lábrea, Maraã, Nhamundá, Pauini, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, Tapauá, Tonantins, Uarini.

#### Vicente Riccio

Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e coordena o Mestrado em Direito e Inovação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



**1.271** pessoas foram vítimas de MVI em 2017, com uma taxa de **31,3** por 100 mil habitantes

**16° estado mais violento** do país

**Aumento de 0,9%** em relação a 2014

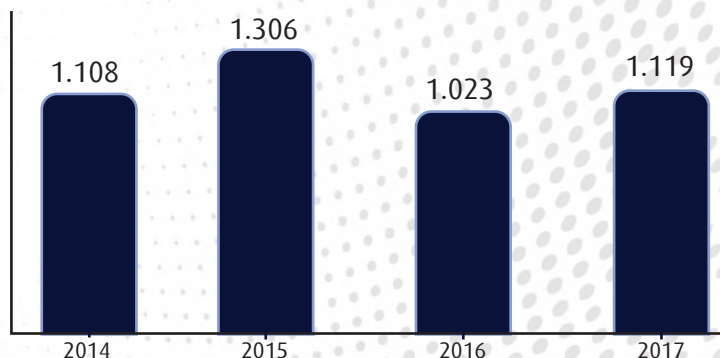


## HOMICÍDIOS DOLOSOS



**1.119** pessoas foram assassinadas em 2017

Queda de **3,7%** em comparação com 2014



## LATROCÍNIO

**76** pessoas foram vítimas em 2017



A taxa de latrocínio **creceu 61%** entre 2014 e 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **37** vítimas no ano de 2017

**Aumento de 96%** de 2014 para 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**5** policiais foram assassinados em 2017

**Redução de 54,5%** de 2014 a 2017



**20%** em serviço

**80%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**39** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**139** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017



**Crescimento de 24%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**73** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **16** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **13,7**

Entre pessoas negras **43**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxas por 100 mil habitantes com exceção das que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os dados referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se às taxas de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxas de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por 100 mil policiais, na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Esdpc, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**23.505** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Aumento de **63,8%** no período, sendo **8.139** veículos subtraídos em 2017



**10** registros de **carga roubada** em 2017

↑ Aumento de **58,9%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**11.074** presos em 2016

↑ Crescimento de **25,4%** de 2014 a 2016

**4,7 detentos** para cada **1 vaga**

**60%** de todos os detentos são provisórios

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 350,00** gasto per capita em 2017

**1,4 bilhão** gasto pelo Estado no ano de 2017



Redução de **14,5%** entre 2014 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**865** pessoas foram vítimas de estupro em 2017



Redução de **15%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**860** notificações de desaparecimento em 2017



De 2014 a 2017, **3.711** pessoas foram dadas como desaparecidas

Redução de **22%** entre os anos de 2014 e 2017

## ARMAS DE FOGO

**641** armas apreendidas no último ano



Crescimento de **2,9%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública na

# Bahia

## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ): 0,400 - 12º estado com maior índice no país

População: 15.344.447 habitantes

Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017): R\$ 862,00 - 17º entre os estados

IDH: 0,660 - 22º lugar no país

Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018: 20º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## O Fracasso da Política de Segurança Pública na Bahia

Políticas de segurança pública efetivas são aquelas que conseguem diminuir ou manter baixas as taxas de crimes e de sensação de insegurança pela população. Nesse sentido a política baiana na última década se mostrou amplamente ineficaz, sobretudo no que diz respeito aos crimes contra a vida.

Segundo informações de registros policiais, divulgadas no presente Anuário, as mortes violentas intencionais aumentaram 7,1% no estado, nos últimos três anos. Analisando a questão num período mais amplo, entre 2006 e 2016, com base nos dados oficiais do Ministério da Saúde, reportados no Atlas da Violência<sup>1</sup>, a taxa de agressões letais intencionais na Bahia cresceu 97,8%, o que equivale a um aumento sete vezes maior do que o verificado no país, no mesmo período.

Por outro lado, os dados do Ministério da Saúde mostram ainda que em 2016 a Bahia apresentou a maior taxa de mortes violentas com causa indeterminada do Brasil<sup>2</sup>, ou 9,7 mortes por 100 mil habitantes, o que implica dizer que a taxa de homicídio no estado seja ainda maior do que a oficialmente divulgada<sup>3</sup>. No que se refere às estatísticas de mortes violentas intencionais, provenientes dos registros policiais, a própria Coordenação de Documentação e Estatística Policial (CDEP), órgão da Polícia Civil da Bahia (PC/BA), no ofício nº 098/2017, de 08/05/2017, contesta os índices disponibilizados oficialmente pela Secretaria de Segurança Pública, quando aponta subnotificação, por não considerar vários casos de homicídios dolosos, como aqueles ocorridos em presídios, entre outros. Tal controvérsia sobre a qualidade dos indicadores de CVLI disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública não passou despercebida pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia, conforme apontado em seu relatório de auditoria<sup>4</sup> do processo Nº: TCE/001039/2017.

Numa análise divulgada no presente Anuário, o FBSP produziu indicadores sobre a qualidade dos dados envolvendo as Mortes Violentas Intencio-

nais (MVI), na qual a Bahia ficou classificada apenas na 20ª posição nacional entre as 27 unidades federativas.

Nesta edição do Anuário do FBSP dois outros dados chamam também a atenção. O primeiro deles refere-se ao crescimento da taxa de pessoas desaparecidas por 100 mil residentes, que aumentou 519,6%, nos últimos três anos. Tal estatística deveria requerer uma atenção especial e emergencial das autoridades e de toda a sociedade para entender exatamente o fenômeno, suas causas e o paradeiro das 2.068 pessoas desaparecidas apenas em 2017.

O segundo dado extremamente impactante diz respeito ao grande crescimento das mortes perpetradas por policiais em suas intervenções diárias. Apenas em 2017 as polícias baianas mataram 668 indivíduos, o que implica um crescimento de 137% nos últimos três anos. Trata-se de um padrão totalmente exorbitante do uso da força, em relação aos internacionais. Para se ter um exemplo, em face das atuais taxas de letalidade, conjuntamente, as polícias da França, Alemanha e Reino Unido (que possuem uma população total de 215 milhões de habitantes) levariam cerca de 25 anos para atingir o número de vítimas pela polícia baiana em um único ano. Mesmo se compararmos a um país em processo de desenvolvimento e com índices de violência mais similares aos brasileiros, como a África do Sul, a polícia na Bahia matou em 2017 proporcionalmente 6,1 vezes mais.

Neste ponto, cabe uma breve análise sobre as possíveis consequências da brutalidade policial. Em primeiro lugar, o uso exacerbado da força e da truculência policial é um dos dinamizadores de mortes violentas dos próprios policiais que, potencialmente, se tornarão eles mesmos vítimas em momento seguinte, em face de uma espiral de violências e vinganças recíprocas. Por outro lado, a brutalidade policial é o elemento central que faz nascer um abismo de desconfiança (e muitas vezes de ódio) entre a comunidade e a polícia, o que compromete qualquer possibili-

dade de cooperação e de efetividade do trabalho policial.

Sobre o sistema prisional baiano, os indicadores são igualmente preocupantes, sobretudo no que diz respeito a três aspectos, sendo eles a superlotação do sistema e o grande número de presos provisórios e também custodiados nas delegacias de polícia. Em 2016, para cada vaga no sistema carcerário havia 2,3 presos em média. Como se sabe, a superlotação nas cadeias é a fonte de inúmeros problemas que vão desde o descontrole do sistema pelo Estado, passando por motins e culminando com o fortalecimento das facções criminais que nascem e crescem dentro dos cárceres. Por outro lado, o percentual de 49,1% dos presos em situação provisória indica algum problema de morosidade ou mesmo de descumprimento do devido processo legal. Finalmente, os 3.372 presos em delegacias, o que representa 21,1% da massa prisional, apontam para o descumprimento da Lei pelo próprio Estado.

O crescimento dos homicídios, das mortes por intervenção policial, do número de desaparecidos e da superlotação e ilegalidades no sistema prisional baiano, nos últimos anos, expressa a face mais visível do fracasso da política de segurança na Bahia, em que se optou por colocar ênfase no policiamento reativo e muitas vezes brutal nos territórios da periferia, sem que fosse efetivada uma política precedida por planejamento, por prevenção social e pelo investimento em investigação e inteligência policial, que são a base da polícia moderna. A esse respeito, um acórdão unânime do TCE (RESOLUÇÃO TCE N.º 000072/2017) determinou que o governo do estado apresentasse um plano emergencial que viesse a sanar os graves problemas de falta de infraestrutura e de carência de pessoal na Polícia Civil, que impedem o funcionamento minimamente adequado da organização.

<sup>1</sup> Ver [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)

<sup>2</sup> *Ibidem*.

<sup>3</sup> De fato, Cerqueira (2015) mostrou evidências que do total das mortes violentas com causa indeterminada no Brasil, cerca de 68,9% eram, na verdade, homicídios mal classificados. Ver: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1848.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1848.pdf).

<sup>4</sup> [https://www.correio24horas.com.br/fileadmin/user\\_upload/correio24horas/2018/01/Relato\\_rio\\_de\\_Auditoria\\_PC\\_2016\\_UJ\\_SSP-BA\\_.pdf](https://www.correio24horas.com.br/fileadmin/user_upload/correio24horas/2018/01/Relato_rio_de_Auditoria_PC_2016_UJ_SSP-BA_.pdf)


**Daniel Cerqueira**

Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e coordenador do Atlas da Violência.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

**6.915** pessoas foram vítimas de MVI em 2017, com uma taxa de **45,1** por 100 mil habitantes

9º estado **mais violento** do país

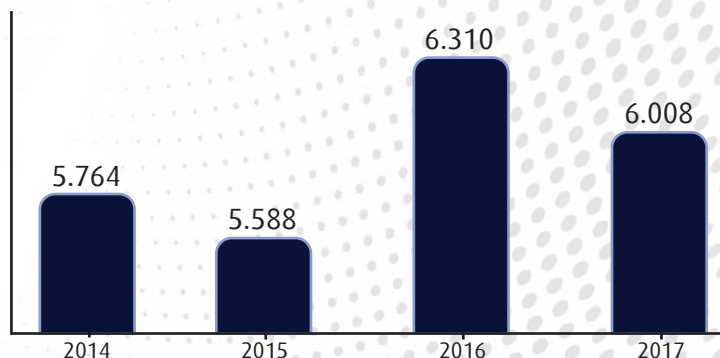
**Aumento de 7,1%** em relação a 2014 

## HOMICÍDIOS DOLOSOS



**6.008** pessoas foram assassinadas em 2017

**Alta de 2,8%** em comparação com 2014 



## LATROCÍNIO

**174** pessoas foram vítimas em 2017




A taxa de latrocínio **caiu 13,8%** entre 2014 e 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE


Total de **65** vítimas no ano de 2017

**Redução de 48,7%** de 2014 para 2017 

## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**18** policiais foram assassinados em 2017

**Queda de 40%** entre 2014 e 2017 

**0%** em serviço

**100%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**668** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**1.756** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017

**Crescimento de 137%** entre 2014 e 2017 

## MORTES DE MULHERES



**474** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **74** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **15,6**

Entre pessoas negras **52,4**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**79.755** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Redução de **18,6%** no período, sendo **18.900** veículos subtraídos em 2017



**416** registros de **carga roubada** em 2017

↑ **Aumento de 25,8%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**15.920** presos em 2016

↑ **Crescimento de 1,4%** de 2014 a 2016

**2,3 detentos** para cada **1 vaga**

**49%** de todos os detentos são **provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 268,00** gasto per capita em 2017

**4,1 Bilhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



Redução de **2,1%** entre 2014 e 2017



## VIOLÊNCIA SEXUAL



**3.270** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



**Aumento de 19%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**2.068** notificações de desaparecimento em 2017



**Aumento de 519,6%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **4.810** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**5.488** armas apreendidas no último ano



**Aumento de 17%** de 2014 a 2017



# Segurança Pública no

# Ceará

## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ):** 0,487 - 2º estado com maior índice no país

**População:** 9.020.460 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 824,00 - 22º entre os estados

**IDH:** 0,682 - 17º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 9º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## O que dizem e o que omitem os dados

O debate sobre violência permeia o cenário brasileiro de ponta a ponta, apresentando especificidades no âmbito dos estados. As situações analisadas tanto se reportam a números, provenientes de pesquisas, como políticas públicas, especificamente voltadas para o enfrentamento da questão. De acordo com o último balanço do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), realizado em 2018, correspondendo aos dados de 2017, ocorreram 5.332 de Mortes Violentas Intencionais no Ceará, englobando casos de homicídios dolosos, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e mortes decorrentes de intervenções policiais. A variação entre 2014 e 2017 é de 16,4% de aumento percentual. Nesse cômputo destacam-se os 25 policiais mortos em 2017, considerando-se o efetivo das corporações Civil e Militar, observando-se uma variação de 257% entre 2014 e 2017 (em números absolutos, aumento de 7 para 25 vítimas policiais). O crescimento numérico dos registros se faz acompanhar de outros dados significativos tais como 1755 estupros, 2128 pessoas desaparecidas, e apreensão de 6929 armas de fogo.

Os dados, se observados em uma escala crescente, apontam a complexidade de situações que persistem, não obstante a existência de políticas estaduais abrangentes, envolvendo gastos e capital humano significativo. O “Pacto por um Ceará Pacífico”, ordenado dentro dos princípios de articulação de diversos entes estaduais e envolvendo o poder executivo, legislativo e judicial, bem como diferentes setores da sociedade civil, constituiu um projeto relevante que não obstante sua abrangência não conseguiu reverter o quadro de ocorrências. A prioridade governamental conferida à questão é também evidente, considerando-se que foi gasto na função segurança pública R\$ 2.162.599.732 no ano de 2017, com uma variação percentual ascendente de 3,7%, no período 2014-2017.

A transparência dos dados sobre violência e criminalidade, se por um lado provoca inquietude e incide sobre avaliações de governo,

constitui um ponto de partida fundamental de enfrentamento e reavaliação de propostas. Os dados permitem correções de rota e possibilidade de incorporação de novos elementos, não previstos em planejamentos organizados em um quadro que possui as vezes dinâmicas inesperadas.

A literatura sociológica tem mostrado que os problemas ligados à área da segurança pública são politizados à medida que a legitimidade dos governos é, predominantemente, determinada por sua capacidade de manter a ordem e uma possível “paz pública”. Destaco a necessidade de ampliação da problemática no contexto nacional, de modo a perceber a questão da ausência de um projeto unificado para todo o País, observando-se os contextos específicos. É nesse sentido que se pode falar de uma “migração” de práticas violentas quando intervenções localizadas promovem mudanças geográficas de rotas.

O tráfico de drogas é um dos grandes responsáveis por essa reversão de expectativas de melhoria nos índices de criminalidade, apontando a necessidade de avaliação das variáveis que não podem se concentrar em um só fator. Outros fatores como a grande circulação de arma de fogo, que é persistente, mesmo com as políticas de desarmamento contribuem para o aumento das taxas de homicídios.

No interior da simbiose entre arma de fogo, droga ilícita e resolução violenta dos conflitos interpessoais, tem ganho cada vez mais evidência e relevância a presença forte das facções criminosas no estado, não só no interior dos presídios, mas também nos bairros populares, principalmente de Fortaleza.

A visibilidade e o aumento da violência e da criminalidade no Ceará e, especialmente, em Fortaleza, provocam sensação intensiva de insegurança e medo cujos efeitos sobre a ordem social são duradouros e de difícil resolução.

Destaco finalmente que os dados são expressão

de visibilidade e invisibilidade. Quando se sabe que nas periferias os índices de criminalidade são maiores é preciso cotejar informações que articulem políticas de segurança com políticas de educação e saúde. Acrescenta-se ao cenário de violência o grande envolvimento de jovens pobres que encontraram no tráfico de drogas um caminho de difícil reversão. Este dado deixa transparecer a importância da desigualdade social na explicação da manutenção e expansão das taxas de violência e criminalidade. A cidade de Fortaleza é classificada como uma das mais desiguais do mundo. Nesta perspectiva, só serão minoradas as práticas violentas com a superação ou diminuição das desigualdades sociais.

Nós sociólogos sabemos que o mundo das relações sociais possui complexidade de natureza multifatorial. Evidencio, portanto, que o aumento da violência e das taxas de homicídio não pode ser explicado apenas pelo tráfico de drogas e pela circulação de armas de fogo, pois o fenômeno se insere em um cenário mais amplo, que passa pelas desigualdades, pela forma de enfrentamento dos conflitos sociais e, mais, especificamente, por busca de resoluções de conflitos através de embates interpessoais.

Algumas indagações se tornam evidentes e sem resposta imediata: É possível termos uma política de segurança pública cidadã em curto, médio e longo prazo, considerando-se a existência de um Estado Democrático de Direitos? Qual o lugar da prevenção em uma situação que supõe e força medidas de punição e controle imediatas e radicais? Como atuar de forma incisiva valorizando os princípios democráticos de respeito a cidadania e aos direitos humanos?

A partir da divulgação destes dados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e por esta análise do cenário de violência do Estado, o grande desafio para o futuro governo é conter este crescimento de violência, especificamente das taxas de criminalidade, bem como diminuir a sensação de insegurança a partir de uma política social de prevenção e uma política de segurança pública articulada não só com outros órgãos do estado, mas com outras instituições no âmbito nacional.

## **César Barreira**

Professor Titular em Sociologia, Diretor do Colégio de Estudos Avançados e Coordenador do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará; pesquisador do CNPq e coordenador do INCT Violência e Segurança Pública.

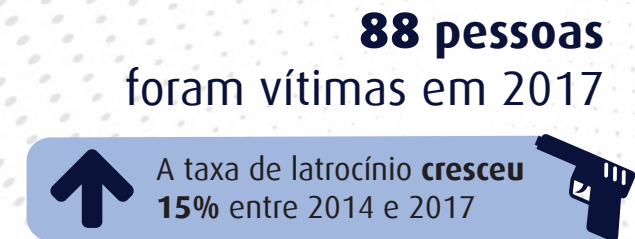
## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



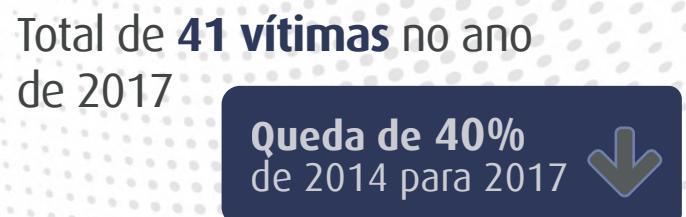
## HOMICÍDIOS DOLOSOS



## LATROCÍNIO



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE



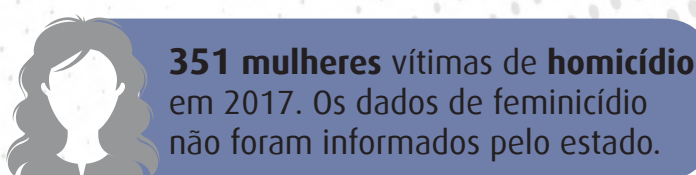
## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



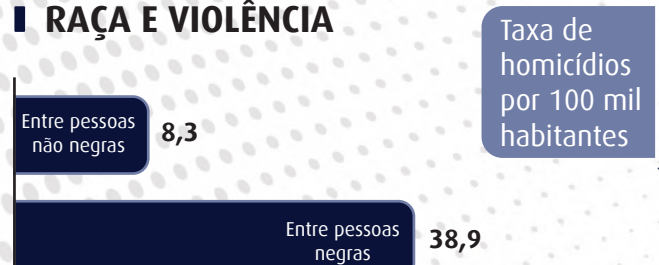
## LETALIDADE DAS POLÍCIAS



## MORTES DE MULHERES



## RAÇA E VIOLÊNCIA



Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarcerados para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**45.391** veículos furtados ou roubados de 2015 a 2017



Aumento de 4% no período, sendo **16.130** veículos subtraídos em 2017



**310** registros de **carga roubada** em 2017  
↑ **Aumento de 44,3%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**34.566** presos em 2016

↑ **Crescimento de 27,7%** de 2014 a 2016

**3,1 detentos** para cada **1 vaga**

**48%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 240,00** gasto per capita em 2017

**2,2 bilhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



**Crescimento de 3,7%** entre 2014 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**1.755** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



**Aumento de 2%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**2.128** notificações de desaparecimento em 2017



**Crescimento de 8%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **7.281** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**6.929** armas apreendidas no último ano



**Aumento de 9%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública no



# Distrito Federal

## 2014 a 2017

### Estadísticas do Estado:

Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ): 0,225 - 24º estado com maior índice no país

População: 3.039.444 habitantes

Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017): R\$ 2.548,00 - 1º entre os estados

IDH: 0,824 - 1º lugar no país

Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018: 14º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Na contramão dos índices nacionais, o Distrito Federal apresenta seus números

Nos últimos 4 anos se observa uma queda constante nas taxas de criminalidade do Distrito Federal - DF. Os dados demonstram uma gestão exitosa da segurança pública nesse período, sobretudo em relação à redução dos índices de crimes contra a vida e o patrimônio. Todavia a sua apresentação de forma sintética e agregada impõe limites para compreender como a dinâmica da criminalidade está distribuída dentro do Distrito Federal. A criminalidade é um fenômeno espacialmente concentrado e analisar sua distribuição de forma desagregada nos auxilia a compreender não somente onde estão os desafios, como também identificar seus determinantes, para que se possa agir de forma focalizada sobre o fenômeno (BEATO, 1998).

Em 2014 o Distrito Federal implementou o programa Pacto pela Vida: Viva Brasília, com uma proposta de promover um novo modelo de governança, que tem na focalização das ações de prevenção e repressão à violência um de seus eixos estruturantes. Desta forma as análises que seguem foram feitas a partir do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e das séries estatísticas que estão disponíveis no site da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social<sup>1</sup>, organizadas por Regiões Administrativas - RA's<sup>2</sup>.

### Mortes Violentas Intencionais

As mortes violentas intencionais são compostas pelos registros de homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais. No ano de 2014 elas apresentaram uma taxa de 26,9 por 100.000 habitantes e em 2017 estavam em 18,2, com uma variação de -32,3%. Entre os registros que compõem as mortes violentas intencionais o maior destaque foi para a queda nas taxas de homicídio doloso com uma redução de 33,8%, passando de 25 por 100.000 habitantes em 2014 para 16,6 em 2017, sendo esta a menor taxa da série história que se inicia no ano 2000.

O latrocínio foi reduzido em 32,4%, saindo de uma taxa de 1,8 por 100.000 habitantes em

2014 para 1,2 em 2017. As taxas de lesão corporal seguida de morte, ainda que apresentem um aumento de 56%, não possuem um número de ocorrências significativo, pois somaram um total de 3 ocorrências em 2014 e 5 ocorrências em 2017.

Apesar da redução ser um fato a ser comemorado, quando analisamos a distribuição espacial dos registros, é possível constatar uma profunda desigualdade. Dentre as 31 RA's nas quais o Distrito Federal é administrativamente dividido, em 3 RA's não houve nenhum registro de homicídio, sendo elas: Cruzeiro, Sudoeste e Jardim Botânico. Apenas 5 RA's concentraram 52% de todos os registros de homicídio do Distrito Federal, são elas: Ceilândia, Planaltina, Samambaia, Gama e Santa Maria. Quando se analisa a partir das taxas por 100.000 habitantes a RA da Estrutural apresenta a maior taxa, com 43,8 homicídios por 100.000 habitantes.

### Crimes contra o Patrimônio

O roubo e furto de veículos, apesar de terem suas taxas apresentadas de forma agregada, são dinâmicas criminais distintas sendo melhor observadas quando analisadas separadamente, sobretudo considerando que o furto não envolve violência ou grave ameaça, diferentemente do roubo em que a vítima necessariamente está presente e é ameaçada ou constrangida durante a ação. Na série histórica da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social as taxas das ocorrências de furto de veículos tiveram uma redução de 24% e as taxas de roubo de veículos uma redução de 36%. Ambas as taxas apresentaram um aumento do ano de 2013 para o ano de 2014 e a queda será observada a partir 2015 até 2017.

A distribuição espacial do furto, em 2017, apresenta uma maior concentração nas RA's de Brasília, com taxa de 661,2 por 100.000 habitantes, Taguatinga, com 288,5 e Gama, com 231,9, que além de possuírem as maiores taxas, juntas somam 43% das ocorrências em todo o DF. A distribuição espacial de roubo apresenta uma

maior concentração nas RA's de Santa Maria, com taxa de 279,1 por 100.000 habitantes, Taguatinga, com 282,7, Samambaia, com 227,5 e Ceilândia, com 156,8, que juntas somam 51% das ocorrências.

Um destaque ao analisar os dados do Distrito Federal é que a redução das taxas de crimes letais intencionais e de crimes contra o patrimônio são acompanhadas por uma redução dos gastos na função segurança pública em 17,6%. A partir unicamente dos indicadores criminais não é possível avaliar o conjunto das ações do Viva Brasília, pois segurança pública não se resume ao "sobe e desce" dos números, mas sem dúvidas dentro do cenário nacional as ações que estão sendo implementadas no DF sinalizam um caminho positivo e merecem um olhar cuidadoso sobre o seu modelo de governança.

#### Referências:

BEATO F., Claudio C.. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 13, n. 37, p. 74-87, June 1998.

---

<sup>1</sup> <http://www.ssp.df.gov.br/estatisticas/>

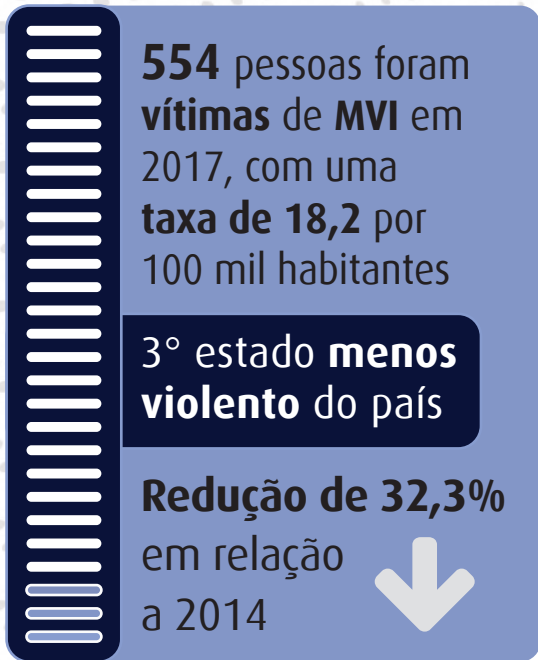
<sup>2</sup> *O Distrito Federal possui um único município, que é Brasília, tendo a sua organização espacial distribuída por Regiões Administrativas - RA's.*

**Marcelle Gomes Figueira**

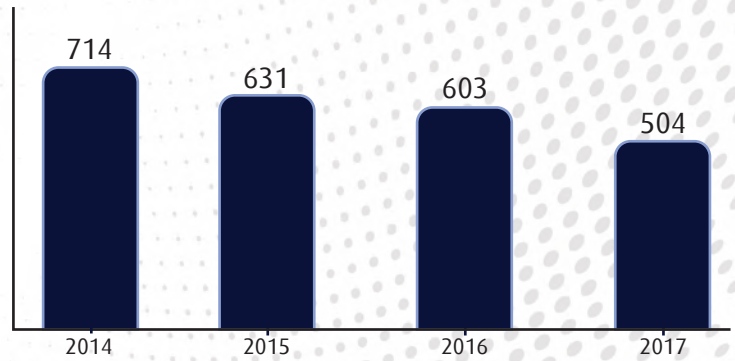
Professora da Universidade Católica de Brasília, ex-coordenadora de análise criminal da Secretaria Nacional de Segurança Pública.



## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



## HOMICÍDIOS DOLOSOS



## LATROCÍNIO

**36** pessoas foram vítimas em 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **5** vítimas no ano de 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**2** policiais foram assassinados em 2017

Redução de **83,3%** de 2014 a 2017

**0%** em serviço

**100%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**9** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**36** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017



Diminuição de **15,5%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**41** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **19** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **11,3**

Entre pessoas negras **34,5**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**50.129** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Redução de **37,7%** no período, sendo **10.653** veículos subtraídos em 2017



**82** registros de **carga roubada** em 2017

↑ **Aumento de 79%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**15.129** presos em 2016

↑ **Crescimento de 6,3%** de 2014 a 2016

**2,1 detentos** para cada **1 vaga**

**23%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 270,00**  
gasto per capita em 2017

**820 Milhões**  
gasto pelo Estado  
no ano de 2017



Redução de **17,6%**  
entre 2014 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**1.039** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



**Aumento de 25,5%** nas  
notificações de estupro  
de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**2.712** notificações de desaparecimento em 2017



Redução de **25,3%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **12.078** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**2.030** armas apreendidas no último ano



Redução de **17,2%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública no Espírito Santo



## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ):** 0,365 - 17º estado com maior índice no país

**População:** 4.016.356 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 1.205,00 - 11º entre os estados

**IDH:** 0,740 - 7º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 7º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Integração de políticas de segurança pública, crise e o caminho na retomada da redução das taxas criminais

Segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS), o estado do Espírito Santo registrou 32 homicídios por 100 mil habitantes em 2016. Essa foi a menor taxa registrada nos últimos 24 anos. Desde 2009, quando apresentou uma taxa de 57 homicídios por 100 mil habitantes, o estado vem acumulando uma redução de 44%.

Depois de décadas em destaque no ranking da violência, no período de 2009 a 2016 o Espírito Santo reduziu gradativamente sua participação nessa triste estatística. Em 2016, o estado ocupou a 19ª posição no referido ranking. Apesar de 32 homicídios por 100 mil habitantes ainda ser uma taxa elevada, em comparação com regiões e países desenvolvidos, não se pode desconsiderar que nesses últimos anos mais de 700 vidas foram “preservadas”.

Tal tendência de redução pode ser explicada por um conjunto de fatores que de certa forma se combinaram, sobretudo, ao longo desses sete anos mencionados, a saber, maior integração entre a Polícia Militar, a Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar; (re)estruturação do sistema prisional; repressão qualificada com foco na prisão de homicidas contumazes e na apreensão de armas de fogo; recomposições dos efetivos policiais e de agentes penitenciários; consolidação de guardas comunitárias no âmbito de municípios capixabas; implementação de programas de segurança pública que conjugaram ações preventivas e de repressão qualificada priorizando territórios marcados por vulnerabilidades socioeconômicas e elevados índices criminais.

A citada tendência de diminuição foi interrompida em 2017, ano em que os capixabas viveram uma situação atípica, jamais noticiada na história do Espírito Santo. Em fevereiro de 2017 grupos de familiares de policiais militares bloquearam as entradas das principais unidades operacionais. O movimento, que reivindicava a reposição de perdas inflacionárias na remuneração dos policiais, dentre outros pleitos, iniciou-

-se no dia 4 de fevereiro e durou cerca de vinte dias, tornando evidente o importantíssimo papel da PM na manutenção da ordem pública. A ausência de policiais militares nas ruas condicionou um ambiente propício para cometimento de mais de 200 homicídios naqueles dias. Além disso, foi registrada uma série de furtos, roubos e outros crimes. Na referida situação de exceção, até mesmo pessoas sem histórico criminal se aproveitavam da deficiência de vigilância e controle para arrombar e saquear estabelecimentos comerciais, colocando em destaque a fragilidade do tecido social frente ao cometimento de delitos de oportunidade que buscavam satisfazer as aspirações materialistas alimentadas pela cultura imediatista e consumista da contemporaneidade.

A conjuntura não tomou proporções mais drásticas por conta do emprego das forças armadas via operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), bem como pela atuação dos policiais civis e dos guardas municipais. A situação foi aos poucos retornando à normalidade quando os policiais militares foram retomando suas atividades. Dados oficiais da Secretaria de Estado de Segurança Pública divulgados pelos principais jornais estaduais demonstraram que, nos meses seguintes à paralisação, os homicídios voltaram a se aproximar das médias mensais registradas no ano anterior.

Mesmo assim, os eventos daquele mês de fevereiro repercutiram nas taxas de 2017. Com base nos dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, constata-se que o número de roubo e furto de veículos aumentou de 6.502 ocorrências no ano de 2016 para 10.788 incidentes em 2017, um crescimento de 65,9%. Os homicídios dolosos, indicador que responde por 94% das Mortes Violentas Intencionais, aumentou de 1.181 registros em 2016 para 1.405 no ano de 2017. Esse acréscimo de 224 homicídios dolosos, em certa medida, pode ser entendido como um dos reflexos dos acontecimentos de fevereiro de 2017.

Tal aumento marcou uma inflexão na tendência de redução das taxas de homicídios dolosos do Espírito Santo. A taxa de 35,0 homicídios dolosos por 100 mil habitantes evidenciada em 2017 foi superior à taxa de 29,7 assassinatos dolosos por 100 mil habitantes observada em 2016. De maneira geral pode-se constatar que a taxa de homicídio capixaba em 2017 retornou ao patamar apurado no ano de 2015. De todo modo, vale destacar que na comparação 2014/2017 o estado apresentou uma redução de 11,1% na taxa de homicídio doloso, refletindo os avanços alcançados a partir de 2009.

Para uma previsão para 2018 e os próximos anos, não se pode deixar de considerar a tendência de redução que vem se acumulando desde 2009. Com base nisso, acredita-se que o ano de 2017 passará a se caracterizar como um ano de flutuação na série histórica dos homicídios capixabas, ou seja, um ponto fora da curva.

Levando em conta os fatores estruturais aqui brevemente ressaltados, que favoreceram a redução dos homicídios nos últimos anos, assim como considerando os demais indicadores de segurança pública e justiça criminal apresentados nesta publicação, insta salientar que dentre os desafios que deverão ser suplantados pelo(a) Governador(a), que assumirá em janeiro de 2019, destacam-se: a) a necessidade de consolidar a retomada da redução dos homicídios; b) reverter a tendência de aumento dos crimes contra o patrimônio; c) intensificar a repressão qualificada com foco na apreensões de armas de fogo; e) ampliar o número de vagas do sistema prisional, diante do aumento da população de presos, garantindo a manutenção das condições necessárias para a gestão das unidades e promoção de políticas de (re)integração social; e f) buscar viabilizar a otimização dos gastos e investimentos na função segurança pública, mesmo em um cenário financeiro com pouquíssima margem para a expansão de despesas tendo em vista a crise político-econômica que se arrasta no cenário nacional.

Esses são alguns pontos estratégicos que o(a) mencionado(a) Governador(a) deverá suplantará com gestão, integração, participação democrática, perseverança e muito labor. Nesse sentido, o lema da bandeira do Espírito Santo sintetiza bem

o caminho a ser perseguido no campo da segurança pública: “Trabalha e Confia”!

## **Pablo Lira**

Professor do Mestrado em Segurança Pública da Universidade Vila Velha (UVV/ES); Professor Convidado dos Cursos de Segurança Cidadã do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Doutorando em Geografia e Mestre em Arquitetura e Urbanismo

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

**1.501** pessoas foram vítimas de MVI em 2017, com uma taxa de **37,4** por 100 mil habitantes

**13° estado mais violento** do país

**Queda de 10,7%** em relação a 2014

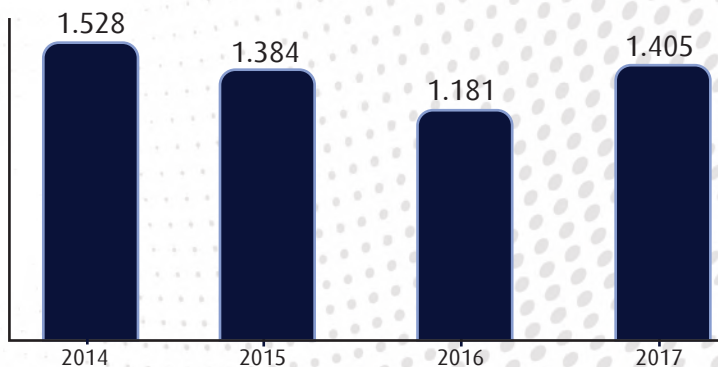


## HOMICÍDIOS DOLOSOS



**1.405** pessoas foram assassinadas em 2017

**Queda de 11%** em comparação com 2014



## LATROCÍNIO

**44** pessoas foram vítimas em 2017



A taxa de latrocínio **caiu 15%** entre 2014 e 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **11** vítimas no ano de 2017

**Diminuição de 57%** de 2014 para 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**4** policiais foram assassinados em 2017

**Crescimento de 33%** de 2014 a 2017



**25%** em serviço

**75%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**41** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**145** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017



**Crescimento de 72,4%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**135** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **42** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **9,3**

Entre pessoas negras **42,3**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**30.120** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Aumento de **43%** no período, sendo **10.788** veículos subtraídos em 2017



**28** registros de **carga roubada** em 2017

↑ Aumento de **29%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**19.413** presos em 2016

↑ Crescimento de **13%** de 2014 a 2016

**1,4 detento** para cada **1 vaga**

**42%** de todos os detentos são provisórios

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 340,00** gasto per capita em 2017

**1,4 bilhão** gasto pelo Estado no ano de 2017



Redução de **7,8%** entre 2014 e 2017



## VIOLÊNCIA SEXUAL



**408** pessoas foram vítimas de estupro em 2017



Aumento de **65,8%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**1.797** notificações de desaparecimento em 2017



Diminuição de **17%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **7.571** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**3.341** armas apreendidas no último ano



Redução de **25%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública em

# Goiás

## 2014 a 2017



#### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IV):** 0,328 - 19º estado com maior índice no país

**População:** 6.778.772 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 1.277,00 - 8º entre os estados

**IDH:** 0,735 - 8º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 12º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA



## Números cambaleantes para uma política incerta

Analisando os números da segurança pública em Goiás nos anos de 2014 a 2017, verifica-se que o estado apresenta índices cambaleantes, dados isolados que ora apresentam uma melhora em algum setor, outrora uma piora. A flutuação dos números coincide com a ausência de uma política pública de segurança. Nessa seara, assim como no resto do país, o estado não tem clareza de para onde ir em termos de segurança pública.

O número de armas de fogo apreendidas, por exemplo, passou de 3.676, em 2014, para 5.461, em 2015; depois, 9.678 em 2016, passando a 11.337 em 2017, com aumento de 196,8% na taxa de armas de fogo apreendidas por 100 mil habitantes. Com menos armas em circulação, nota-se uma consequente redução dos números de mortes violentas intencionais. Embora não haja uma perfeita simetria entre a redução das armas de fogo em circulação e a redução das mortes violentas, é certo que a política de redução de armas, implementada desde a edição do Estatuto do Desarmamento, tem surtido o efeito positivo de salvar vidas. Em Goiás, o número de homicídios dolosos diminui há três anos seguidos, com variação de -17,5% em 2017. No período de 2014-2017, a taxa de homicídios dolosos sofreu redução de 15,9% e a de latrocínios, de 41,2%.

Observa-se ainda a redução da taxa de pessoas desaparecidas por 100 mil habitantes em 1,5% entre 2014 e 2017, embora em termos absolutos o número de ocorrências tenha aumentado de 3.814 para 3.903 nesse período.

Nem sempre é fácil avaliar o resultado das políticas de segurança. Em 2014, o Governo do Estado instituiu o programa PROCARGA-GOÍÁS, por meio do Decreto nº 8.251, de 19/09/2014. Com esse programa, o governo se esforçou para estabelecer uma maior articulação entre as atribuições das polícias civil e militar para a prevenção, a apuração e a redução dos crimes de carga, isto é, os crimes de furto, roubo, apropriação indébita e receptação de carga, consu-

mados ou tentados. O número de roubos de carga, no entanto, vinha aumentando desde a implantação do programa. Em 2014, foram 337 roubos de carga; em 2015, 513, chegando, em 2016, a 702. A redução de 24,4% aparece no ano de 2017, no qual se registraram 531 roubos de carga. Contudo, apesar da redução no último ano, se considerado o período de 2014-2017, prevalece o aumento de 51,6%.

O mesmo esforço estatal não se nota em crimes que envolvem a violência contra a mulher. Partimos de 26 feminicídios registrados em 2015 para 17 em 2016, chegando a 31 em 2017. O número de estupros é igualmente assustador e cambaleante: 1.868, em 2014; 1.784, em 2015; 2.313, em 2016; 2.495, em 2017. Que políticas ou ações o estado tem adotado para a redução desses números?

A vida de todas as pessoas é importante e deveria importar a todos.

A vida e a saúde dos policiais também merecia ser um ponto de atenção especial do Governo. Ninguém nega que a atividade policial é estressante e perigosa, porém, longe de promover a segurança e a saúde mental dos policiais, por meio de treinamento e fornecimento de material de trabalho adequado, a cultura institucional local impele os policiais a atitudes heroicas, com enorme risco pessoal. Na falta de uma política pública de segurança, na inexistência de planejamento transparente e na ausência de uma diretriz que aponte para uma cultura de respeito às regras do estado democrático de direito, deixa-se espaço para a cultura de justificação de atos extremos, demandando que as polícias se autorresponsabilizem pela redução dos criminosos com as próprias mãos.

Se há vidas matáveis, elas estão expressas principalmente nos números que indicam as mortes decorrentes de intervenções policiais. Em Goiás, esse número cresce sistematicamente e isso deveria ser assustador. Em 2014, foram 96 mortes. Em 2015, 141. Em 2016, subiu para 224.

Em 2017, atingiu 265 mortes. De 2014 a 2017 foram 726 pessoas mortas pelas polícias goianas. No mesmo período, morreram 31 policiais. Isso significa que as polícias goianas matam ao menos cinco pessoas por semana. Esses dados só não assustam aqueles que encaram a segurança pública como um campo de guerra.

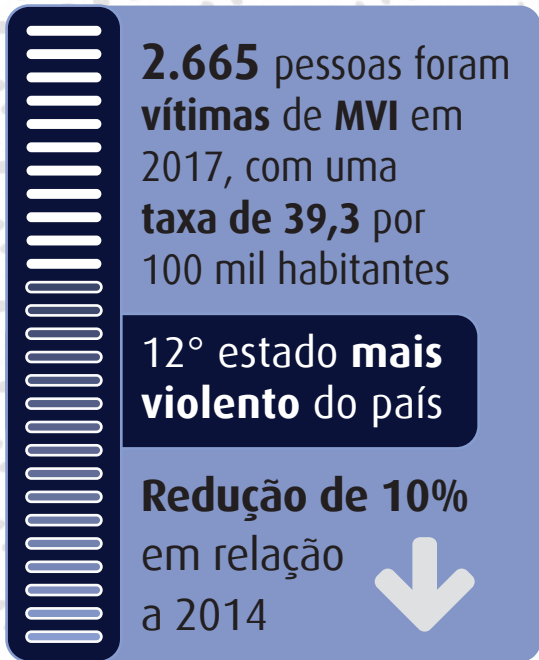
Entre as vidas desprezadas estão os presos. A população prisional subiu de 14.428, em 2015, para 16.448, em 2016. A relação de preso por vaga nunca foi tão alta: 2,3. Enquanto faltam vagas, o número de presos provisórios aumentou de 5.289, em 2015, para 6.183, em 2016, apresentando uma proporção de 38% em relação ao número total de presos no estado. Esse dado representa um avanço, haja vista que a proporção dos presos provisórios chegou a 48,8% em 2014. Tem sido difícil fazer com que as políticas de redução da população carcerária surtam algum efeito, ainda que estabelecidas por meio de lei. Os juízes insistem em escolher, a seu bel prazer, enquanto podem, as leis que vão cumprir e fazer cumprir. Em Goiás, os magistrados chegaram a fazer campanha contra a audiência de custódia.

Nesse contexto, a segurança ainda não foi alçada à condição de política pública. Mudar esse cenário não é tarefa fácil porque envolve muitas relações de poder. A própria concepção de “segurança pública”, baseada no paradigma bélico e repressivo, não faz sentido no estado democrático de direito e deveria, paulatinamente, dar lugar a uma “política pública de segurança”, democrática e transparente, onde a garantia dos direitos de todas as pessoas humanas tivesse primazia em relação ao patrimônio e às próprias relações de poder local.

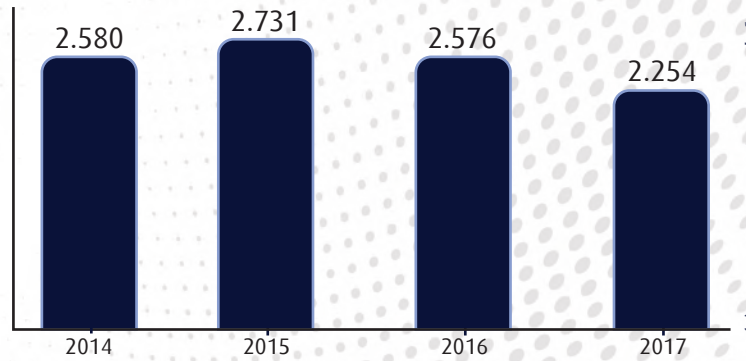
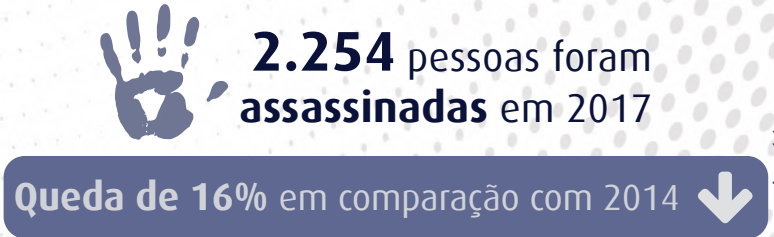
## **Bartira Macedo de Miranda**

Professora e bolsista produtividade do Programa de Pós-Graduação em Direito e Políticas Públicas da Universidade Federal de Goiás.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

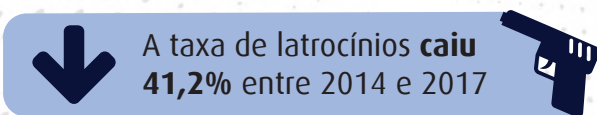


## HOMICÍDIOS DOLOSOS



## LATROCÍNIO

**102** pessoas foram vítimas em 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **44** vítimas no ano de 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**6** policiais foram assassinados em 2017

Queda de **25%** entre 2014 e 2017

**0%** em serviço

**100%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**265** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**726** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017

**Crescimento de 165,6%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**197** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **31** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **25,9**

Entre pessoas negras **55,5**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarcerados para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**104.426** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Redução de 8,5% no período, sendo **23.645** veículos subtraídos em 2017



**531** registros de **carga roubada** em 2017

↑ **Aumento de 51,6%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**16.448** presos em 2016

↑ **Crescimento de 3,1%** de 2014 a 2016

**2,3 detentos** para cada **1 vaga**

**38%** de todos os detentos são **provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 410,00** gasto per capita em 2017

**2,8 Bilhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



**Aumento de 4,4%** entre 2014 e 2017



## VIOLÊNCIA SEXUAL



**2.495** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



**Aumento de 28%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**3.903** notificações de desaparecimento em 2017



**Redução de 1,5%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **14.921** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**11.337** armas apreendidas no último ano



**Aumento de 196,8%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública no



# Maranhão

## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IV):** 0,450 - 6º estado com maior índice no país

**População:** 7.000.229 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 597,00 - 27º entre os estados

**IDH:** 0,639 - 26º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 6º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Breves considerações sobre os cenários e desafios das políticas de segurança pública e de gestão penitenciária do Estado do Maranhão<sup>1</sup>

Nos cenários de desigualdade social e violência, o Estado do Maranhão, como os demais, reproduz a realidade do país em suas peculiaridades e proporções, denotando a situação de insegurança e de vulnerabilidade social em decorrência da violência enraizada e se estrutura a partir de um conjunto de variáveis causais mais amplas e complexas. O Maranhão apresenta uma situação socioeconômica que o coloca atualmente em penúltimo lugar dentre os estados da federação em desenvolvimento humano (IDH 0.639)<sup>2</sup>, estando apenas a frente do estado de Alagoas.

### O que mostram os números?

Conforme o ABSP 2018, os registros dos dados criminais do Estado do Maranhão relativos ao período de 2014 a 2017 apontam decréscimo nas taxas de alguns indicadores de crimes letais intencionais: mortes violentas intencionais (6,8%), homicídios (6,6%) e lesão corporal seguida de morte (74,7%). Em um cenário de aumento exponencial desses crimes em vários estados, estas variações se apresentam como resultados positivos no enfretamento e repressão ao crime, com maior destaque para a significativa redução de mortes em decorrência de lesão corporal. Na categoria de crimes violentos letais intencionais (CVLI) no entanto, houve um acréscimo de 31,8% no período em crimes de latrocínio (roubo seguido de morte). Os crimes de feminicídio ainda não constam nos dados consolidados por se tratar de uma modalidade só recentemente tipificada e, portanto, os dados existentes só mostram as ocorrências do ano de 2017, sem que se tenha até então bases para um estudo comparativo no período de referência (2014 a 2017). Foram registrados 50 feminicídios no Maranhão no ano de 2017, o que se constitui, no entanto, um número significativo em virtude da especificidade desta modalidade de crime.

Destaca-se o esforço no sentido de viabilizar a transparência de informações pertinentes ao registro de crimes contra a vida por parte do

Sistema de Segurança, através do site da SSPMA<sup>3</sup> onde se encontram informações atualizadas referentes à capital e região metropolitana, constando um conjunto amplo de informações sobre ocorrências de crimes violentos letais intencionais (CVLI) e outros crimes resultantes em mortes, tais como: pessoas mortas em delegacias, em núcleos de custódia e em estabelecimentos prisionais, adolescentes mortos em instituições para cumprimento de medidas socioeducativas, homicídios dolosos no trânsito, mortes acidentais no trânsito, suicídios, mortes acidentais, mortes durante confronto com a polícia e mortes não esclarecidas. O site igualmente disponibiliza listagem nominal das vítimas, idade, local de ocorrência e outras informações.<sup>4</sup>

Sobre mortes envolvendo policiais, os registros apontam aumento das taxas de mortes decorrentes de intervenções policiais (79,4%) e redução de policiais mortos (84,2%). Estes números refletem a necessidade, ainda premente, de maiores esforços e efetividade na investigação das situações em que ocorrem mortes de pessoas em confrontos policiais, além de investimentos continuados em capacitação, objetivando mudanças que assegurem o exercício da função policial pautado pela legalidade e direitos humanos. No tocante a diminuição de policiais mortos, os dados apontam um maior controle das variáveis possivelmente associadas à vulnerabilidade destes profissionais ao risco de morte, variáveis que necessitam, porém, ser identificadas e fortalecidas para valorização e preservação da vida e segurança dos policiais no exercício de suas funções.

No entanto, os números não se mostram tão favoráveis quando se trata dos crimes contra o patrimônio, seguindo uma tendência nacional: os roubos e furtos de veículos apresentam um aumento de 12,1% e os roubos de carga de 32,8%, o que revela a necessidade de maiores investimentos nas áreas de inteligência e capacitação dos policiais que possam impactar nas ações de contenção e prevenção a esta modalidade de crime no estado.

Com relação à população custodiada no estado, utilizamos como fonte de consulta os dados consolidados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que apresentam a situação de 2014 a 2016, conforme dados disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional. Nesta análise, observa-se um aumento da taxa de encarceramento na ordem de 31,7% nesse período, considerando os presos do sistema penitenciário e em custódia das polícias, situação esta que ainda se verifica em algumas cidades do interior do estado. Os dados apontam uma ampliação do número de vagas, o que ainda não atende a demanda atual (a relação preso/vaga é de 1,7). Verifica-se como um dado relevante o aumento do número de presos provisórios ou sem condenação, números que se apresentam em crescimento (de 2.966 em 2014 para 4.019 em 2016), o que demonstra a pouca efetividade de ações corretivas e de aceleração dos processos de julgamentos e penas, o que envolve também o Sistema de Justiça.

Acrescente-se, conforme informações da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do MA (SEAP), que em 2018 o estado do Maranhão apresenta uma população carcerária de 11.000 pessoas, oferecendo 7.178 vagas e um déficit de 3.822 vagas, apresentando uma taxa de superlotação<sup>5</sup> na ordem de 153,2% e uma taxa de encarceramento<sup>6</sup> de 156,3. Nas Unidades Prisionais da capital encontram-se atualmente 5.289 presos, nas do interior 5.081, nas delegacias, sob custódia da Polícia Judiciária, 316 e nas APACs<sup>7</sup>, 314. O Sistema mantém ainda atualmente 1.146 pessoas em regime de monitoramento através de tornozeleiras eletrônicas e 2.072 em regime aberto domiciliar, perfazendo assim um total de 14.218 pessoas condenadas sob custódia do estado<sup>8</sup>.

A despeito do crescente aumento da população carcerária no estado, evidenciam-se alguns investimentos e mudanças relevantes nas condições de vida das pessoas presas e das que trabalham no sistema por meio de projetos em curso, como a ativação do “Centro de Alternativas Penais”, que objetiva o controle e redução no ingresso ao sistema, e o projeto “Rumo Certo”, voltado à qualificação educacional de pessoas presas, familiares e servidores (com cursos

presenciais e EAD), dentre outras ações<sup>9</sup>.

Merecem relevância as ações realizadas pelo Sistema de Segurança voltadas à prevenção da violência e incidência de crimes no estado. Destacam-se as Patrulhas Maria da Penha, realizadas por policiais militares no enfrentamento e prevenção de crimes contra mulheres e meninas; as Rondas Escolares, uma relevante ação da Polícia Militar junto à rede de ensino público do estado e municípios na prevenção e enfrentamento do uso e comércio de drogas e violência nas escolas; e finalmente o relevante Programa Pacto pela Paz, que visa promover a aproximação entre policiais e cidadãos e reduzir os indicadores de criminalidade a partir da ação policial qualificada.

O estado tem avançado também nas ações de articulação interinstitucional e intersetorial, a exemplo do importante “Programa de Integração e Tecnologia da Prevenção e Redução de Criminalidade”, que integra órgãos do Sistema de Justiça e Segurança como Ministério Público Estadual do Maranhão, através do Centro de Apoio Operacional Criminal MPMA/CAOP, a Secretaria de Estado de Segurança Pública/SSP-MA, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos/IMESC, a Prefeitura Municipal de São Luís e a Câmara Municipal de São Luís. O Programa visa à construção de uma base de dados integrados para o desenvolvimento e análise de dados estatísticos, realização de diagnósticos, articulação de tecnologias, desenvolvimento e otimização de softwares na produção de conhecimentos para a potencialização e maior efetividade das ações de enfrentamento e prevenção a violência no estado.

Os números apresentados mostram desafios na gestão em segurança pública e penitenciária no estado do Maranhão<sup>10</sup>, alguns avanços e a importância desta área na agenda do Estado. No ano de 2017 foram efetivados todos os compromissos aprovados pelo poder Legislativo através da Lei das Diretrizes Orçamentárias e também efetuados investimentos suplementares na área de Segurança Pública, o que demonstra a relevância das ações voltadas a preservação de vidas e promoção de paz para a população do estado<sup>11</sup>.

<sup>1</sup>Nossos agradecimentos aos órgãos do Sistema de Justiça, Segurança Pública e Gestão Penitenciária do Estado do Maranhão pela pronta disponibilização de todas as informações solicitadas e que se constituem a base deste trabalho; Tribunal de Justiça do Maranhão, Secretaria de Estado de Segurança Pública/SSPMA, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária/-SEAP, Ministério Público do Maranhão através do Centro de Apoio Operacional Criminal/CAOP-CRIM.

<sup>2</sup>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)/ Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH).

<sup>3</sup><https://www.ssp.ma.gov.br/estatisticas/estatisticas-da-grande-sao-luis/>

<sup>4</sup>Relatório Quantitativo Diário De Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) E Outras Mortes (Fonte: CIOPS/IML/SHPP).

<sup>5</sup>A taxa de superlotação indica a razão entre o número de pessoas presas e a quantidade de vagas existentes.

<sup>6</sup>A taxa de encarceramento indica o número de pessoas presas para cada cem mil habitantes. O objetivo de utilizar essa medida é permitir a comparação entre locais com diferentes tamanhos de população e neutralizar o impacto do crescimento populacional, permitindo a comparação a médio e longo prazo.

<sup>7</sup>Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

<sup>8</sup>QUADRO ESTATÍSTICO PENITENCIÁRIO – 2018 Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

<sup>9</sup>Fontes de Informação: Assessoria de Modernização Institucional ASSEMI/SEAP.

<sup>10</sup>Informações obtidas através do Portal da Transparência do Governo do Estado do Maranhão <http://www.transparencia.ma.gov.br/app/despesas/por-orgao/2017#lista>

<sup>11</sup>Colaboradores na obtenção dos dados e informações para a realização deste trabalho: Augusto Barros Neto, Delegado Titular do Departamento de Combate ao Roubo de Cargas da Polícia Civil/MA; Cícero Matias Ferreira, Delegado da Polícia Civil/MA; José Claudio Cabral Marques, Promotor de Justiça e coordenador do CAOP/CRIM MPMA; Rodrigo Filippi Dornelles, Chefe da Assessoria de Modernização Institucional ASSEMI/SEAP. Agradecimentos especiais ao Professor Pós Dr Robson Sávio Reis Souza, pesquisador e coordenador do Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas/NESP e do Curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Gestão da Segurança Pública, UFMA/SENASP.

**Rosângela Guimarães Rosa**

Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Maranhão, pós-doutora em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca.



## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

**2.055** pessoas foram vítimas de MVI em 2017, com uma taxa de **29,4** por 100 mil habitantes

**11° estado menos violento** do país

**Redução de 6,8%** em relação a 2014

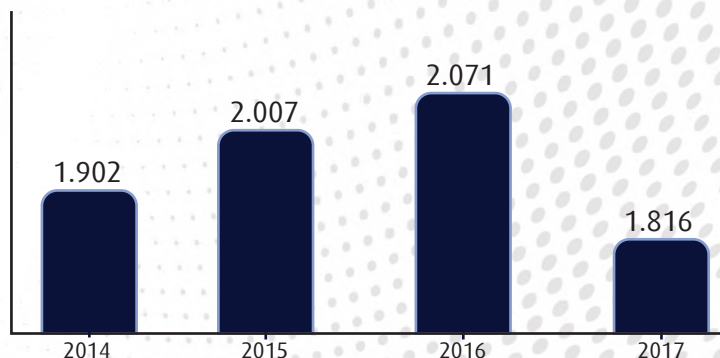


## HOMICÍDIOS DOLOSOS



**1.816** pessoas foram assassinadas em 2017

**Queda de 6,6%** em comparação com 2014



## LATROCÍNIO

**97** pessoas foram vítimas em 2017



A taxa de latrocínio **creceu 31,8%** entre 2014 e 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **32** vítimas no ano de 2017

**Redução de 74,7%** de 2014 para 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**3** policiais foram assassinados em 2017

**Redução de 84,2%** de 2014 a 2017



**0%** em serviço

**100%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**110** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**386** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017



**Crescimento de 79,4%** entre 2014 e 2017

## EVOLUÇÃO DOS REGISTROS DE FEMINICÍDIO



**125** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **50** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **19,6**

Entre pessoas negras **37,9**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, as taxas referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se às taxas de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxas de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade dos policiais é por mil policiais no ativo considerando o efetivo considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadac, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/GI/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018. (5) Para a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, foram excluídos os dados de violência doméstica.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**26.300** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Crescimento de **12%** no período, sendo **6.853** veículos subtraídos em 2017



**57** registros de **carga roubada** em 2017

↑ **Aumento de 32,8%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**8.835** presos em 2016

↑ **Aumento de 31,7%** de 2014 a 2016

**1,7 detento** para cada **1 vaga**

**52%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 227,00** gasto per capita em 2017

**1,6 Bilhão** gasto pelo Estado no ano de 2017



**Aumento de 19%** entre 2014 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**1.199** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



**Crescimento de 15%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS



Os dados de desaparecimentos de 2016 e 2017 não foram informados pelo estado



## ARMAS DE FOGO

**2.793** armas apreendidas no último ano



**Aumento de 77%** de 2014 a 2017

Segurança  
Pública  
em

# Mato Grosso



2014 a 2017

**Estatísticas do Estado:**

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IV):** 0,399 - 13º estado com maior índice no país

**População:** 3.344.544 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 1.247,00 - 9º entre os estados

**IDH:** 0,725 - 11º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 11º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Violências e Segurança Pública em Mato Grosso (2014-2017)

Desde 1990, Mato Grosso vem passando por uma fase de intensas transformações econômicas, políticas e socioculturais decorrentes da produção agroexportadora, baseada na produção de grãos e plumas para os mercados interno e externo, ao lado da atividade extensiva de criação e engorda de gado. A produção mato-grossense apresenta a maior concentração de terras e rendas entre sojicultores e criadores e abatedores de gado e de aves voltados, na maior parte, para o mercado externo.

Ao lado do crescimento econômico, baseado no modelo agroexportador concentrador de terra e renda, surgiram novas questões sociais, dentre as quais se destaca a questão da violência e das criminalidades urbana e rural. De 2014 a 2017, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), houve uma redução de 27% na taxa de homicídios em Mato Grosso, o que de certa forma é positivo e comemorado pelas autoridades. Passando de 1.314 vítimas em 2014 para 985 em 2017, o estado alcançou a taxa de 29,5 homicídios por 100 mil habitantes. Em relação aos crimes contra o patrimônio (roubos e furtos de veículos) também houve uma redução significativa. Em 2014 foram contabilizadas 8.364 ocorrências, contra 5.402 em 2017, o que representa uma diminuição de 44,2% na taxa de furto e roubo por 100 mil veículos.

No que se refere a outros crimes, o crime de estupro registrou 1.300 ocorrências em 2014 e aumentou nos anos seguintes até chegar a 1.705 em 2017, o que representa um avanço de 26,4% na taxa de ocorrências por 100 mil habitantes. Com relação a pessoas desaparecidas, foram registradas 1.105 ocorrências em 2014, contra 2.039 em 2017, representando um aumento de 77,9% na taxa por 100 mil habitantes. A apreensão de armas de fogo saltou de 2.267 em 2014, para 2.682 armas em 2017, com alta de 14,1% na taxa.

Já os gastos com segurança pública em Mato Grosso tiveram um aumento de aporte de recursos da ordem de R\$ 1.373.189.000 em 2014,

para R\$ 1.908.893.896 em 2017, o que representa um crescimento de 39%.

O destaque fica para a população carcerária de Mato Grosso. A exemplo de outras unidades da federação, existe superlotação nos presídios por causa do déficit de vagas, sem contar as condições desumanas. Eram 10.138 presos em 2014 para um total de 5.909 vagas, ou seja, 73% de déficit. Em 2017 esse número elevou-se a 10.363 presos para um total de 6.369 vagas, o que reflete um déficit de 62%.

### Aspectos positivos em relação à segurança pública em Mato Grosso

Entre os aspectos positivos relacionados com a redução da criminalidade em Mato Grosso, merece destaque o Decreto nº 183, de 8 de julho de 2015, que institui 15 Regiões Territoriais Integradas de Segurança Pública (RISP), vinculadas à Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal. Entre as providências, destaca no artigo 3º que: Os órgãos de segurança pública abaixo relacionados atuarão de forma integrada, dentro dos limites territoriais das Regiões Integradas de Segurança Pública - RISP. I - Polícia Judiciária Civil; II - Polícia Militar; III - Corpo de Bombeiros Militar; IV - Perícia Oficial e Identificação Técnica.

Os dados são monitorados online e alimentados diariamente, exigindo, da chefia imediata de cada região, tomada de providências e apresentação de plano de atuação sobre a área.

Os gastos com segurança pública também devem ser levados em consideração. Só de efetivo policial nos últimos três anos foram incorporados 3.663 profissionais (delegados, investigadores, escrivães, polícia técnica e científica, policiais e bombeiros militares). Destaque ainda para o investimento de R\$ 13 milhões em inteligência e análise criminal para combater as facções criminosas, como Comando Vermelho, Primeiro Comando da Capital e a modalidade de crime contra o patrimônio "novo cangaço", que atuam no Estado. Por fim, o aumento progressi-

vo de apreensão de armas de fogo e drogas.

### **Aspectos Negativos**

Na pesquisa Diagnóstico dos Homicídios no Brasil, realizada em 2015 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, que avaliou os assassinatos em Mato Grosso, a violência interpessoal, gangues e drogas são relacionados como causas dos homicídios. Assim, levando-se em consideração que cerca de 50% dos crimes contra a vida são praticados por incivilidades e questões que envolvem relacionamentos intersubjetivos, é preciso reforçar o sistema de prevenção com políticas sociais envolvendo União, estado e município, através de políticas e programas na área de esporte, lazer, cultura, qualificação profissional e geração de renda.

Outra variável que impacta na segurança pública é a necessidade de reforçar a segurança na fronteira oeste de Mato Grosso. Os tráficos de drogas, armas, de pessoas e descaminhos de mercadorias potencializam a criminalidade na capital e no interior.

O crime organizado enraizado no sistema prisional e fora dele é outra variável que precisa de um trabalho constante de inteligência policial e de repressão qualificada para reduzir o seu impacto sobre os crimes contra a vida e contra o patrimônio.

Estes são os desafios do próximo governador em relação à segurança pública, bem como manter em queda os índices de violência e criminalidade no Estado, através de um plano estruturado com a participação da sociedade civil, sistema de justiça criminal e as polícias.

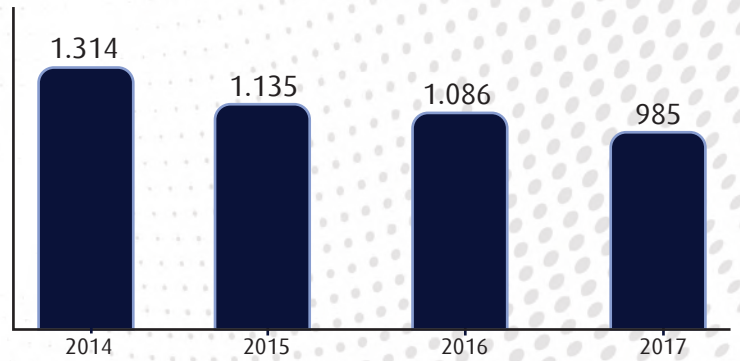
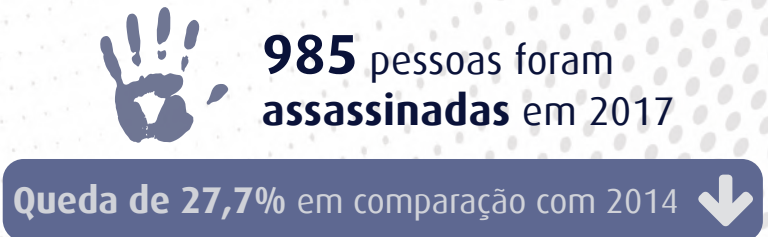
**Naldson Ramos da Costa**

Membro Fundador do Núcleo Interinstitucional de Estudo da Violência e Cidadania (NIEV-Ci/UFMT) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



## HOMICÍDIOS DOLOSOS



## LATROCÍNIO

**50** pessoas foram vítimas em 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **18** vítimas no ano de 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**7** policiais foram assassinados em 2017

**Redução de 68,2%** de 2014 a 2017



## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**18** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**48** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017

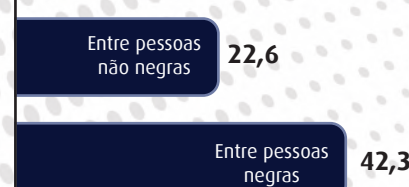
**Crescimento de 148%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**84** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **76** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA



Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarcerados para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/GI/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 (IPEA/FBSP).

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**27.493** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Redução de 44,2% no período, sendo **5.402** veículos subtraídos em 2017



**20** registros de **carga roubada** em 2017

↓ **Redução de 19,7%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**10.362** presos em 2016

↓ **Queda de 0,4%** de 2014 a 2016

**1,6 detento** para cada **1 vaga**

**52%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 571,00** gasto per capita em 2017

**1,9 Bilhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



**Aumento de 39%** entre 2014 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**1.705** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



**Crescimento de 26%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**2.039** notificações de desaparecimento em 2017



**Aumento de 78%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **6.317** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**2.682** armas apreendidas no último ano



**Aumento de 14%** de 2014 a 2017

Segurança  
Pública  
em



# Mato Grosso do Sul

2014 a 2017

**Estatísticas do Estado:**

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ):** 0,236 - 23º estado com maior índice no país

**População:** 2.713.147 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 1.291,00 - 7º entre os estados

**IDH:** 0,729 - 10º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 23º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA



## Segurança Pública no Mato Grosso do Sul: sobre viver nas fronteiras

A segurança pública em Mato Grosso do Sul vem apresentando mudanças significativas nos últimos anos: se a violência letal do Estado, nos anos 2000 a 2007, apresentava taxa de homicídio de 32,8 por 100 mil habitantes considerando os municípios fronteiriços, o restante do estado apresentava taxa de 28,3 por 100 mil habitantes. Uma das conclusões principais, feitas a partir de um estudo feito pelo Núcleo de Estudos da Violência (Salla, Alvarez e Hildebrand, 2011), é que a faixa de fronteira revelou a presença de taxas crescentes de violência. Mato Grosso do Sul com 43,6% da população na faixa de fronteira representava 47,3% dos homicídios do estado. As taxas do Estado na primeira década dos anos 2000 estavam acima da média nacional: 30,6 (2000), 31,9 (2004), 35,1 (2007), com variação positiva de 14,7%.

Os municípios de fronteira figuravam entre os dez municípios brasileiros com as maiores taxas médias de homicídio, entre 2000 a 2007. Três dos municípios que integravam essa lista – Coronel Sapucaia (MS), Foz do Iguaçu (PR) e Chupinguaia (RO) – representavam alguns dos pontos mais violentos da fronteira brasileira. Coronel Sapucaia e Chupinguaia são municípios de pequeno porte, mas evidentemente esse fato não reduz a dimensão da violência que os números expressavam quando analisados segundo a taxa por 100 mil habitantes, sobretudo porque se considerou a média das taxas de homicídio para um período de oito anos (2000-2007). Dourados, por exemplo, figurava na 98ª posição com a média de 76 homicídios por ano entre 2000 e 2007.

É fato que esse quadro vem sofrendo modificações recentes nos últimos anos. Segundo o último anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2017 ocorreram 530 homicídios (taxa de 19,5) e 565 mortes violentas intencionais (taxa de 20,8 por cem mil habitantes), as quais incluem 23 latrocínios, 12 mortes tipificadas como lesão corporal seguida de morte e, ainda, 39 mortes decorrentes de intervenções policiais, 1 policial morto e, por fim, a triste

marca de 27 feminicídios.

Podemos dizer que os homicídios no Estado<sup>1</sup> estão em declínio desde pelo menos 2014, quando o número de homicídios absoluto foi de 596, havendo redução de 14% na taxa, que passou de 22,8 para 19,5 homicídios por cem mil habitantes em 2017, abaixo da taxa média nacional de homicídios (de 26,9 por 100 mil habitantes, conforme o Anuário do FBSP, 2018). Os latrocínios também diminuíram nesse período (41 latrocínios em termos absolutos em 2014 para 23 em 2017). No entanto, é importante ressaltar que, apesar de haver redução importante das mortes decorrentes de intervenção policial no período 2014-2017 (56,7%), infelizmente esses casos em termos absolutos voltaram a aumentar no ano de 2017, retomando o mesmo patamar de 2015 (aproximadamente 40 mortes).

Ora se ainda é cedo para falarmos em uma tendência geral de queda nos homicídios no Estado, também se faz igualmente importante ressaltar, de acordo com os dados do Atlas da Violência 2018, que a região está distante das regiões com índices mais violentos do país, como comumente se veicula nas representações cotidianas da violência sobre o Estado, especialmente, advindas dos grandes meios de comunicação de massa. A despeito da redução, a pergunta que permanece é: quem mais morre em Mato Grosso do Sul? Destacam-se os grupos que mais morrem no Estado:

Jovens: o estado apresentou um total de 274 homicídios de 15 a 29 anos, chegando à taxa de 71,9 mortes por 100 mil habitantes quando considerados os jovens do sexo masculino, de acordo com o Atlas da Violência (FBSP/IPEA, Cerqueira et al, 2018).

Negros: taxa de não negros de homicídio é de 22,6 por 100 mil e taxa de homicídios de negros é 28,6 por 100 mil habitantes (ibid);

Mulheres: o número continua sendo grande de

mulheres mortas no Estado do Mato Grosso do Sul: registramos 80 casos em 2016. A variação é positiva e nota-se um crescimento de 37,9% dos casos entre 2015 e 2016. Quando se considera a taxa por 100 mil habitantes do sexo feminino, observa-se que a taxa de homicídios de mulheres é de 6,0 colocando o Estado de Mato Grosso do Sul entre as unidades da federação em que mais morrem mulheres no Brasil (junto aos Estados de Mato Grosso, 6,4; Rondônia, 6,2; Roraima, 10,0 e Tocantins, 6,0). Se analisarmos as mulheres negras a taxa aumenta para 6,3 por 100 mil habitantes. Por fim, ressaltamos que tivemos 34 feminicídios em 2016 e 27 em 2017, segundo os dados do Anuário, colocando-nos entre os Estados em que mais ocorre violência contra as mulheres.

Por fim, destaco ainda um fenômeno conhecido no Estado: o suicídio de jovens indígenas. Como se sabe, a taxa de mortalidade entre os índios é quase três vezes mais (15,2) em comparação com os brancos (5,9) e negros (4,7). Nos estados do Centro-Oeste e Norte a taxa de suicídio de jovens é maior do que nos demais estados da Federação, ou seja, associa o fato de que nos Estados com maior representação da população indígena se tem o maior fenômeno do suicídio entre jovens: a taxa em Mato Grosso do Sul é de 13,3 por 100 mil habitantes; e no Amazonas é de 11,9 por 100 mil habitantes (SIM, Ministério da Saúde, 2017).

Qual política de segurança pública queremos para o nosso amanhã? Menos mortes e menos prisões. Então, o que estamos fazendo com nossa juventude? A resposta, infelizmente, é triste: estamos encarcerando ou matando jovens, pobres e negros. Especialmente em Mato Grosso do Sul há hoje o encarceramento massivo, sendo o Estado que possui a segunda maior taxa de encarceramento: 957, por cem mil habitantes em 2016 (18.668 presas e presos em 2016, contra 13.309 em 2014). A maioria dos presos e presas estão condenados por infrações relacionadas às drogas e crimes patrimoniais em presídios superlotados, com alto déficit de vagas: a taxa de ocupação é de 241% (próxima a dos estados da Bahia, Paraíba e Rondônia).

É preciso, portanto, seguir lutando pela agenda

de segurança pública cidadã: institucionalizar e ampliar as políticas de desencarceramento; fomentar as alternativas penais; priorizar as políticas de assistências e de reintegração social da pessoa privada de liberdade; produzir diagnósticos e aprofundar, cada vez mais, o intercâmbio com as universidades, movimentos sociais e ONG's de modo que possamos criar políticas de segurança e direitos humanos com foco no Estado, especialmente orientadas para as mulheres, negros e negras e, claro, os jovens. Estas devem ser pensadas sempre em torno das especificidades da violência nas relações de intimidade e afeto, além da inibição da arma de fogo e da legitimação do estatuto do desarmamento. E, claro, para modificar a atual política de drogas começando pela descriminalização do usuário de drogas, que deve ter direito a uma efetiva política de saúde pública. E, por fim, ao não aprisionamento massivo de jovens primários que tem as suas existências marcadas nas fronteiras e centros do Brasil pelo estigma da prisão.

#### Referências:

SALLA, Fernando; ALVAREZ, Marcos César; OI, Amanda Hildebrand. Homicídios na faixa de fronteira do Brasil, 2000-2007. (Relatório de Pesquisa do Projeto Violência e Fronteiras – FAPESP / CNPq). São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP), 2011. 251 p.

CERQUEIRA, D; LIMA, R.S; BUENO, S.; NEME, C; FERREIRA, H.; COELHO, D.; ALVES, P; PINHEIRO, M; ASTOLFI, R; MARQUES, D.; REIS, M.; MORIAN, F. Atlas da Violência, IPEA e FBSP, 2018, 93p.

---

<sup>1</sup>Muitas destas questões estão sendo analisadas no projeto "Drogas, Violência e Fronteiras" financiado pelo CNPQ e sob minha coordenação.

### **Marcelo da Silveira Campos**

Sociólogo, Doutor em Sociologia pela USP. Professor Adjunto da UFGD, coordenador do LADIF, presidente do NEEF e pesquisador do InEAC.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



**565** pessoas foram vítimas de MVI em 2017, com uma taxa de **20,8** por 100 mil habitantes

6° estado **menos violento** do país

Redução de **15,6%** em relação a 2014

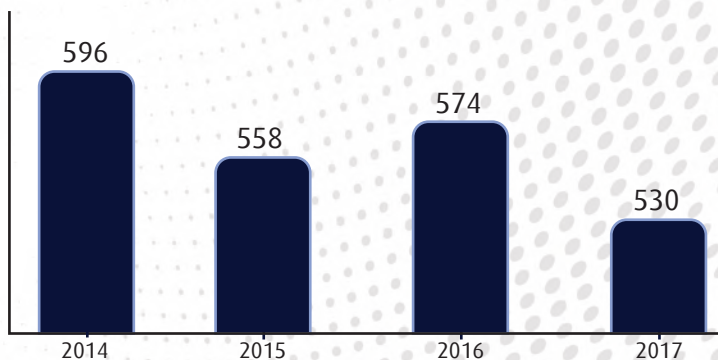


## HOMICÍDIOS DOLOSOS



**530** pessoas foram assassinadas em 2017

Queda de **14,1%** em comparação com 2014



## LATROCÍNIO

**23** pessoas foram vítimas em 2017



A taxa de latrocínio **caiu 47%** entre 2014 e 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **12** vítimas no ano de 2017

Aumento de **44,8%** de 2014 para 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**1** policial foi assassinado em 2017

Redução de **96,2%** de 2014 a 2017



**0%** em serviço

**100%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**39** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**192** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017



Redução de **56,7%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**84** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **27** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **21**

Entre pessoas negras **28,6**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarcerados para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**18.757** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Redução de 15% no período, sendo **4.554** veículos subtraídos em 2017



**0** registros de **carga roubada** em 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**18.668** presos em 2016

**↑** Aumento de 36,5% de 2014 a 2016

**2,4 detentos** para cada **1 vaga**

**30%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 494,00** gasto per capita em 2017

**1,3 Bilhão** gasto pelo Estado no ano de 2017



Aumento de **15%** entre 2014 e 2017 **↑**

## VIOLÊNCIA SEXUAL



**1.792** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017

**↑** Crescimento de **22,4%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**1.713** notificações de desaparecimento em 2017



Aumento de **7%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **6.382** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**891** armas apreendidas no último ano



**↓** Redução de **15,7%** de 2014 a 2017

Segurança  
Pública  
em



# Minas Gerais

2014 a 2017

**Estatísticas do Estado:**

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ):** 0,248 - 22º estado com maior índice no país

**População:** 21.119.536 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 1.224,00 - 10º entre os estados

**IDH:** 0,731 - 9º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 16º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Retrocessos da política de segurança pública no Estado de Minas Gerais

Ao observar as informações disponíveis neste Anuário, aparentemente, temos muito a comemorar. Afinal, nos últimos três anos as mortes violentas intencionais em Minas Gerais caíram 8,2%, sendo que as taxas de homicídio decresceram 9,2%. Estaríamos, dessa maneira, diante de um fato a ser comemorado, o que não é necessariamente a realidade. As taxas de mortes violentas caíram entre os três últimos anos, mas ainda se encontram em patamares muito elevados, ou pelo menos semelhantes a outros picos ao longo dos últimos 20 anos. Para entender essa alteração, é preciso rememorar alguns dos episódios vivenciados na década passada.

Os dados do Ministério da Saúde referentes às mortes violentas por agressões mostram que, nos últimos 20 anos, Minas Gerais passou por alterações do ponto de vista do patamar de suas taxas de violência letal: entre 1996 e 2003, houve um crescimento exponencial das taxas de mortes violentas, saindo em 1996 de 7,56 mortes por 100 mil habitantes para 22,84 mortes em 2004; a partir de 2005 até 2010 essa taxa apresentou certo decréscimo, alcançando, em 2010, a taxa de 18,60 mortes, e voltou a subir a partir de 2011, atingindo o patamar de 24,06 mortes por 100 mil habitantes em 2014 e decaindo lentamente desde então, chegando a 19,6 mortes em 2017.

O que aconteceu nos últimos 14 anos em Minas Gerais é um exemplo de como a instabilidade e a mudança política podem contribuir para o aumento das taxas de mortes violentas intencionais. O diagnóstico lançado no início dos anos 2000 era o de que já não era mais possível assumir um padrão de crimes violentos tal como em Minas Gerais, em especial, pelo exponencial aumento entre os anos de 1996 e 2003. O caos na gestão da política carcerária, a tamanha fragmentação das polícias, a ausência de prioridade e de investimento financeiros, entre tantos outros fatores que impactam diretamente na redução da criminalidade foram o ponto de partida de debates entre os atores políticos e

pesquisadores que naquele período assumem tal agenda como central, focalizando quatro problemas prioritários, quais sejam: a necessidade de superar a ausência de investimento financeiro no campo; a urgência em aprimorar e constituir um novo arranjo organizacional no âmbito das polícias Civil e Militar, apostando num modelo mais integrado e voltado para a perspectiva cidadã; a urgência em reformar o sistema prisional para se evitar as cirandas da morte em razão da elevada superlotação nos distritos policiais; além da imperiosa necessidade de uma política de prevenção ao crime que promovesse o acesso à justiça, diminuísse a reincidência entre os egressos do sistema prisional, se voltasse a medidas e penas alternativas à prisão e atuasse, primordialmente, na redução dos homicídios de jovens.

A cena da reforma foi lançada no ato de eleição de Aécio Neves – PSDB (mandato 2003-2006) para o governo do estado. Foi a partir deste marco que se constituiu um modelo de gestão da segurança pública baseado na governança do que se convencionou chamar de sistema de defesa social. A perspectiva era consolidar um arranjo interinstitucional capaz de investir esforços políticos e financeiros, reformar as organizações – desde as forças policiais até os sistemas prisionais e socioeducativo – e ainda, inovar em programas capazes de reduzir a criminalidade, aliando prevenção à repressão.

Os resultados alcançados nos primeiros anos de implementação desse arranjo de defesa social foram bastante alvissareiros. Mesmo assim, esse quadro de reformas não durou muito anos, mesmo com a sequência de gestões governamentais que assumiam um mesmo ideal partidário: o PSDB governou o estado entre 2003 e 2014, mas as taxas de mortes violentas intencionais voltam a crescer a partir de 2011. Certamente, o insucesso da política de integração das polícias no caso mineiro, que se torna mais evidente com a reinstauração da Secretaria de Segurança Pública em 2016, não auxiliou na redução do crime, o que pode ser vislumbrado

no roubo de carga, que cresceu quase 26% no último triênio, de acordo com os dados publicados neste Anuário.

Outro ponto de deterioração foi o sistema prisional, cujo crescimento de 19,8% em apenas três anos não parece ser capaz de reduzir os crimes contra o patrimônio, que são aqueles que geram maior temor na população, com destaque para o latrocínio, que cresceu 62% entre 2014 e 2017. Além disso, a taxa de ocupação de quase 200% faz com que tenhamos um diagnóstico novamente muito semelhante àquele do começo dos anos 2000: uma panela de pressão que pode explodir a qualquer momento, em razão da sua constante precarização e da sua atual população, de mais de 70.000 mil presos.

E o que pareceu ser também inovação, a política social de prevenção à criminalidade, com o programa Fica Vivo, por exemplo, sofre de total fragmentação, isolamento e baixa institucionalidade, além da redução drástica em seu orçamento e das interrupções em nível gerencial, o que comprometeu diretamente a rotina destes programas. Podemos destacar também que nenhuma das ações realizadas no âmbito do sistema socioeducativo foi capaz de atenuar o problema da mortalidade juvenil nem tampouco apresentar qualquer perspectiva de diminuição da reincidência e de redução da criminalidade. Se em 2003 a inovação da governança destacava a construção de decisões colegiadas, com a colaboração dos órgãos na tomada de decisão, de modo que os atores que compunham todo o espectro da defesa social pudessem se envolver e participar das deliberações atinentes as suas demandas e necessidades, tal instância de decisão foi deixada de lado. Podemos considerar este o principal retrocesso na agenda da política de segurança pública, o qual contribuiu para a descontinuidade do modelo implantado no Estado de Minas Gerais no início da década passada

Logo, o caso de Minas Gerais, cujas taxas de mortes violentas parecem ter estabilizado em patamares tão elevados como os que suscitaram a constituição de um novo arranjo de governança do sistema de segurança pública, nos parece um bom exemplo de como a deterioração de

atores e políticas pode levar a anos perdidos nesta área. Sabemos que constituir um novo modelo de segurança baseado na governança não será, necessariamente, o que irá alterar as práticas policiais empregadas no interior deste campo, onde a lógica da vigilância e do controle é uma prerrogativa central. Assim sendo, o caso mineiro nos ensina o quão frágil são as reformas dessa área e o quão difícil é garantir a sustentabilidade de uma política de segurança pública cidadã.

---

*<sup>1</sup> Parte das ideias que inspiraram este texto foram desenvolvidas pelas autoras numa outra publicação. Neste sentido, ver: RIBEIRO, Ludmila; LOPES, Ariane Gontijo. Public Safety Policy in the State of Minas Gerais (2003-2016): Agenda Problems and Path Dependence. *International Journal of Criminology and Sociology*, v. 7, p. 121-134, 2018.*

## **Ariane Gontijo Lopes**

Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

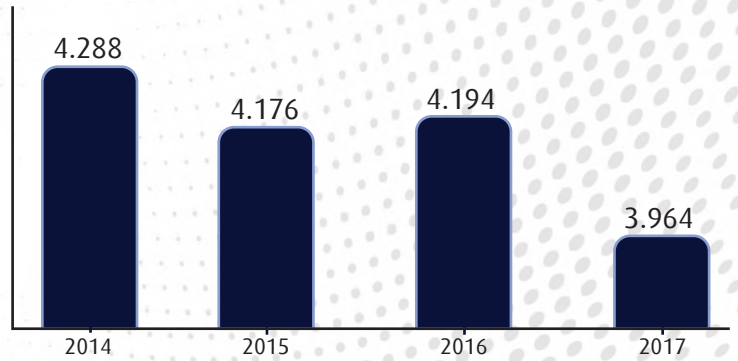
## **Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro**

Professora Adjunta do Departamento de Sociologia (DSO) e pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), ambos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



## HOMICÍDIOS DOLOSOS



## LATROCÍNIO

**104** pessoas foram vítimas em 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **66** vítimas no ano de 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**12** policiais foram assassinados em 2017

**Redução de 20%** de 2014 a 2017

**50%** em serviço

**50%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**164** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**517** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017

**Crescimento de 27,8%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**344** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **145** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **13,6**

Entre pessoas negras **27,2**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem: Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, as taxas referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se às taxas de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxas de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade dos policiais é por mil policiais no ativo considerando o efetivo considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadac, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018. (5) Para a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, foi excluída a subjunção "Previdência do Regime Estatutário" dos despesas com segurança pública.



## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**156.402** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Redução de **5,6%** no período, sendo **38.460** veículos subtraídos em 2017



**604** registros de **carga roubada** em 2017

↑ **Aumento de 26%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**68.354** presos em 2016

↑ **Crescimento de 19,8%** de 2014 a 2016

**1,9 detento** para cada **1 vaga**

**55%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 434,00** gasto per capita em 2017

**9,2 Bilhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



**Aumento de 6,2%** entre 2014 e 2017



## VIOLÊNCIA SEXUAL



**5.199** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



**Aumento de 27,6%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**8.878** notificações de desaparecimento em 2017



**Redução de 22,8%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **38.475** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**23.543** armas apreendidas no último ano



**Aumento de 6,7%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública no Pará



## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IV):** 0,471 - 3º estado com maior índice no país

**População:** 8.366.628 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 715,00 - 25º entre os estados

**IDH:** 0,646 - 25º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 2º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Quanto vale uma vida no Pará?

Os sentimentos de medo, insegurança e desamparo permeiam a vida da população paraense. Os números ora apresentados revelam a expansão da violência e da criminalidade, como o aumento de 19,3% das mortes violentas intencionais, porém há um fator mais alarmante: a atuação policial. Pois se cresce a exigência social para que as intervenções militares sejam mais condignas aos direitos humanos, também aumenta a preocupação com a sobrevivência dos que se dedicam a segurança pública. Estamos, cada vez mais, entrando em um cenário de extermínio. O aumento de 146,3% da letalidade na atuação das forças policiais e de 68,2% de policiais mortos nos remete a uma reflexão: quanto vale uma vida no Pará? Como os policiais podem agir com profissionalismo se os sentimentos de medo, ódio e vingança permeiam seu cotidiano? A polícia está agindo para proteger ou para sobreviver? Como alterar essa realidade?

São tempos para refletir e, necessariamente, agir. Analisar os erros, rever doutrinas e procedimentos, procurar construir uma nova realidade com serenidade, seriedade e comprometimento. É preciso problematizar a violência, falar sobre a morte quando se quer proteger a vida! Potencializar a reflexão, como nos indica Arendt (2004, p. 36 apud LIMA, 2009, p.123): “os grandes perpetradores do mal, aqueles que não se lembram, porque nunca se envolveram na atividade de pensar, nada pode retê-los, porque sem recordação eles estão sem raízes”. Logo, se a morte é um tema tabu na sociedade brasileira, falar dela no meio policial é uma necessidade.

É improtelável ter uma formação que contribua para reverter o olhar desconfiado entre a “polícia” e as “comunidades empobrecidas” e/ ou os movimentos sociais, dado o fato que todos estão no “mesmo barco” de carência e desumanidade. É imperioso termos policiais com aguçado senso crítico para enxergar quem está por trás e alimenta essa rivalidade, pois ela continua centrada na periferia, nos “pobres”, e entre os “pobres”, contribuindo para manutenção do

sistema com sua estrutura classista e desigual.

Urge pensar uma ação policial que englobe valores de Direitos Humanos e Cidadania, pois apesar do meio policial e da cena midiática destacarem a coragem e o heroísmo, os relatos atuais dos policiais revelam que o sentimento dominante na sua ação profissional é o medo.<sup>1</sup> Seja o medo de morrer em serviço ou o medo de ser denunciado por alguma prática cometida durante o mesmo serviço. Neste mesmo cenário, inúmeras pessoas sentem medo e impotência, pois são vítimas de racismo, preconceito e distinções de classe, somando-se a criminalização e a estigmatização de movimentos sociais que clamam pela vida, justiça e igualdade social. E sobre o medo lembramos a lição da Antígona de Sófocles de que “o mais apavorado é o que semeia o medo. A violência é a mãe da violência”.

Os dados revelam as pulsões de violência na modernidade e suas formas de reprodução, como a situação gritante de 46,8% dos presos no Pará em 2016 serem provisórios, e do mesmo modo apontam que apesar do aumento geral dos crimes, os gastos da função segurança pública permaneceram quase inalterados, inclusive sendo ligeiramente menores em 2017 do que foram em 2015. Logo essa questão precisa ser equacionada pela gestão pública, para que se possa ter uma polícia equipada, capacitada, motivada, com melhores condições de trabalho e de vida. Uma política de segurança pública planejada que propague a vida como um bem maior e o direito de ir e vir na cidade e no campo.

Por outro lado, cabe destacar que a significativa redução de 60,1% de pessoas desaparecidas no Pará, sendo um estado com dimensões territoriais tão elevadas (1.247.955,238 km<sup>2</sup>), é um ponto muito positivo na área de proteção da Infância e da Juventude, dado que as crianças e adolescentes figuram como os maiores desaparecidos (LIMA, 2016).

Convém lembrarmos que o Pará inovou em 1996 quando criou o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS-PA), tendo como seu mais importante órgão deliberativo o Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEP-PA)<sup>2</sup>, que tem uma atuação ímpar no fortalecimento de ações integradas entre as instituições de segurança pública, bem como na promoção de decisões compartilhadas e dialogadas com a sociedade. É necessário novamente inovar, se reinventar, pois a garantia de resultados a longo prazo depende de um Estado forte, atuante e democrático, que promova a integração dos setores da saúde, assistência social, educação, cultura e lazer, urbanismo, bem como, geração de emprego e renda.

Discursos violentos só engendram mais violência, o caminho é o partilhar, compartilhar, pois os desafios são enormes para os governantes, gestores e demais agentes públicos, assim como para comunidade científica e para sociedade em geral, que precisa se unir e refletir sobre os caminhos percorridos, vislumbrar qual trilha pretende percorrer, enxergar um novo horizonte, e estando na Amazônia, poder caminhar pelas sombras das árvores, respirar ar puro, sentar nas praças, nadar e navegar em águas mais tranquilas.

#### Referências:

LIMA, Cristiane. Direitos Humanos e Dilemas da Democracia no Brasil: um estudo sociológico do trabalho policial (1985-2009). Tese de Doutorado. Natal:RN, 2009). Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/13736>. Acesso em 30 Jul 2018.

LIMA, Cristiane S L. Mapeamento e levantamento de dados referentes às Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente e de Atendimento à Criança ou Adolescente em Conflito com a Lei – Região Centro-Oeste e Norte. Consultoria SENASP/PNUD, 2016.

<sup>1</sup> <https://www.uol/noticias/especiais/no-fogo-cruza-do-do-para.htm#medo-faz-pm-agir-antes-do-crime-diz-oficial-da-reserva>

<sup>2</sup> O Conselho Estadual de Segurança Pública/CONSEP do Estado do Pará, criado pela Lei Estadual nº 5.944, de 02/02/1996 e reorganizado pela Lei Estadual nº 7.584, de 28/12/2011.

### **Cristiane do Socorro Loureiro Lima**

Doutora em Ciências Sociais (UFRN/UC).  
Tenente-coronel RR da Polícia Militar do Pará.  
Professora da Universidade da Amazônia e do Instituto de Ensino de Segurança do Pará.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

**4.465** pessoas foram vítimas de MVI em 2017, com uma taxa de **53,4** por 100 mil habitantes

8º estado **mais violento** do país

**Aumento de 19,3%** em relação a 2014

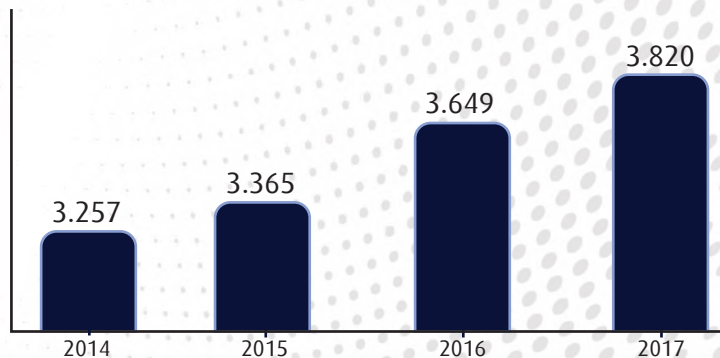


## HOMICÍDIOS DOLOSOS



**3.820** pessoas foram assassinadas em 2017

Alta de **13,2%** em comparação com 2014



## LATROCÍNIO

**222** pessoas foram vítimas em 2017



A taxa de latrocínio **creceu 19%** entre 2014 e 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **35** vítimas no ano de 2017

**Aumento de 53,5%** de 2014 para 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**37** policiais foram assassinados em 2017

**Crescimento de 68,2%** de 2014 a 2017



**35%** em serviço

**65%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**388** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**1.014** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017



**Crescimento de 146%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**277** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **37** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **16,9**

Entre pessoas negras **57,7**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**39.672** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Aumento de **56,5%** no período, sendo **13.450** veículos subtraídos em 2017



**131** registros de **carga roubada** em 2017

↑ Aumento de **58%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**14.244** presos em 2016

↑ Crescimento de **11,7%** de 2014 a 2016

**1,7** detento para cada **1** vaga

**47%** de todos os detentos são provisórios

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 278,00** gasto per capita em 2017

**2,3 Bilhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



Aumento de **0,8%** entre 2014 e 2017



## VIOLÊNCIA SEXUAL



**3.334** pessoas foram vítimas de estupro em 2017



Aumento de **10%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**1.189** notificações de desaparecimento em 2017



Redução de **60%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **7.603** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**930** armas apreendidas no último ano



Redução de **22,3%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública na



# Paraíba

## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IV):** 0,442 - 8º estado com maior índice no país

**População:** 4.025.558 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 928,00 - 16º entre os estados

**IDH:** 0,658 - 23º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 10º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## A Paraíba no caminho certo

Os últimos sete anos marcam uma guinada na gestão da segurança pública na Paraíba. Influenciado pelo modelo de gestão por resultados do Pacto pela Vida de Pernambuco, o Estado instituiu, em 2011, o programa Paraíba Unida pela Paz, que, dentre outras conquistas, conseguiu, em sete anos, reduzir de 44 para 31,9 a taxa de mortes violentas intencionais.

Num país em que os problemas de governança e gestão da segurança são tão graves que às vezes nem mesmo receitas testadas e aprovadas funcionam, a Paraíba conseguiu definir prioridades, organizar um modelo de governança, compatibilizar os territórios policiais, investir em produção e análise da informação e criar um sistema de metas e bonificação que, além preservar vidas, valorizou os profissionais e possibilitou reestruturar toda a área da segurança.

Conversas com profissionais de segurança do Estado me permitiram mapear, para além da adoção do modelo de gestão por resultados, alguns outros fatores que considero fundamentais para os avanços do Estado na área: o fato de que o governador efetivamente vestiu a camisa do programa e assumiu sua liderança, prestigiando os gestores de áreas, a permanência, por longo período, do mesmo secretário e do mesmo comandante geral da PM, que possibilitou o desenho de estratégias de médio prazo, e o engajamento dos policiais que toparam o desafio de priorizar a redução das mortes violentas no Estado.

A Paraíba é o único Estado do país que acumula queda no número de mortes violentas intencionais há 6 anos. Ainda que os dados específicos sobre feminicídio apresentem aumento entre 2015 e 2017, o número de mulheres assassinadas no Estado entre 2011 e 2017 caiu 48%, de acordo com a Secretaria de Segurança. No mesmo período, as forças de segurança do Estado retiraram das ruas mais de 21 mil armas, das quais 57% eram revólveres e pistolas.

Apesar de, como em todo o resto do país, a superpopulação carcerária ter aumentado, o Estado conseguiu não ser assolado pelas crises no sistema que atingiram os estados de divisa, especialmente o Ceará e o Rio Grande do Norte.

Importante registrar, ainda, as iniciativas voltadas à sustentabilidade do programa, que foi todo institucionalizado por um conjunto de atos normativos, inclusive leis, que modelaram um arcabouço organizacional que possibilita sua continuidade, mesmo com a troca de governo. Mas ainda há muito a caminhar.

O desequilíbrio da autonomia das forças policiais no Estado, que conta com polícia militar e bombeiros basicamente independentes e com uma polícia civil que sequer tem orçamento próprio, e à qual ainda é subordinada a perícia criminal, mostra a necessidade de adotar rapidamente um mecanismo de governança orçamentária que fortaleça a capacidade de coordenação da Secretaria de Segurança. Este papel de coordenação é fundamental para que os esforços do sistema sejam convergentes e não pode estar à mercê das boas relações pessoais entre secretário e comandantes.

Os crimes violentos contra o patrimônio ainda não entraram, de fato, na pauta do Estado e a situação do sistema penitenciário é gravíssima, com uma quantidade de presos 117% superior à de vagas e estabelecimentos penais muitas vezes em situações para lá de desumanas.

Boa parte das estatísticas criminais são ainda produzidas manualmente e poucas unidades policiais são informatizadas, o que ilustra os enormes desafios para os avanços tecnológicos no sistema de segurança.

Repetindo um cenário comum no país, o esforço concentrado em colocar o programa de pé e conseguir dar uma resposta aos homicídios não foi acompanhado da construção de uma política de prevenção estruturada e transversal, que pudesse engajar os demais atores de governo e



da sociedade civil na pauta e que permitisse a potencialização dos resultados colhidos a médio prazo e a construção efetiva de uma cultura de paz no Estado.

Por fim, mas não menos importante, há que se olhar com cuidado para a pauta da vitimização e da letalidade policial. Vinte policiais foram assassinados no Estado nos últimos quatro anos e, no mesmo período, 90 pessoas foram mortas em decorrência de ação policial. Assegurar o respeito aos direitos humanos, nos dois lados desta mesma moeda, é fundamental se, de verdade, buscamos a construção de uma política de segurança cidadã.

Ao contrário da vida, nas políticas públicas o caminho não se faz ao caminhar e, na Paraíba, já está mapeado. Se investir em inovações, ajustes na rota e retomada de fôlego, há motivos para crer que o Estado reúne todas as condições para avançar muito no longo percurso que ainda tem pela frente.

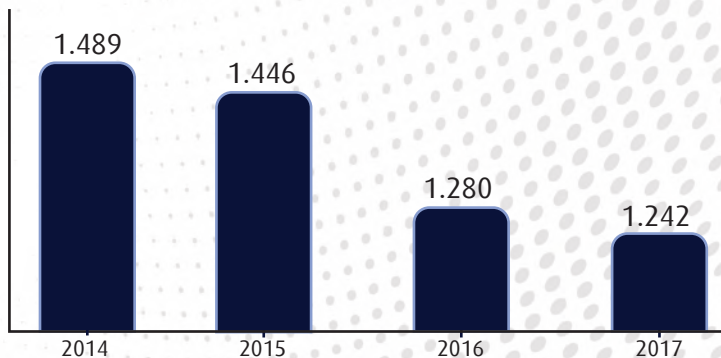
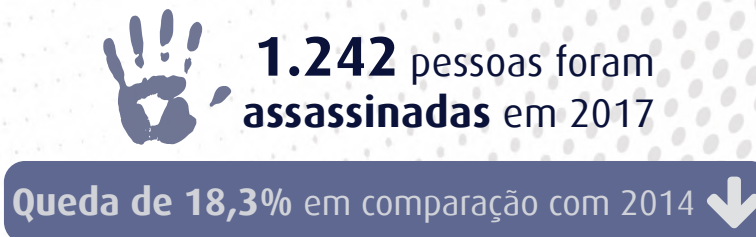
## **Isabel Figueiredo**

Advogada, mestre em Direito e consultora sênior do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Foi Secretária Adjunta de Segurança Pública do Distrito Federal e Diretora de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

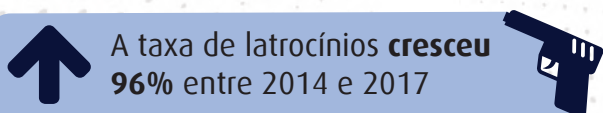


## HOMICÍDIOS DOLOSOS



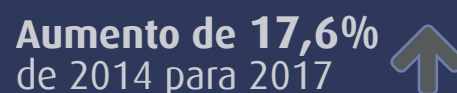
## LATROCÍNIO

**38** pessoas foram vítimas em 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **6** vítimas no ano de 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**6** policiais foram assassinados em 2017

Crescimento de **200%** de 2014 a 2017



## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**30** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**90** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017



Crescimento de **27,8%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**76** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **22** casos foram registrados como feminicídio

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **5,8**

Entre pessoas negras **46,5**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais no ativo considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018. IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**15.543** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Aumento de **102%** no período, sendo **5.267** veículos subtraídos em 2017



**61** registros de **carga roubada** em 2017

↑ Aumento de **1.892%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**11.373** presos em 2016

↑ Crescimento de **7,4%** de 2014 a 2016

**2,2 detentos** para cada **1 vaga**

**42%** de todos os detentos são provisórios

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 290,00** gasto per capita em 2017

**1,1 bilhão** gasto pelo Estado no ano de 2017



Crescimento de **10,5%** entre 2014 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**365** pessoas foram vítimas de estupro em 2017



Aumento de **2,6%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**185** notificações de desaparecimento em 2017



Diminuição de **69%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **461** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**3.462** armas apreendidas no último ano



Aumento de **287%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública no



# Paraná

## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ):** 0,275 - 21º estado com maior índice no país

**População:** 11.320.892 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 1.472,00 - 5º entre os estados

**IDH:** 0,749 - 5º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 21º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Encarceramento em massa e alta letalidade policial: os custos sociais de uma política de segurança militarizada

Os dados do estado do Paraná referentes a mortes violentas intencionais no período 2014 a 2017 apresentam estabilidade nos dois primeiros anos, com leve alta em 2016 e redução em 2017. Importante destacar a redução significativa nos crimes letais intencionais, sendo que 2017 registrou a menor taxa do período para os crimes de homicídio doloso (19,3), bem como a diminuição significativa dos latrocínios e a redução em 46,6% das lesões corporais seguidas de morte. Os crimes de feminicídio mantiveram-se estáveis, com baixa variação.

Por outro lado, destaca-se o aumento expressivo em 31% de mortes decorrentes de intervenções policiais no período analisado, chegando a 265 mortos em 2017. Em relação à vitimização policial, os números de 2017 voltaram ao patamar de 2014, totalizando 9 policiais mortos e 2015 teve o número mais expressivo, registrando a morte de 19 policiais. O altíssimo crescimento da letalidade policial é um problema preocupante que deverá requerer diagnóstico e medidas drásticas do próximo Governador do Paraná, estando em completo descompasso com as boas notícias de redução das demais modalidades de mortes violentas intencionais.

Em relação aos crimes contra o patrimônio, os dados se restringiram ao roubo e furto de veículos – os quais, em termos gerais, aumentaram no período, cujo auge foi 2016 com 32.821 casos. Não se tem informações sobre outras modalidades de roubos (nem de furtos), cada uma das quais envolve uma dinâmica própria, com níveis bastante variados de planejamento, sofisticação e organização e uso de armamentos. Só para citar um exemplo, o roubo a instituições financeiras (bancos, empresas de guarda e transporte de valores, carros-fortes) ou de cargas não podem, em hipótese alguma, ser subsumido na mesma categoria do roubo a transeuntes ou a residências.

No que diz respeito aos recursos públicos, destaca-se o aumento significativo dos gastos referentes à segurança pública no Estado do Paraná,

que registrou um aumento entre 2014 e 2017 de 41,6% em valores absolutos e 38,6% per capita. Os dados corroboram com a necessidade de transparência da destinação da verba, bem como a importância de estudos e organização de políticas públicas na área a partir de dados, pesquisas e investimento em inteligência. Isso por que apesar do aumento significativo e gradativo a partir de 2014, não há um impacto decrescente na criminalidade e violência no Estado do Paraná – mesmo a redução de mortes violentas só ocorreu de maneira mais significativa no último ano do período analisado. Portanto, é necessário debater o uso dos recursos públicos, estabelecendo prioridades.

Além do crescimento da letalidade policial, a situação mais grave que permite coadunar a análise dos dados do Estado do Paraná, é a situação prisional. Houve uma exasperação vertiginosa da população carcerária no período, que chega a 81,7%, totalizando em números absolutos 51.700 presos em 2017, muito acima das 18.365 vagas disponíveis no estado. O número de presos provisórios manteve-se estável, bem como os estarecedores 9.826 presos custodiados pela polícia em 2017. Vale lembrar que a custódia em delegacias de polícia, além da sobrecarga e desvio de função policial e da falta de segurança, implica condições desumanas, aviltantes e ilegais de encarceramento.

Não por acaso assiste-se também o aumento da influência das facções prisionais, principalmente o PCC (DIAS, 2013) nas prisões paranaenses: esse fenômeno está diretamente relacionado ao aumento do encarceramento e à degradação das condições de custódia que praticamente impõem aos presos a necessidade de buscar condições para sua própria sobrevivência. Trata-se, em suma, de uma política de Estado que fortalece esses grupos.

Em síntese, a partir dos dados analisados, pode-se apontar que são dois os principais problemas postos ao próximo governador do Paraná na área da segurança e do sistema prisional: 1) a

intensificação da militarização das polícias, que tem no aumento do número de mortes em confronto policial (a despeito da redução dos crimes letais) um de seus efeitos imediatos; 2) o aumento exponencial da população carcerária, submetida à situação de violação de direitos humanos, ilegalidade no cumprimento da lei de execuções penais e, como seu efeito direto, o aumento do controle das facções criminosas dentro e fora das prisões e a prisão como locus de organização do crime.

Como elemento que expressa de maneira unitária esses dois conjuntos de desafios, destacamos a vinculação da administração prisional à pasta da Segurança Pública, constituindo a Secretaria de Segurança Pública Pública e Administração Penitenciária<sup>1</sup> e que tem como gestor dos presídios um oficial da polícia militar. Desnecessário dizer o quanto essas condições institucionais são inadequadas para a implementação de uma política prisional propriamente dita, que integre conhecimentos próprios desta área, cujas ações deveriam extrapolar – e muito – a mera construção de novas unidades penitenciárias.

A mudança deste quadro nas políticas de segurança pública e do sistema prisional só pode ocorrer se os dados e informações coletados permitirem a elaboração de diagnósticos e a discussão com técnicos, profissionais da área e entidades da sociedade civil para a definição de prioridades e a elaboração de políticas públicas intersetoriais, integradas e planejadas com ações de curto, médio e longo prazo.

Tais políticas públicas precisam mudar o padrão atualmente vigente de se lastrearem no policiamento intensivo militarizado e no flagrante policial. É necessário, de um lado, adotar um modelo que integre a prevenção no sentido de reduzir a vulnerabilidade de algumas localidades e de alguns segmentos da população específicos, com a oferta de serviços públicos de qualidade (saneamento, moradia, educação, saúde etc); de outro lado, é necessário recuperar a capacidade de investigação da polícia e dispor de ferramentas e tecnologias que possibilitem um trabalho de inteligência policial, integrado em várias dimensões e com vários outros setores do Estado.

#### Referência:

DIAS, C. N. PCC: Hegemonia nas prisões e monopólio da violência. Ed. Saraiva: São Paulo, 2013.

---

<sup>1</sup><http://www.seguranca.pr.gov.br/>

#### **Aknaton Toczek Souza**

Professor da SECAL, mestre e doutorando em sociologia pela UFPR, pesquisador do CESP-DH/UFPR.

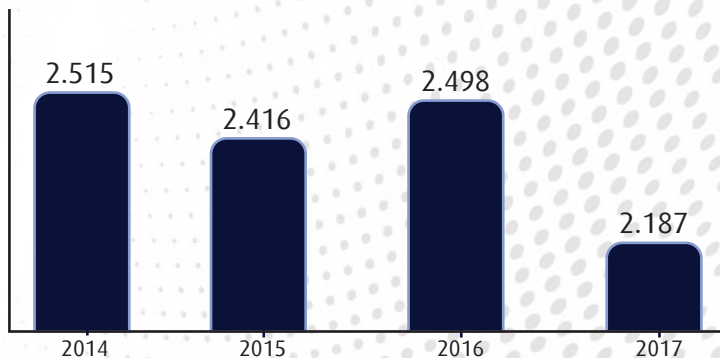
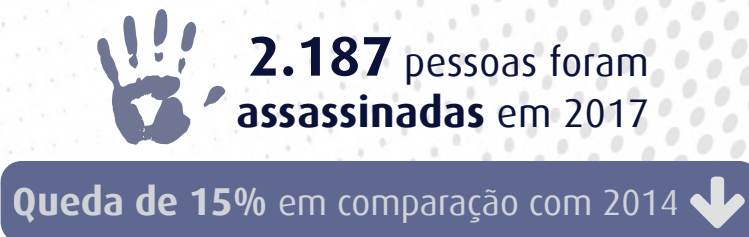
#### **Camila Nunes Dias**

Professora da UFABC, mestre e doutora em Sociologia pela USP, pesquisadora do NEV-USP, associada ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



## HOMICÍDIOS DOLOSOS



## LATROCÍNIO

**67** pessoas foram vítimas em 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **36** vítimas no ano de 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**9** policiais foram assassinados em 2017

Mesmo número de ocorrências em 2014



## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**265** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

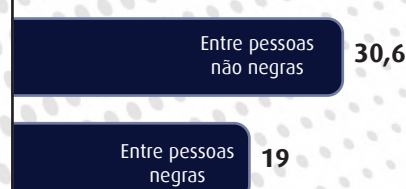


## MORTES DE MULHERES



**180** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **21** casos foram registrados como feminicídio

## RAÇA E VIOLÊNCIA



Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos índices por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os índices referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se aos índices de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxas de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018. IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**114.647** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Aumento de **12%** no período, sendo **30.585** veículos subtraídos em 2017



Os dados de roubo de carga não foram informados pelo estado



## SISTEMA PRISIONAL



**51.700** presos em 2016



Crescimento de **81,7%** de 2014 a 2016

**2,8 detentos** para cada **1 vaga**

**11%** de todos os detentos são provisórios

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 385,00** gasto per capita em 2017

**4,3 Bilhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



Aumento de **41,6%** entre 2014 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**4.952** pessoas foram vítimas de estupro em 2017



Aumento de **12,8%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**6.993** notificações de desaparecimento em 2017



Redução de **1%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **27.335** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**6.956** armas apreendidas no último ano



Redução de **0,8%** de 2014 a 2017



# Segurança Pública em



# Pernambuco

## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IV):** 0,455 - 4º estado com maior índice no país

**População:** 9.473.266 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 852,00 - 18º entre os estados

**IDH:** 0,673 - 19º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 4º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Inovações possíveis na segurança pública de Pernambuco

Os dados ora divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018 apontam o agravamento da situação de criminalidade e violência no estado de Pernambuco nos últimos 4 anos. Como pode ser observado, nos crimes contra o patrimônio elencados, quase que duplicaram os registros de roubos e furtos de veículos. Para os crimes de roubo de cargas, houve um forte incremento, com aumentos exponenciais para o mesmo período.

Para além desses números, entretanto, os dados mais preocupantes referem-se àqueles contra a pessoa ou contra a vida. Com relação aos estupros, as taxas sinalizam um movimento de estabilidade, muito embora uma visão mais apurada sobre esse tipo de crime deva considerar a existência ou não de mecanismos afeitos às políticas públicas de prevenção e enfrentamento às violências de gênero, tais como promoção de incentivos e de estímulos às denúncias, aumento da confiabilidade nas forças de segurança pública e na justiça, entre outros.

Nos crimes letais intencionais, houve uma reversão da tendência de reduções acentuadas constatadas entre os anos de 2007 e 2013 (IPEA & FBSP, 2017). Se, para esse período, a ordem de reduções acumuladas foi de 36%, os anos seguintes fizeram com que o estado apresentasse um incremento de 55% no conjunto das mortes violentas intencionais, atingindo, em 2017, o maior número de mortes já registradas em Pernambuco, conforme se verifica no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018.

Importante salientar que, ao longo de todo esse período, o Pacto pela Vida, lançado ainda no primeiro mandato de Eduardo Campos como governador do Estado, tornou-se referência nacional de estratégia exitosa na redução de homicídios e de alguns crimes contra o patrimônio. A política promoveu um choque de gestão por resultados na segurança pública, amparada na criação de áreas e regiões de atuação policial integrada, na determinação de metas de redução criminal, na criação de comitês estratégicos

de monitoramento e avaliação das metas definidas, na qualificação das investigações e na premiação da atividade policial por desempenho – medidas absorvidas de experiências como a de Nova York e do estado de Minas Gerais e posteriormente replicadas para outras Unidades da Federação.

Tal experiência exemplifica a mobilização de esforços dos poderes executivos no que se refere ao estabelecimento de ações governamentais e de políticas públicas intersetoriais de segurança apontadas, por alguns estudos, como um dos elementos fundamentais para o decréscimo dos índices de criminalidade violenta letal e intencional em algumas Unidades da Federação. Aliada ao estabelecimento de uma agenda de intervenção prioritária por parte das lideranças políticas e pelos setores competentes sobre o tema, a consolidação de um corpo técnico e operacional afinado com as diretrizes das políticas e comprometido com a condução e execução das ações de impacto propostas são pressupostos considerados estratégicos na redução da criminalidade violenta, em geral, e dos homicídios, em particular. (FERREIRA et al., 2009; SAPORI, 2007; PEREIRA & GRASSI, 2013; RATTON et al., 2014; MISSE, 2014; ZAVERUCHA e NÓBREGA JR., 2015).

Nesse sentido, a revisão e o aprimoramento da política pernambucana podem produzir uma reversão do quadro de incremento de criminalidades e violências, para além de medidas ostensivas e repressivas. Torna-se necessário avançar o modelo de segurança pública assumido pelo Estado (MACÊDO, 2012), o qual apresentou impactos na redução dos índices criminais durante alguns anos mas que, na última década, agravou a situação do seu sistema prisional.

Desse modo, inovar nas políticas de segurança pública representa focalizar medidas de impacto consistente e direto sobre as mortes violentas intencionais, contemplando uma agenda que intervenha sobre as dinâmicas sociais que interferem no fenômeno, tais como:

- qualificação do trabalho investigativo especializado;
- redução da letalidade policial;
- incentivo às denúncias;
- atenção às vítimas de homicídios tentados, testemunhas e desaparecidos;
- redução do tempo resposta para os socorros prestados às vítimas;
- medidas de proteção social e acessibilidade a serviços e equipamentos públicos para jovens em situação de vulnerabilidade;
- atenção aos egressos dos sistemas prisional e de medidas socioeducativas;
- linhas de incentivo financeiro para a indução de políticas municipais e transversais à segurança pública.

De modo geral, a mensuração de resultados das políticas de segurança pública baseia-se em critérios quantitativos. Calcula-se, em regra, se as taxas e números de crimes aumentaram ou reduziram, tomando-se como referência o mesmo período de anos anteriores. Assim, esse perfil de política pública não tende a apropriar as subjetividades e especificidades que tornam descontínua a vida de muitos jovens e, como produto, são pouco habilitadas a lidar com a perspectiva da prevenção aos crimes. A invisibilidade pode ser repercutida, como resultado das políticas de segurança pública, em incremento do número de encarceramentos e medidas de privação da liberdade.

Consideradas algumas das restrições, há um potencial dado de que a atuação do Estado pode produzir alternativas consistentes. O papel do Governo Federal como instância indutora das políticas já demonstrou ter impacto na mobilização dos temas e abordagens assumidas nas políticas estaduais. Os intercâmbios promovidos entre os entes subnacionais também podem ser centrais na replicação e apropriação de experiências inovadoras nesse campo.

#### Referências:

FERREIRA, Sinésio Pires; SÉRGIO DE LIMA, Renato & BESSA, Wagner. Criminalidade Violenta e Homicídios em São Paulo: Fatores Explicativos e Movimentos Recentes. **Coleção Segurança com Cidadania**, Ministério da Justiça, ano I, nº 03, p. 11-20, 2009.

IPEA, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2017. Brasília: IPEA, 2017.

MACÊDO, Andréia de Oliveira. **“Polícia, quando quer, faz!”: Análise da Estrutura de Governança do “Pacto pela Vida” de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, UnB, 2012.

MISSE, Daniel Ganem. Cinco anos de UPP: Um breve balanço. **DILEMAS**, Rio de Janeiro, Vol. 7, nº 3, p. 675-700, jul./ago./set. 2014.

PEREIRA, André Luiz Greve & GRASSI, Robson Antonio. Compreendendo a redução dos homicídios no estado de São Paulo no período 1998-2008. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, Ano 19, nº 40, p. 191-216, jan./jun. 2013

RATTON, José Luiz; GALVÃO, Clarissa & FERNANDEZ, Michelle. **O Pacto pela Vida e a Redução de Homicídios em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé. 2014.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil: Desafios e Perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV. 2007.

ZAVERUCHA, Jorge & NÓBREGA JR., José Maria Pereira da. O Pacto pela Vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco. **DILEMAS**, Rio de Janeiro, Vol. 8, nº 2, p. 235-252, abr./mai./jun. 2015.

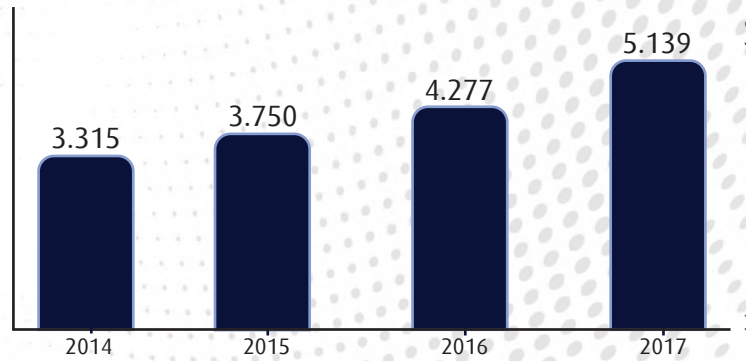
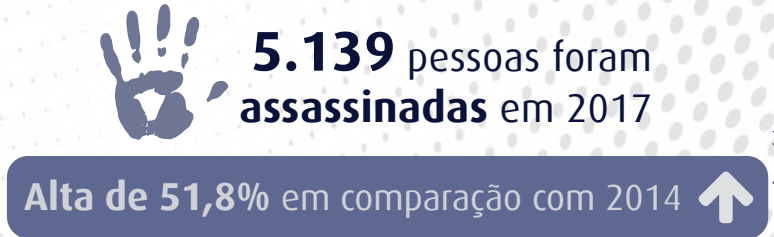
## Andréia de Oliveira Macêdo

Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança da Universidade de Brasília (NEVIS) e Mestra em Sociologia. Atua em políticas de segurança pública desde 2005. Em 2012, defendeu dissertação de mestrado sobre o Pacto pela Vida de Pernambuco.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



## HOMICÍDIOS DOLOSOS



## LATROCÍNIO

**250** pessoas foram vítimas em 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **37** vítimas no ano de 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**24** policiais foram assassinados em 2017

**Crescimento de 41,2%** de 2014 a 2017

**8%** em serviço

**92%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**123** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**260** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017

**Crescimento de 315,4%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**316** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **76** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **17,8**

Entre pessoas negras **60,4**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarcerados para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**75.781** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Aumento de **91%** no período, sendo **26.531** veículos subtraídos em 2017



**677** registros de **carga roubada** em 2017

↑ Aumento de **135%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**34.556** presos em 2016

↑ Crescimento de **28,1%** de 2014 a 2016

**3 detentos** para cada **1 vaga**

**50%** de todos os detentos são provisórios

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 267,00** gasto per capita em 2017

**2,5 bilhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



Redução de **5,6%** entre 2014 e 2017



## VIOLÊNCIA SEXUAL



**2.049** pessoas foram vítimas de estupro em 2017



Redução de **10%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**2.970** notificações de desaparecimento em 2017



Aumento de **4,7%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **11.470** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**4.697** armas apreendidas no último ano



Redução de **31%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública no



# Piauí

## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ):** 0,427 - 11º estado com maior índice no país

**População:** 3.219.257 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 750,00 - 24º entre os estados

**IDH:** 0,646 - 24º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 3º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## A Segurança Pública no Piauí

A segurança pública tem sido um tema recorrente na agenda política brasileira com ressonâncias em plataformas de governos, meio acadêmico e no cotidiano das pessoas. O avanço acelerado da criminalidade e da violência nas últimas décadas, notadamente nos grandes centros urbanos e nas cidades menores, evidenciam índices letais em escala epidêmica. Além disso, convivemos com um sistema de segurança pública que carece de amplas e urgentes reformas (Santos, Gontijo & Amaral, 2015).

Trata-se de uma matéria negligenciada pelo Estado Brasileiro ao longo de décadas, considerando que o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública foi aprovado somente em 2000. Desde então os Planos Nacionais têm introduzido alguns avanços, como a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, a criação do Sistema Único de Segurança Pública e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania/Pronasci, aumentando assim os investimentos para o setor por parte dos Governos Federal e Estaduais. No caso do Piauí, teve um salto no investimento público nessa área ao passar de R\$ 72.389.310 em 2014 (gasto per capita de R\$ 23,00) para R\$ 257.185.710 em 2015 (gasto per capita de R\$ 80,00), alcançando em 2016 a cifra de R\$ 724.787.001 (gasto per capita de R\$ 226,00). Ressalve-se que, de acordo com a Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí, nos anos de 2014 e 2015 parte das despesas da função Segurança Pública foi alocada na Função Administração, o que explica em grande medida o salto de investimentos na área.

Por hora está em vigência o quarto Plano Nacional, aprovado em 2017, que apesar do pouco tempo em vigor apresenta dificuldades que são históricas nessa área: a questão orçamentária e de execução financeira, devido aos contingenciamentos e cortes (no Piauí houve uma queda dos gastos na função segurança pública no Estado em 2017 da ordem de 1,4% em relação a 2016); as mudanças institucionais (equipe ministerial); a pouca clareza quanto aos indicadores, metas e prioridades a serem alcançados;

e a falta de critérios de avaliação e monitoramento. Ou seja, trata-se de um quadro que evidencia um problema político-institucional crônico por parte do Estado brasileiro para lidar com o avanço acelerado da criminalidade (organização e profissionalização) e, consequentemente, da violência que se instaurou no país.

Especificamente sobre os indicadores em segurança pública no Piauí, no ano de 2017 foram registradas 651 ocorrências de mortes violentas intencionais, 597 de homicídio doloso, 45 envolvendo latrocínio, 9 de lesão corporal seguida de morte, 30 registros de morte decorrentes de intervenções policiais e 5 policiais mortos. Se compararmos esses índices com os de 2014, percebe-se uma variação negativa nas taxas de mortes violentas intencionais (-12%), homicídio doloso (-13,5%) e casos lesão corporal seguida de morte (-36,2%). Por outro lado, houve um crescimento significativo no mesmo período de registros de crimes letais envolvendo situações de latrocínio (35 para 45 ocorrências), mortes decorrentes de intervenções policiais (16 para 30 ocorrências) e de policiais mortos (3 para 5 ocorrências), o que pode indicar um aumento de situações de confronto direto em ações policiais. Quanto aos crimes contra o patrimônio, em 2017 ocorreram 5.991 registros de roubo e furto de veículos (crescimento de 15,1% na taxa de ocorrências por 100 mil veículos em relação a 2014) e de 4 para 33 registros de roubo de carga.

Trata-se de um quadro delicado, que requer mais atenção das autoridades competentes inclusive daqueles que concorrerão a futuros mandatos eleitorais no Estado. Tais indicadores precisam inclusive ser tratados com outras metodologias de investigação que permitam estratificar os dados de modo a conhecer o perfil da população vítima de violência: sexo, idade, escolaridade, por tipo de violência/crime e local da ocorrência. Alguns estudos têm indicado que o problema da violência letal adquiriu novos contornos: trata-se de fenômeno impulsionado pela morte de jovens, moradores de bairros da

periferia das grandes cidades do país (Zilli, 2015). Nesse aspecto, a parceria com instituições de pesquisa científica é importante para ampliar a compreensão do fenômeno que constitui grande desafio na formulação de políticas públicas de segurança com foco na prevenção e mediação de conflitos.

Outro aspecto que tem chamado atenção no Piauí são os casos de feminicídio. Em 2015 foram registrados 26 casos, em 2016 foram 31 casos e em 2017 foram 26 casos. Certamente são dados que preocupam considerando que o Piauí já foi colocado como o estado que lidera o índice de feminicídio no Brasil. É fato que esse tipo de violência muitas vezes é subestimado, portanto, sugere-se maior investimento na investigação e prevenção do feminicídio no Piauí. Quanto aos casos envolvendo estupros, contou-se 773 ocorrências em 2017, portanto, um crescimento de 60% em relação a 2014. Quanto a pessoas desaparecidas, foram registrados 478 casos, indicando uma queda de 2,7% na taxa por 100 mil habitantes se comparado com as ocorrências de 2014.

No tocante a população carcerária do Piauí, em 2016, esta alcançou o total de 4.032 pessoas. Portanto, houve um aumento de 26,9% na taxa de encarceramento em relação a 2014. Sendo que em 2016 o sistema penitenciário do Estado contava com somente 2.363 vagas, o que confere uma relação de 1,7 preso por vaga. Ademais, consta ainda o total de 2.217 presos provisórios, correspondendo a 55% dos presos do sistema penitenciário. Tais dados não podem ser lidos com a frieza numérica que comportam. Não podemos esquecer que vivemos em tempos de uma “penalidade neoliberal” (Wacquant, 1999, p. 04), em que há toda uma lógica e estrutura institucional, discursiva e prática ligadas à pena, que pretendem por meio policial e penitenciário atenuar os problemas por vezes determinados pela dimensão econômica e social. A consequência direta disto é o aumento da população carcerária, por conseguinte, do aumento por demanda para criação de mais unidades prisionais e por sua privatização nas últimas décadas no Brasil. Ações de políticas reintegradoras são urgentes nesse âmbito! Além disso, não podemos esquecer da realidade dos estabelecimen-

tos prisionais do Estado que convivem historicamente com a superlotação; condições precárias de celas; precariedades materiais como falta de produtos de limpeza, material de higiene; deficiência no fornecimento de medicamentos básicos; dificuldade de tratamento para presos com transtornos mentais; registro de presos vivendo com HIV, casos de tuberculose e hanseníase sem tratamento adequado; além de queixas quanto aos atrasos nos andamentos dos processos.

Diante desse contexto é importante tomar a matéria como prioridade na agenda política atual, porém, com a participação ampla da sociedade na construção da política de segurança pública que se pretende para o estado do Piauí.

#### Referências:

SANTOS, IRIS GOMES DOS, GONTIJO, JOSÉ GERALDO LEANDRO, & AMARAL, ERNESTO F. L. (2015). A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais (1999-2010). *Opinião Pública*, 21(1), 105-131. Wacquant, Loïc. (2001). *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ZILLI, LUÍS FELIPE. (2015). O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. *Etnográfica*, 19(3), 463-487.

**João Paulo Macedo**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Piauí.



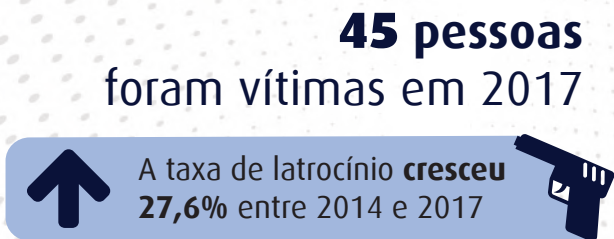
## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



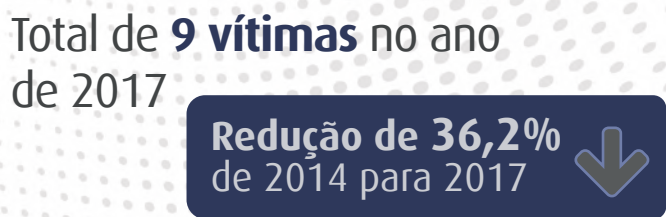
## HOMICÍDIOS DOLOSOS



## LATROCÍNIO



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE



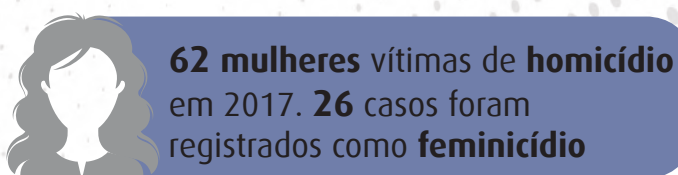
## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



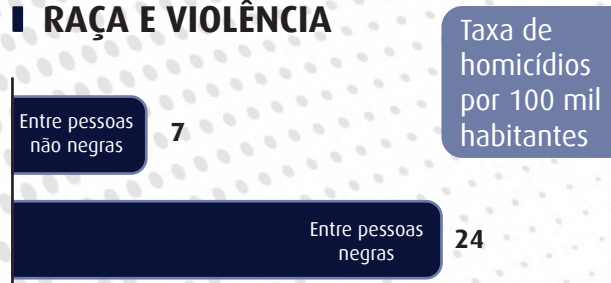
## LETALIDADE DAS POLÍCIAS



## MORTES DE MULHERES



## RAÇA E VIOLÊNCIA



Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem: Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se às taxa de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade dos policiais e por mil policiais no ativo considerando o efetivo dos corpos de Bombeiros Militares e Polícia Militar, a partir dos dados de efetivo do Estado, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP. (5) A Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí informa que a execução dos gastos com segurança segue a classificação funcional aprovada na Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada exercício de referência e, portanto, sua execução segue a mesma classificação. Para os anos de 2014 e 2015, parte dos despesas da Função de Segurança Pública foram alocados na Função de Administração. Também por esse razão as variações dos gastos com segurança pública (Total e per capita) foram calculadas para o período de 2016 a 2017.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**20.541** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Aumento de **15%** no período, sendo **5.991** veículos subtraídos em 2017



**33** registros de **carga roubada** em 2017

↑ Aumento de **718%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**4.032** presos em 2016

↑ Crescimento de **27%** de 2014 a 2016

**1,7** detento para cada **1** vaga

**55%** de todos os detentos são provisórios

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 222,00** gasto per capita em 2017

**714 Milhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



Redução de **1,4%** entre 2016 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**773** pessoas foram vítimas de estupro em 2017



Alta de **59,5%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**478** notificações de desaparecimento em 2017



Aumento de **2,7%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **1.915** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**791** armas apreendidas no último ano



Queda de **20,8%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública no Rio de Janeiro 2014 a 2017



## Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ):** 0,308 - 20° estado com maior índice no país

**População:** 16.718.956 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 1.445,00 - 6° entre os estados

**IDH:** 0,761 - 4° lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 8° lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Rio de Janeiro, de maravilhas, de mortes, de medo e do caos. Até quando?

O Rio de Janeiro, no decorrer dos últimos trinta anos, tem sido “palco” de diversas experiências provenientes muitas vezes de agendas díspares entre si, com ênfases variadas, para a área de segurança pública, de acordo com a primazia da agenda governamental para o setor, com vistas a reformular as organizações policiais e judiciais e alterar o quadro de (in)segurança no estado: por um lado aquelas que em favor da “lei e ordem” advogam o recrudescimento das práticas penais, por meio principalmente das ações “enérgicas” da polícia no “combate” ao crime, com reiterado prejuízo do respeito aos direitos humanos, por outro aquelas que em defesa da prevenção articulam as práticas legais e/ou penais a ações sociais, com o compromisso de proteção e garantia dos direitos dos cidadãos. Como resultado, observa-se com relação à atuação policial a adoção de distintos modelos profissionais de polícia, que oscilam ora pela utilização intensiva de táticas e procedimentos de “guerra” para o “combate” ao crime, ora pelo uso de filosofias e estratégias nas quais o respeito aos direitos humanos e a aproximação entre polícia e sociedade são imprescindíveis nas práticas policiais.

Lamentavelmente, ao longo desse período, a alternativa predominante nas agendas governamentais para as questões de segurança pública no estado foi a de incrementar o uso excessivo da força nas ações policiais com vistas à “guerra” e ao “combate” ao crime, colocando o Rio de Janeiro, em diferentes ocasiões, no ranking dos estados mais violentos do país.

Os dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre crimes letais intencionais, crimes contra o patrimônio, informações prisionais, estupro, pessoas desaparecidas, armas de fogo apreendidas, entre outros, relativos ao período de 2014 a 2017, no Rio de Janeiro, expressam o que muitos especialistas vêm denominando como uma “tragédia anunciada” na área da segurança pública, em decorrência especialmente da persistência de políticas de segurança pública que adotam como diretriz

principal os “enfrentamentos” e “confrontos”, com o uso excessivo da força, que tem produzido medo e vitimizações tanto cidadãos como policiais.

Vale salientar, porém, que esse “cenário” não é exclusividade do Rio de Janeiro estendendo-se a todo país, principalmente as regiões metropolitanas e periferias das grandes cidades do país, tendo como maior consequência a perda de vidas. Medo e insegurança - objetiva e subjetiva - têm sido experimentados pela população devido à expectativa de que qualquer pessoa pode se tornar vítima de crime em qualquer ponto das cidades e a qualquer momento de sua vida cotidiana.

Apesar de não ser uma peculiaridade somente do Rio de Janeiro, chama a atenção que no período pesquisado o estado se destacou pelo maior índice de mortes em consequência das intervenções policiais no país: a taxa de mortes decorrentes da ação policial subiu 90% no período (2014-2017), chegando a 6,7 mortes por 100 mil habitantes em 2017 (1127 em números absolutos), como também o número de policiais mortos é igualmente alto, cerca de uma centena por ano. Tiroteios nos chamados “confrontos” entre policiais e grupos armados ilegais fizeram (e fazem) parte do cotidiano da cidade, levando cidadãos, especialmente moradores de favelas e bairros pobres da cidade, bem como policiais a compor as estatísticas dos crimes letais intencionais, sem que se tenha, até o momento, propostas de políticas públicas de segurança exequíveis que subvertam esse dramático “cenário”.

Com relação, ainda, aos crimes letais intencionais no período compreendido de 2014 a 2017, houve uma variação de 6,5% nos homicídios dolosos e de 53,5% nos latrocínios. No Rio de Janeiro, como no Brasil, vida e morte se misturam cotidianamente na mesma face da moeda. Em 16 de fevereiro de 2018, o estado foi submetido a uma intervenção federal de caráter militar, justificada pela necessidade de restituir a “ordem interna”, supostamente desestabilizada,

em face do aumento do crime violento e da ineficácia das forças de segurança estaduais para lidar com a questão. Contudo, como argumenta Cano no Relatório “Rio sob Intervenção” elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Datafolha (2018), a pesquisa de vitimização realizada em 2018 pelo Datafolha no Brasil e no município do Rio de Janeiro evidencia que, afora a violência policial vivenciada pelos cidadãos na cidade do Rio de Janeiro, não há dados registrados de incidência criminal expressivamente maior que a média brasileira justificando essa medida excepcional.

Passados seis meses da intervenção no comando da segurança pública, o quadro mencionado acima não foi alterado. De acordo com o monitoramento do “Observatório da Intervenção” - CEsEC- UCAM, os resultados das operações integradas por militares e policiais não interromperam as ações violentas, como também não apresentaram resultados comprovadamente eficazes para o controle do crime; repetem-se velhas práticas das operações policiais em favelas e bairros pobres da cidade, pautadas pela lógica da “guerra” que exalta o “combate” e a “guerra” e despreza vidas. O direito à vida não é garantido a uma parte significativa da população, que vive com medo de se tornar “mais um número nas estatísticas de mortes”, como também a polícias militares do Rio de Janeiro, que mencionam uma “fila invisível” na qual se encontram e que os levará à morte mais cedo ou mais tarde.

O espaço não permite discutir as possíveis causas que levaram à intervenção federal no Rio de Janeiro, e tampouco o legado que deixará. É necessário, contudo, sublinhar a importância e a urgência de se pautar uma agenda governamental que discuta a governança em segurança pública, envolvendo os diversos atores interessados na construção de alternativas para uma política pública de segurança que detenha esse quadro de violência, com alta letalidade de cidadãos e de policiais. Segurança pública é um direito de todos e para todos, e Estado e sociedade não podem dele prescindir em um Estado Democrático de Direito.

## **Paula Poncioni**

UFRJ e conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo (2003), com estágio no Centro de Criminologia da Universidade de Toronto, Canadá (2002). Pós-doutorado no Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança, Universidade de Brasília e no King’s Brazil Institute, King’s College, Londres (2014-2015).

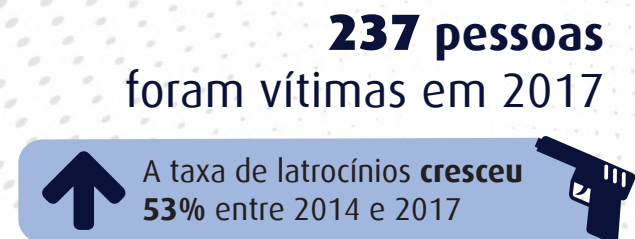
## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



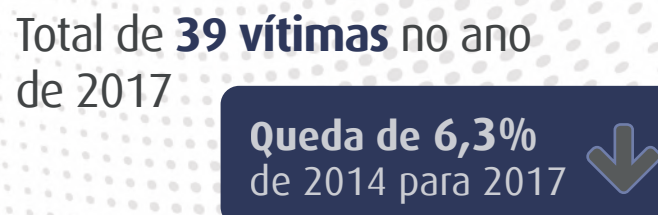
## HOMICÍDIOS DOLOSOS



## LATROCÍNIO



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE



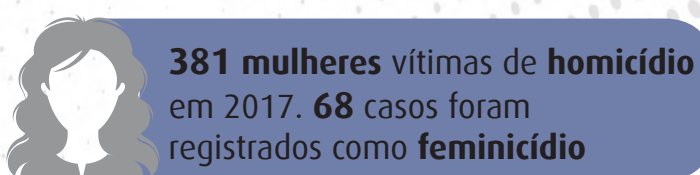
## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



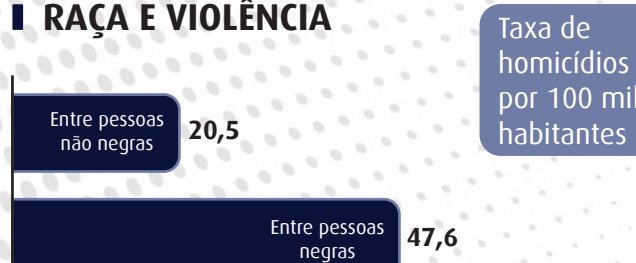
## LETALIDADE DAS POLÍCIAS



## MORTES DE MULHERES



## RAÇA E VIOLÊNCIA



Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarcerados para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**226.844** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Aumento de **26%** no período, sendo **70.074** veículos subtraídos em 2017



**10.599** registros de **carga roubada** em 2017

↑ **Aumento de 77,2%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**50.219** presos em 2016

↑ **Crescimento de 23,8%** de 2014 a 2016

**1,8 detentos** para cada **1 vaga**

**40%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 513,00**  
gasto per capita em 2017

**8,6 bilhões**  
gasto pelo Estado  
no ano de 2017



**Redução de 9,4%**  
entre 2014 e 2017



## VIOLÊNCIA SEXUAL



**4.952** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



**Redução de 14%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**4.439** notificações de desaparecimento em 2017



De 2014 a 2017, **22.645** pessoas foram dadas como desaparecidas

**Redução de 29%** entre os anos de 2014 e 2017

## ARMAS DE FOGO

**8.706** armas apreendidas no último ano



**Redução de 0,9%** de 2014 a 2017

Segurança  
Pública

no

# Rio Grande do Norte

2014 a 2017



**Estatísticas do Estado:**

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ):** 0,394 - 14º estado com maior índice no país

**População:** 3.507.003 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 845,00 - 20º entre os estados

**IDH:** 0,684 - 16º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 5º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA



## Análises e sugestões para uma gestão em segurança pública eficaz no Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte é um estado no mínimo desafiador em matéria de proposituras coerentes, eficazes e duráveis a serem consideradas pela administração que assumirá o poder executivo pelos próximos quatro anos a partir de 1º de janeiro de 2019. E para isso, um dos mais necessários atributos ao bom desempenho da função pública é o conhecimento aprofundado dos problemas a serem enfrentados.

No capítulo da segurança pública e do sistema carcerário, é essencial que haja um rompimento com qualquer tipo de amorismo ou repetição de velhas práticas de gestão que historicamente não vem dando certo, nem mesmo quando revestidas de uma nova roupagem que somente cria diagnósticos míopes da realidade que precisa ser vista e compreendida para ser corretamente enfrentada.

Entre 2014 e 2017 diversos indicadores mostram que as políticas públicas de segurança não veem surtindo o efeito para os quais foram propostas, ou seja, reduzir a criminalidade e a violência e, conseqüentemente, aumentar a segurança daqueles que residem, passeiam ou trabalham no estado, criando a atmosfera social ideal para manter os residentes e atrair o turismo e os investimentos tão importantes para a geração de emprego, renda e outros redutores de desigualdade que por si só já são propulsores da estabilidade.

Dentre os crimes letais intencionais, tão mitigadores da paz e da ordem social geral, somente os feminicídios tiveram uma redução na ordem dos -22,2%. Já o crescimento dos casos de Lesão Corporal Seguida de Morte em cerca de 300%, sendo bem superior ao número de latrocínios, pode ser explicado de duas formas: como uma preocupação maior em mapear esses casos, que anteriormente estariam sendo registrados como homicídios, mas como resultado também do aumento da criminalidade violenta no estado, cujos números se mostram no aumento dos homicídios dolosos em 16,3% e dos latrocínios em 30,1%, isto é, que os crimes contra a vida

tem encontrado solo fértil para seu crescimento no Rio Grande do Norte.

Dois indicadores apontam que há um problema no efetivo policial, tanto em seu quantitativo quanto em sua capacidade de enfrentamento dos problemas da criminalidade. Numa primeira observação se percebe um aumento de 95,8% de mortes decorrentes de intervenção policial, conhecidas ações típicas de estado que precisam ser avaliadas pelo futuro gestor tanto do ponto de vista da necessidade do refazimento do quantitativo efetivo de policiais, quanto da iminente atualização de treinamentos e da melhoria na capacitação do policial para sua atuação na modernidade líquida em que sua atividade precisa ser cada vez mais voltada para o proteger e o servir. Nessa esteira de análises, a agressão sofrida por esses agentes públicos aumentou 200% nesse período, dando claras nuances de que o problema da letalidade e da vitimização policial precisa ser tratado com uma responsabilidade que sobreponha vaidades institucionais.

Como se não bastasse o aumento nos crimes contra a vida, os crimes contra o patrimônio estão em profusão também, o roubo e furto de veículos cresceu 96,4% e o roubo de cargas atingiu assombrosos 415,9% de aumento. O que se percebe é que a capacidade de enfrentar esse problema pelas polícias civis e militares não se resume somente ao déficit de efetivo, mas também à falta de outras condições de trabalho que deem às polícias estaduais as ferramentas tecnológicas e operacionais adequadas para o bom desempenho de suas funções.

Não existem meios de dar correto suporte ao enfrentamento da violência e da criminalidade com uma redução de 3,3% nos investimentos na função segurança pública, nem tampouco uma redução de gasto per capita na ordem de 6% quando a maioria quase absoluta dos indicadores apresenta aumentos sempre superiores. O futuro gestor do Rio Grande do Norte terá que concentrar esforços em ampliar a capacidade

resolutiva das polícias, afinal, 250% de aumento de pessoas desaparecidas no período 2014 a 2017 sinalizam uma deficiência no sistema de informação e inteligência policial. A grande quantidade de crimes cometidos com emprego de armas de fogo mitiga o aumento de 75,2% nas apreensões dessas armas, afinal, esforços devem se concentrar no mapeamento de rotas de criminalidade para uma redução geral dos índices dessa violência.

Inteligência estratégica e voltada para a resolutividade de crimes deve ser premissa em toda gestão que se vê empenhada na translucidez do enfrentamento à violência. Nesse consorte, o sistema prisional precisa ser tratado com mais transparência, mais nitidez pública em suas ações e atividades, de forma a gerar dados que possam consubstanciar diagnósticos críveis. O ano de 2019 se avizinha cada vez mais e não se tem informações de 2017 nem das populações sob custódia de policiais e carcerária total, nem sobre o total de vagas no sistema carcerário do Rio Grande do Norte. Além dessas informações, não se tem ao certo o número de presos provisórios e nem, portanto, a relação preso/vaga. O sistema carcerário no estado não é tratado como um capítulo integrante da segurança pública, e vive num mar de obscuridade que somente dificulta o trabalho do gestor realmente imbuído em construir soluções duráveis e perceptíveis.

Em matéria de segurança pública, o desafio de administrar o Rio Grande do Norte a partir de 2019 somente será enfrentado com desenvoltura por um gestor que realmente possua e saiba usar o conhecimento, utilizando diagnósticos para nortear, mapear e mensurar as políticas adotadas, alinhando suas ações às bulas dos especialistas, sabendo que mudar e adequar os rumos previstos não é demérito algum, pelo contrário, é a verdadeira atitude de quem faz gestão pública para o crescimento da sociedade.

## **Ivenio Hermes**

Arquiteto e urbanista, pesquisador e escritor vencedor do Prêmio Literário Tancredo Neves. Coordenador de Pesquisa do OBVIO – Observatório da Violência do Rio Grande do Norte, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas da UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Consultor do Conselho Especial de Segurança Pública e Políticas Carcerárias da OAB-RN e Membro Sênior do FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

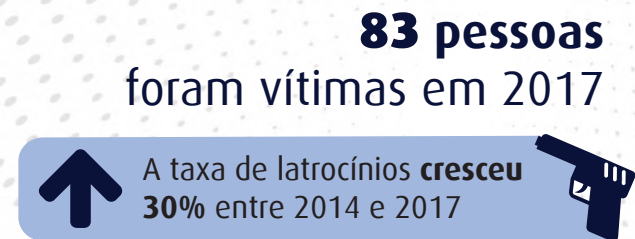
## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



## HOMICÍDIOS DOLOSOS



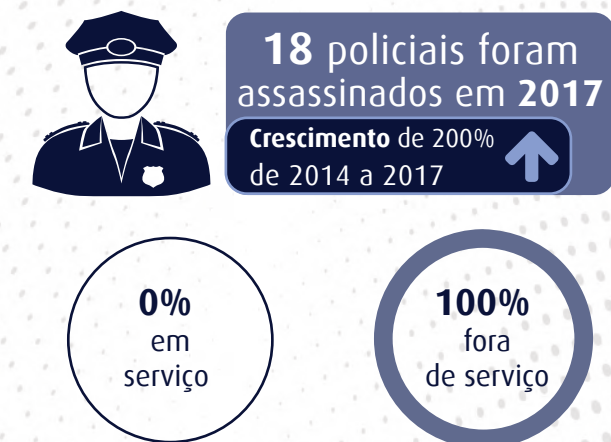
## LATROCÍNIO



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE



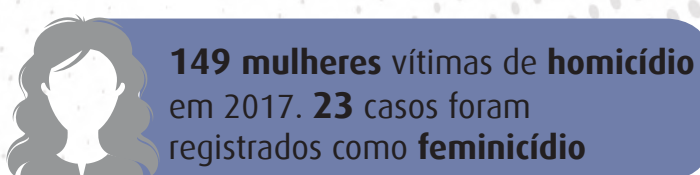
## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



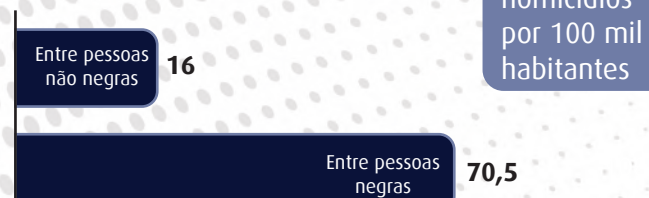
## LETALIDADE DAS POLÍCIAS



## MORTES DE MULHERES



## RAÇA E VIOLÊNCIA



Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**24.436** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Aumento de **96,4%** no período, sendo **8.321** veículos subtraídos em 2017



**69** registros de **carga roubada** em 2017

↑ **Aumento de 416%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**8.809** presos em 2016

↑ **Crescimento de 7,2%** de 2014 a 2016

**2,1 detentos** para cada **1 vaga**

**32%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 253,00** gasto per capita em 2017

**886 Milhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



Redução de **3,3%** entre 2014 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**213** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



Redução de **36%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**303** notificações de desaparecimento em 2017



Aumento de **250%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **823** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**961** armas apreendidas no último ano



Aumento de **75%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública no Rio Grande do Sul



2014 a 2017

#### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ):** 0,216 - 25º estado com maior índice no país

**População:** 11.322.895 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 1.635,00 - 3º entre os estados

**IDH:** 0,746 - 6º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 15º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Lições dos anos difíceis

O Anuário da Segurança Pública de 2018 apresenta um panorama importante para avaliar a violência no Brasil e nos estados ao longo dos primeiros três anos das atuais gestões estaduais.

No caso do Rio Grande do Sul, nos últimos dois anos o estado atingiu os piores índices de sua história contemporânea e Porto Alegre ingressou no ranking das 50 cidades mais violentas do mundo. Os indicadores apresentados no Anuário a respeito de 2017 mostram algumas reduções com relação ao terrível ano de 2016, mas quase todos ainda acima dos patamares de 2014.

Completamos o período com um aumento de 13,5% no total de homicídios dolosos no estado, situação que faz hoje com que 22% da população de Porto Alegre já tenha perdido algum familiar vítima de homicídio, conforme pesquisa de vitimização feita pelo Instituto Cidade Segura<sup>1</sup>. Já a redução dos latrocínios em 13% e o fato do número de policiais mortos não ter crescido, como ocorreu em outros estados, são boas notícias, apesar de a letalidade policial ter crescido em preocupantes 45% no mesmo período.

Infelizmente o Rio Grande do Sul não enviou para o Fórum Brasileiro os dados referentes à população prisional, mas o cenário que vimos nesse período foi a repetição da receita tradicional no Brasil de responder ao aumento dos índices de violência com o mero crescimento do número de presos, 20% em apenas dois anos. O agravamento da superlotação nos presídios, sem a abertura de novas vagas, o aumento o número de presos provisórios e o início da prática de custodiar presos em delegacias, algo que até anos atrás o Rio Grande se orgulhava de não ter, são as condições ideais para as facções criminais arregimentarem seus exércitos.

Em relação ao orçamento da Segurança Pública, foram dois anos iniciais de redução de recursos. O aumento de homicídios demonstrou que essa política tem um custo proporcional em vidas humanas. Em 2017, os recursos voltaram ao

mesmo patamar de 2014 e o estado ainda precisa urgentemente superar a situação do parcelamento do salário dos servidores da Segurança.

Uma informação positiva trazida pelo Anuário foi o aumento relevante de 30% do número de armas de fogo apreendidas pelas polícias no último ano. Esse importante indicador havia subido apenas 12% nos últimos 10 anos, enquanto os homicídios praticamente dobraram no estado. É importante destacar que o aumento de apreensão de armas de fogo esteve presente em todas as experiências exitosas de redução de violência do mundo, como Nova York e Bogotá, sendo fundamental, portanto, manter e ampliar esse foco ao longo dos próximos anos.

O aumento de 36% dos registros de estupro precisa de toda a atenção e uma análise mais detalhada, pois esse crime em geral tem mais de 90% de subnotificação, e os feminicídios tiveram uma queda de 16% entre 2015 e 2017. A avaliação cuidadosa desses números, para diferenciar o que é aumento dos registros e aumento efetivo da violência, somente pode ser feita por meio de uma Pesquisa de Vitimização anual, que infelizmente o estado jamais realizou.

No RS a transparência dos dados ainda é um desafio, com os critérios de divulgação se modificando de forma recorrente. Por isso, da mesma forma que o FBSP vem lutando no Congresso Nacional pela aprovação de uma Lei de Transparência da Segurança Pública, o mesmo deve ocorrer no estado, com a aprovação de uma nova Lei na Assembleia que abra os registros oficiais da Segurança, resguardando a identidade das pessoas, para permitir o monitoramento de todos os indicadores, seguindo as experiências exitosas do mundo. A criação de um Instituto Estadual de Segurança potencializaria muito a produção de análise criminal, um aspecto elementar para a qualificação da gestão, tema em que nosso estado se encontra muito atrasado, sem ainda ter sequer o georreferenciamento das ocorrências policiais.

Nesse momento em que nos aproximamos de um novo período eleitoral, é mais urgente do que nunca que a Segurança Pública receba o investimento e a atenção que merece. A crise vivida nesses anos precisa deixar uma grande lição para quem ocupar o Palácio Piratini em 2019: a Segurança Pública precisa ser a grande prioridade de qualquer governo desde o seu primeiro instante, pois sem segurança todos os fundamentos de nossa sociedade se desfazem e não é possível pensar em saúde, educação, desenvolvimento, liberdade e democracia.

Sem dúvida a crise financeira é um fator de dificuldade, mas as evidências internacionais demonstram que é possível reduzir a violência com estratégias inteligentes e integradas usando os recursos já existentes. A Operação Pulso Firme, que transferiu líderes de facções para o sistema federal, as ações de combate à lavagem de dinheiro e as operações com foco específico em homicídios e armas de fogo são exemplos importantes de como é possível reduzir a violência com mais inteligência e integração. Para isso, no entanto, o Rio Grande do Sul ainda precisa avançar em ações de prevenção baseadas em evidências, em gestão por resultados e na melhoria do controle sobre a execução da pena em nosso vergonhoso sistema prisional.

Necessitamos de um grande Pacto Estadual de Segurança, liderado pelo próprio Governador do estado, que aponte prioridades claras baseadas nas experiências exitosas e que integre o conjunto das forças públicas e sociais do estado, combinando pensamento inovador, apoio em evidências científicas e capacidade de unir esforços, três desafios centrais para que o Rio Grande do Sul e o Brasil possam voltar a sonhar com a paz.

---

<sup>1</sup> *Primeira Pesquisa de Vitimização de Porto Alegre. Porto Alegre: Instituto Cidade Segura, 2018.*

**Alberto Kopittke**

Diretor Executivo do Instituto Cidade Segura e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



## HOMICÍDIOS DOLOSOS



## LATROCÍNIO

**124** pessoas foram vítimas em 2017

A taxa de latrocínios **caiu 13%** entre 2014 e 2017

## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **33** vítimas no ano de 2017

**Redução de 37%** de 2014 para 2017

## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**6** policiais foram assassinados em 2017

Mesmo índice de ocorrências em 2014

**50%** em serviço

**50%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**135** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**506** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017

**Crescimento de 45,2%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**280** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **83** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **26,2**

Entre pessoas negras **36,8**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/Gr/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.



## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**143.275** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Redução de **3,5%** no período, sendo **34.779** veículos subtraídos em 2017



**434** registros de **carga roubada** em 2017

↑ **Aumento de 165,2%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**33.868** presos em 2016

↑ **Crescimento de 20%** de 2014 a 2016

**1,6 detento** para cada **1 vaga**

**37,6%** de todos os detentos são **provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 338,00** gasto per capita em 2017

**3,8 Bilhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



**Crescimento de 3,7%** entre 2014 e 2017



## VIOLÊNCIA SEXUAL



**4.372** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



**Aumento de 36%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**4.269** notificações de desaparecimento em 2017



**Redução de 57,3%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **28.134** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**9.477** armas apreendidas no último ano



**Aumento de 18,6%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública em



# Rondônia

## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ):** 0,375 - 16º estado com maior índice no país

**População:** 1.805.788 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 957,00 - 13º entre os estados

**IDH:** 0,690 - 15º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 25º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Violência e Cárcere em Rondônia

O Estado de Rondônia tem uma história peculiar e que, quiçá, bem explica a violência e conflitualidade que nele ocorrem, pois sua colonização repetiu, em grande medida, a própria história da colonização do Brasil com a dizimação de povos indígenas e desterritorialização de povos tradicionais. Sempre justificados no suposto avanço do desenvolvimento nacional e defesa das fronteiras, grandes empreendimentos foram impostos à Amazônia, como as estradas de ferro para transportar a borracha dos seringais, as rodovias para interligar o Sul/Sudeste ao pacífico, a exploração de madeira e minerais e, mais recentemente, a criação de grandes hidrelétricas. A partir dos anos 1970, durante a ditadura civil-militar, fora criado o Programa de Integração Nacional – PIN, que prometia uma “terra sem homens para homens sem terra” gerando um crescimento populacional elevadíssimo e imediato sem correspondente estrutura urbana e rural.

A história da colonização de Rondônia, portanto, também explica a violência e o grande número de conflitos que permeiam sua sociedade. Por exemplo, no ano de 2016, Rondônia foi o lugar do mundo mais violento em termos de conflitos pela posse da terra e os registros desta natureza aumentam desde o notável caso Corumbiara (1995).<sup>1</sup>

O número de homicídios registrados em Rondônia, comparativamente a outros estados da federação, é muito alto e representa conflitos sociais ainda pouco trabalhados, pois grande parte deles é relacionada a pessoas que trabalham no campo, nos garimpos e nos grandes empreendimentos os quais deixam para trás um rastro de desempregados, desalojados, desterritorializados, enfim, pessoas sem trabalho e sem perspectivas, marginalizadas.

Como se pode perceber, os vários ciclos de “colonização exploratória” de Rondônia geraram espólios sociais que, ante as fracas políticas públicas sociais e ausência de medidas preventivas eficazes, acirram a conflitualidade gerando

grande violência. Os dados ora apresentados demonstram que a criminalidade aqui é violenta, é sangrenta, pois é alarmante o número de mortes violentas intencionais, destacando-se os homicídios dolosos e latrocínios.

O número de desaparecidos também se relaciona muito à história de Rondônia vez que a cada ciclo “desenvolvimentista” grande número de migrantes se desloca em busca de melhores condições de vida, mas nem sempre obtém aqui seu eldorado. Aliás, é urgente a realização de um projeto envolvendo todos os responsáveis pela segurança pública voltado à identificação e localização das pessoas desaparecidas em Rondônia, pois o quantitativo de pessoas nesta situação é alarmante e hoje inexistem políticas públicas destinadas a solucionar esta questão tão importante e necessária.

É preocupante o crescimento da taxa de estupro no período 2014-2017 (17,1%), sobretudo porque desde 2013 o Anuário Brasileiro de Segurança Pública vem registrando crescimento neste tipo penal, sendo premente analisar se tal é explicado pelo aumento no número de denúncias em razão das campanhas de sensibilização e esclarecimento, mormente para crianças e adolescentes, maior acesso ao Disque 100 ou se representa ineficiência no enfrentamento do tema em termos de segurança pública e assistência social.

A violência familiar é destaque em Rondônia sendo hoje a principal causa de prisões em flagrante, dado constatado empiricamente nas audiências de custódia e que, muito provavelmente, explique o crescimento no número de pessoas presas provisoriamente. No entanto, é essencial estudar a eficácia da aplicação destas medidas tão complexas, pois os dados demonstram crescimento muito elevado no número de prisões o que igualmente representa alta taxa de ocorrências criminais que podem indicar a ausência de políticas públicas sociais voltadas para a prevenção do crime e restauração das partes envolvidas.

As informações prisionais indicam aumento a cada ano em todos os quesitos, tanto de pessoas privadas de sua liberdade por sentença definitiva quanto provisória, ao mesmo tempo em que os gastos com segurança pública caíram 29,3% nos últimos quatro anos, demonstrando um grande e preocupante descompasso, pois a falta de investimento em segurança pública obviamente é permissiva de aumento da criminalidade e de ineficiência do setor penitenciário.

Conclui-se então que, embora crimes contra o patrimônio como roubo e furto de veículos tenham diminuído em Rondônia no ano de 2017, os de estupro e latrocínio, bem como o número de pessoas desaparecidas que, se esclarecidas as circunstâncias, podem aumentar o número de crimes contra a vida, em sua relação com a acentuada diminuição nos gastos com segurança pública, expressam que o decréscimo criminal não pode, assertivamente, ser atribuído a um esforço da segurança pública. Por outro lado, a elevação dos crimes contra a pessoa em um cenário de falta de investimentos indica a necessidade de a segurança pública, a assistência social e a educação, de maneira articulada, analisarem, desde a história inicial da criação de Rondônia até hoje, os conflitos sociais no campo, nos garimpos e seringais - os quais refletem a criminalidade por toda a parte, inclusive, nas famílias -, como forma de enfrentar a conflitualidade que tem se revelado tão violenta.

---

*<sup>1</sup> O episódio conhecido como "Massacre de Corumbiara" ocorreu em 1995 durante a reintegração de posse de uma área rural ocupada por trabalhadores sem-terra e resultou na morte e agressão de muitos camponeses e de alguns policiais.*

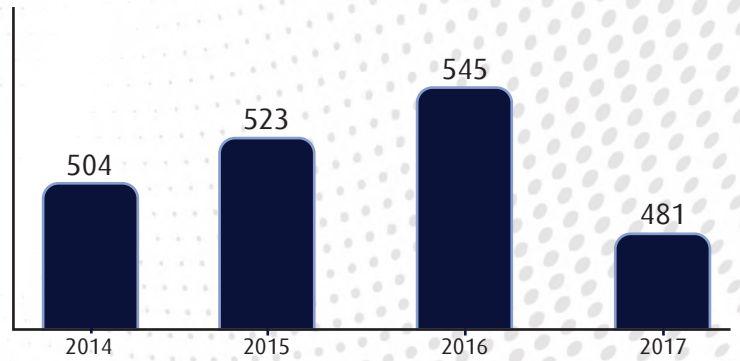
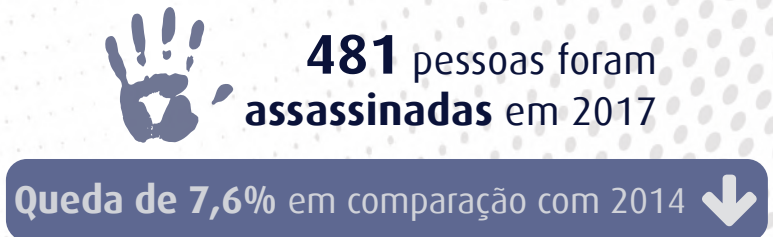
## **Priscila Matzenbacher Tibes Machado**

Promotora de Justiça e Diretora do Centro de Apoio Operacional da Cidadania, do Ministério Público de Rondônia, mestranda em direitos humanos e desenvolvimento da justiça-UNIR.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



## HOMICÍDIOS DOLOSOS



## LATROCÍNIO

**21** pessoas foram vítimas em 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **6** vítimas no ano de 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**0** policiais foram assassinados em 2017

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**2** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**41** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017

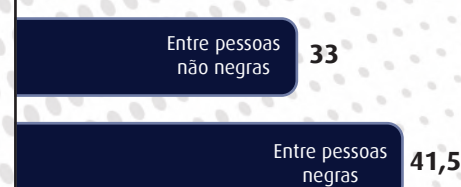


## MORTES DE MULHERES



**66** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **54** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA



Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018. IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**18.705** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Redução de **5,9%** no período, sendo **4.230** veículos subtraídos em 2017



**0** registros de **carga roubada** em 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**10.832** presos em 2016



**Crescimento** de **9,7%** de 2014 a 2016

**2,2 detentos** para cada **1 vaga**

**17%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 447,00**  
gasto per capita em 2017

**807 Milhões**  
gasto pelo Estado  
no ano de 2017



Redução de **29,3%**  
entre 2014 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**941** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



**Aumento** de **17%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**1.231** notificações de desaparecimento em 2017



Redução de **2,9%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **4.805** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**1.020** armas apreendidas no ano de 2016



**Aumento** de **13,3%** de 2014 a 2016

# Segurança Pública em

# Roraima



## 2014 a 2017

### Estadísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IV):** 0,454 - 5º estado com maior índice no país

**População:** 522.636 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 1.006,00 - 12º entre os estados

**IDH:** 0,707 - 13º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** O estado não respondeu o questionário de avaliação

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Os principais desafios do futuro governador(a) de Roraima no que tange às políticas de segurança pública, prisional e de imigração

A crise pela qual passa o nosso país é sentida, em Roraima, de um modo diferenciado. A energia elétrica que provém da Venezuela e abastece os Roraimenses é uma ferida aberta para a economia local. Não bastasse essa dependência, a crise da imigração exige, por sua vez, um segundo sacrifício: a entrada irrestrita e sem fiscalização de milhares de pessoas carentes de recursos e de assistência.

Estes são, de fato, alguns dos problemas atuais de Roraima. Existem muitos outros. Todavia, problemáticas típicas como segurança pública, educação, saúde, geração de empregos, etc., somadas a estas novas circunstâncias, levam à necessidade de pensarmos esta conjuntura em sua singularidade. Lembremos que a Venezuela é mundialmente conhecida por possuir a maior reserva mundial de petróleo bruto, com mais de 300 milhões de barris. Em 2014 o preço do petróleo caiu de 115 dólares à quase metade disso. Com uma economia pautada no ouro negro, o belo país vizinho definha.

Ora, em 2014, as mortes violentas intencionais foram contabilizadas em 78, enquanto no ano de 2017 foram registradas 230. Homicídio doloso saltou de 72 (2014) para 212 (2017). Em relação às informações quanto ao sistema prisional, a população carcerária total no estado constava em 1604 (2014) e saltou para 2339 (2016). Observemos que o ano de 2014 é um marco para estas análises, na medida em que a decadência da economia venezuelana gera a imigração que hoje representa, talvez, o maior desafio a ser tratado pelo novo governador(a) de Roraima. Há que entender essa situação em âmbito sistêmico e também através de suas repercussões sociais, culturais, educacionais, políticas e econômicas.

A imigração já dada não será desfeita, pois, como bem explica Aristóteles, o que foi feito não pode não ter sido feito. No caso, os imigrantes que já estão no estado, sobretudo os com documentos de permissão, seja esta definitiva ou provisória, já estão postos no contexto de

receber atenção e cuidados, pois, pela lei, possuem direitos e deveres. Por outro lado, os noticiários apresentam cotidianamente diversas iniciativas de frear esta imigração massiva, ou atenuá-la. Para quem vive no estado, sobretudo em cidades como Pacaraima, Mucajaí, Rorainópolis e Boa Vista, a arquitetura e muitos costumes modificaram-se. Antes, menos necessários, muros, cercas e câmeras tornam-se objetos obrigatórios.

A ditadura da tranca se tornou norma. Tomemos o caso de Boa Vista como exemplo. A Rodoviária e a praça Simón Bolívar receberam atenção internacional por representar a permanência de milhares de pessoas em um pequeno espaço, espécie de campo de concentração sem muros e amarras. Estas pessoas, ali, evidentemente sem os devidos cuidados de saúde, alimentação e moradia, são, metaforicamente dizendo, como que uma incógnita de decisões que estabelecem como normal esta situação de miséria e desemprego. E o Brasil que, por sua vez, se esforça em permanecer em sua crise institucional e política, hoje possui recursos escassos, tanto para as políticas públicas convencionais quanto para estas novas demandas. Então, de sua parte, o imigrante oferece, quase que como regra, uma mão de obra precária nas ruas da cidade.

Ainda que muitos destes que estão em Roraima possuam alguma qualificação profissional, não há iniciativas pujantes entre os países da América Latina que fomentem a troca de mão de obra qualificada. A dizer a verdade, o Mercosul pecou por jamais promover iniciativas legais, educacionais e profissionais que alavancasse uma real interação internacional-profissional entre os países. Ou exportamos, ou importamos, ou fazemos turismo. O Mercosul, para além disso, parece não existir. Dada essa situação, o imigrante recebe poucas oportunidades, ainda que haja, é verdade, ONGs colaborando e os Acampamentos de Refugiados montados pelo Exército Brasileiro e a Agência das Nações Unidas para Refugiados. Este imigrante e a repercussão de sua existência, tanto individual



quanto no coletivo popular, é um dos maiores desafios de Roraima e do Brasil.

Certamente os representantes responsáveis pela condução do estado terão a missão de articular, com sabedoria, prudência e sensibilidade, uma forma de dirimir os efeitos negativos desta imigração. Todavia, a anos luz desta inclusão, os casos de preconceito aumentam dia a dia, pois, na medida em que a população sem trabalho fixo cresce, decorre, quase que automaticamente, uma aceleração exponencial da violência. Por sua vez, o roraimense sente, nas ruas, uma estética da miséria, porque vê diariamente milhares de pessoas viverem em situações insalubres. Infelizmente, sua generosidade, muitas vezes, é arrebatada por um sentimento de indignação e revolta por não haver políticas públicas ou ações governamentais que solucionem este descaso.

O Estado de Roraima, posto sob estas novas circunstâncias supracitadas, carece de melhorias em áreas estratégicas como a da segurança pública, saúde, educação geração de empregos, entre outras. É fundamental que os representantes do povo estejam à altura dos desafios e administrem com eficiência e responsabilidade os recursos públicos, de modo a tornar essa conjuntura que parece, neste momento, negativa, em uma pujante economia da solidariedade e respeito com todos os que aqui estão.

## **Edgard Vinícius Cacho Zanette**

Doutor em Filosofia pela UNICAMP. Pós-Doutorado pela UFU. Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da UERR.

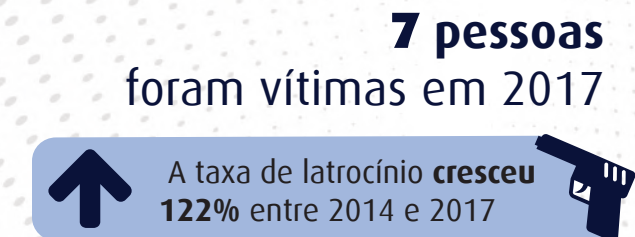
## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS



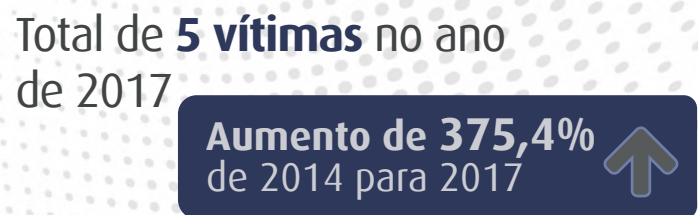
## HOMICÍDIOS DOLOSOS



## LATROCÍNIO



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE



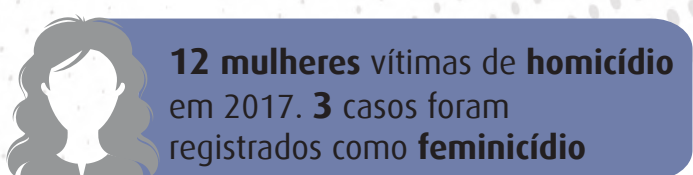
## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



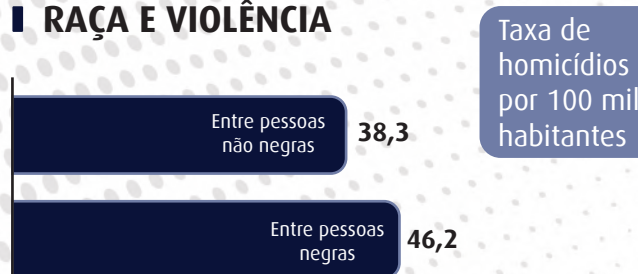
## LETALIDADE DAS POLÍCIAS



## MORTES DE MULHERES



## RAÇA E VIOLÊNCIA



Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarcerados para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais no ativo considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Esdial, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**2.942** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2016



Aumento de **29,4%** no período, sendo **1.203** veículos subtraídos em 2016



Os dados de roubo de carga não foram informados pelo estado



## SISTEMA PRISIONAL



**2.339** presos em 2016



Crescimento de **41,3%** de 2014 a 2016

**2 detentos** para cada **1 vaga**

**44%** de todos os detentos são provisórios

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 759,00**  
gasto per capita em 2017

**396 Milhões**  
gasto pelo Estado no ano de 2017



Aumento de **32,4%** entre 2014 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**82** pessoas foram vítimas de estupro em 2016



Redução de **71,5%** nas notificações de estupro de 2014 a 2016



## DESAPARECIMENTOS



Os dados de desaparecimentos de 2016 e 2017 não foram informados pelo estado



## ARMAS DE FOGO

**47** armas apreendidas no ano de 2016



Redução de **69,9%** de 2014 a 2016

# Segurança Pública em

# Santa Catarina

## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IV):** 0,209 - 27º estado com maior índice no país

**População:** 7.001.161 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 1.597,00 - 4º entre os estados

**IDH:** 0,774 - 3º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 13º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Santa Catarina em perspectiva: novos desafios para a agenda da segurança pública.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por meio das informações apresentadas neste Anuário, chama a atenção para a importância das análises regionais e suas especificidades, conectando essa diversidade de realidades a uma dimensão global. No caso de Santa Catarina, este material permite conhecer como diversas modalidades de crimes evoluíram em um estado que, embora não apareça entre aqueles com as maiores taxas de homicídios do país, passa a experimentar tendências de incremento nos seus índices de mortalidade violenta intencional (MONTEIRO, 2009).

Desde 2002, ano que marca o início de uma trajetória de intenso crescimento das taxas de homicídios no estado, duas regiões vêm revezando sua contribuição para o aumento destes índices: o Litoral Norte e a Grande Florianópolis (MONTEIRO, 2018). Joinville, por exemplo, município mais populoso de Santa Catarina e localizado no Litoral Norte, elevou sua taxa de homicídios em 154% no período de 1996 a 2017 e Florianópolis em 272% alcançando 37,2 mortes para cada cem mil habitantes,<sup>1</sup> superior inclusive à média brasileira (CERQUEIRA, 2018).

Desta forma, os dados deste Anuário ajudam a visualizar o impacto das variações locais nas taxas gerais do estado. Nos últimos anos verificamos que tanto o número quanto as taxas de mortes violentas intencionais cresceram. Enquanto em 2014, a taxa correspondia a 13,7, em 2017 este valor cresceu para 16,5, o que representa uma elevação de 20,8%. Uma vantagem destas informações é que podemos desagregar os índices de violência letal, e assim, constatar também que as taxas de homicídios dolosos aumentaram 25,2%, a de latrocínios, 2,8% e a de feminicídios, 1,6%.

Há muito tempo, diversos especialistas chamam a atenção para a importância da redução da circulação de armas de fogo como uma importante política para a queda de homicídios. Entretanto, em Santa Catarina, parece ocorrer um movimento contrário, a medida em que houve

redução de 13,1% na taxa de apreensão de armas de fogo no período em análise.

A despeito da redução das taxas de roubo e furto de veículos de 21,2%, todas as outras modalidades de crimes apresentaram tendências de elevação. Por exemplo, ocorreu um incremento relevante na taxa de roubo de cargas, 83,4%. Em relação aos crimes contra a pessoa, a taxa de estupro registrados em Santa Catarina aumentou 35,5%, o que pode ser reflexo tanto de um incremento real no número de casos, quanto de um declínio na subnotificação dos dados em decorrência de diversos fatores: maior conscientização acerca da violência de gênero, bem como maior credibilidade das instituições especializadas. Outra estatística preocupante diz respeito ao número de pessoas desaparecidas, que aumentou 115,1%, passando de uma taxa de 51,5 para 110,7.

Seguindo a tendência nacional, a população carcerária de Santa Catarina aumentou 23,8%. Esta elevação não resultou em uma diminuição das taxas de homicídios, bem como de outros tipos de crimes. Além disso, o percentual de presos provisórios que em 2016 correspondia a 35,5% da população carcerária total, revela um cenário preocupante. Por conseguinte, também sabemos que para se obter sucesso nas políticas são necessários investimentos, os quais inopertunamente parecem ter diminuído no estado, já que tanto os gastos na função segurança pública quanto per capita sofreram redução nos últimos anos, 7% e 10,6% respectivamente.

Este cenário aponta para a necessidade de fomentar uma agenda que tenha como foco a produção de políticas inteligentes baseadas, sobretudo, em informações consistentes, e que articule diversos atores, sejam eles, profissionais da própria área, sociedade e produtores de conhecimento. Deste modo, as informações apresentadas pelo Anuário contribuem para uma melhor avaliação destes fenômenos no estado, seja em perspectiva comparada seja em relação a sua evolução no tempo.

## Referências:

MONTEIRO, F. M. Uma tragédia anunciada: estudo da dinâmica das taxas de homicídios nos municípios de Santa Catarina no período de 1996 a 2008. [dissertação] Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2009.

MONTEIRO, F. M. Trajetória das taxas de homicídios em Santa Catarina no período de 1983 a 2017. Paper apresentado no XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) – realizado na cidade de Curitiba - 31 de julho a 3 de agosto de 2018 (Universidade Federal do Paraná).

CERQUEIRA, D. LIMA, R. & BUENO, S. Atlas da Violência 2018: Políticas Públicas e Retratos dos Municípios Brasileiros. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Rio de Janeiro, 2018.

---

*<sup>1</sup> A taxa de homicídios para o ano de 1996 nos municípios de Florianópolis e Joinville foram coletadas no portal Atlas da Violência (IPEA e FBSP). No que se refere ao de 2017, utilizamos os dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina que podem ser acessadas por meio do seguinte site: <http://portal.ssp.sc.gov.br/sspestatisticas.html>. Estas informações correspondem aos de mortes violentas intencionais e contemplam as seguintes categorias: homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, homicídio em decorrência de ação da polícia civil e militar e policial civil e militar morto em serviço.*

**Felipe Mattos Monteiro**

Professor da Universidade da Fronteira Sul, doutorando em Sociologia (USP), pesquisador do Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (UFSC - NIPP).

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

**1.158** pessoas foram vítimas de MVI em 2017, com uma taxa de **16,5** por 100 mil habitantes

2º estado **menos violento** do país

**Aumento de 20,8%** em relação a 2014

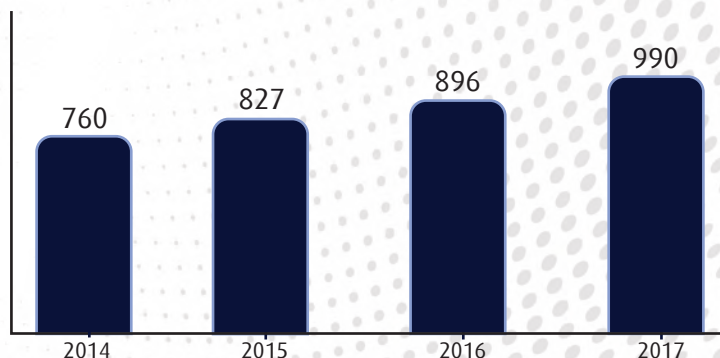


## HOMICÍDIOS DOLOSOS



**990** pessoas foram assassinadas em 2017

Alta de **25,2%** em comparação com 2014



## LATROCÍNIO

**61** pessoas foram vítimas em 2017



A taxa de latrocínio **creceu 2,8%** entre 2014 e 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **30** vítimas no ano de 2017

**Aumento de 121,7%** de 2014 para 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**2** policiais foram assassinados em 2017

**Redução de 50%** de 2014 a 2017



**0%** em serviço

**100%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**77** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**292** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017



**Redução de 18,7%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**110** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **48** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **12,6**

Entre pessoas negras **22,4**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarcerados para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**67.262** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Redução de **21,2%** no período, sendo **14.939** veículos subtraídos em 2017



**208** registros de **carga roubada** em 2017

↑ **Aumento de 83,4%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**21.472** presos em 2016

↑ **Crescimento de 23,8%** de 2014 a 2016

**1,5 detento** para cada **1 vaga**

**35%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 322,00** gasto per capita em 2017

**2,2 bilhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



Redução de **7%** entre 2014 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**3.993** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



**Aumento de 35,5%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**7.752** notificações de desaparecimento em 2017



**Aumento de 115%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **21.728** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**3.565** armas apreendidas no último ano



**Redução de 13,1%** de 2014 a 2017



# Segurança Pública em



# São Paulo

## 2014 a 2017

### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IV):** 0,209 - 26º estado com maior índice no país

**População:** 45.094.866 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 1.712,00 - 2º entre os estados

**IDH:** 0,783 - 2º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 18º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Números atuais indicam persistência da violência

Os dados apresentados neste Anuário revelam discretas tendências tanto da dinâmica da violência e do movimento dos crimes no Estado de São Paulo quanto das ações desencadeadas no domínio da segurança pública. Como sabemos, esses dados não podem ser lidos per se, pois representam fatos conectados que traduzem o encadeamento de ações de diferentes atores, sejam vítimas, agressores, testemunhas ou aqueles que dispõem da função pública de prevenir e reprimir crimes. Em uma primeira leitura, o que os dados parecem revelar é uma tendência geral para estabilização de padrões de comportamento criminal a despeito de sensíveis variações.

Considerado o período de 2014-2017, os crimes letais intencionais mantiveram a curva descendente à exceção de lesão corporal seguida de morte. De fato, as taxas de mortes violentas intencionais e homicídio doloso revelaram quedas significativas, respectivamente 18,9% e 24,4%. Ainda que o efetivo alcance desses números suscite apaixonado debate entre inúmeros pesquisadores e estudiosos, parece inegável que, a longo prazo, os habitantes deste estado da federação venham convivendo com a redução do risco de ser vítima de agressões fatais. Suas razões ainda demandam estudos criteriosos e o desenvolvimento de modelos explicativos consistentes.

Nessa categoria, convém ainda destacar queda de praticamente 1/3 do número de policiais mortos. Trata-se de um dado significativo, pois pode significar redução das oportunidades de confrontos violentos entre policiais e criminosos, ou mesmo dos reconhecidos ciclos de vingança que, não raro, acompanham o mundo do crime e de seu combate legal. Não obstante o pequeno número de casos, salta aos olhos o crescimento (84%) da lesão corporal seguida de morte. É possível que parte dessas lesões tenha sido provocada por conflitos nas relações interpessoais que, em períodos anteriores, poderia derivar quase que mecanicamente de desavenças entre vizinhos, parentes, colegas de traba-

lho. Tais conflitos certamente permanecem explosivos, porém em menor intensidade convergem para supressão da vida de um ou mais participantes desses acontecimentos. Aqui também o Anuário tem a virtude de chamar a atenção dos pesquisadores para esse ângulo da dinâmica da violência no interior da sociedade.

Convém ainda observar o aumento nos casos de feminicídio, cuja taxa mais do que dobra em 2017 em relação aos anos anteriores. Dado que sua categorização criminal é recente, é possível que haja dúvidas, descrenças e suspeitas até mesmo quanto à perfeita caracterização dos fatos por parte dos agentes encarregados dos registros oficiais. No entanto, à medida que tais resistências venham a ser superadas, é esperado que tais números indiquem crescimento em anos subsequentes, como se observa em 2017. Igualmente, convém notar o crescimento (8,0%), no período, para os casos de estupro, crime cuja variação pode estar revelando, além do aumento real, a maior disposição das vítimas em denunciar ocorrências desta espécie à autoridade policial.

Quanto aos crimes contra o patrimônio, objeto de intensa inquietação coletiva, o número de ocorrências permanece elevado. Embora se verifique queda da taxa de roubo e furto de veículos (28,7%), aumentou a de roubo de carga (21,3%). Como se sabe, essa modalidade requer o concurso de vários agentes, que operam mediante organizada divisão social do trabalho para consecução de suas finalidades. Tudo indica portanto a existência de associações com o crime organizado. Se é assim, esta constatação vem sustentar descobertas em investigações científicas: facções criminosas, entre as quais o PCC em São Paulo, vem diversificando seus investimentos e operações para outras atividades que não apenas o comércio ilegal de drogas, funcionando como uma corporação, uma espécie de joint-venture, que controla uma gama variada de operações, em uma cadeia complexa que vai do financiamento primário à acumulação de capital.

Quanto à população prisional, os dados confirmam a tendência, firmada há décadas, de encarceramento em massa. Em contrapartida, o crescimento da oferta de vagas parece estar em processo de estagnação que repercute na ponta do sistema penitenciário: superpopulação com todas as consequências previsíveis em termos de degradação das condições de vida interna às prisões e de recrutamento de presos para o crime organizado. Agrava esse quadro a tendência ao crescimento da proporção de presos provisórios (30,7% no ano de 2016), mesmo considerando que esta proporção esteja abaixo da média para o país em seu conjunto, em torno de 40%.

Por fim, há outros indicadores que permitem avaliar mais diretamente o desempenho das agências encarregadas do controle dos crimes e da violência em geral. É de se destacar a queda da taxa de apreensão de armas (15,6%). Essa proporção pode estar traduzindo dois fenômenos: menor empenho dos agentes públicos no desarmamento da população e/ou menor circulação de armas entre população civil; este, por sua vez pode estar influenciando a queda dos desfechos fatais sob a forma de mortes violentas intencionais e homicídios dolosos. Ainda, a queda no volume de apreensão pode estar relacionada com outro indicador, qual seja a queda nos gastos com segurança pública. No período, esses gastos tanto em seu volume total quanto per capita recuaram respectivamente 9,2% e 11,4%.

**Sérgio Adorno**

Professor do Departamento de Sociologia e Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da USP.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

**4.831** pessoas foram vítimas de MVI em 2017, com uma taxa de **10,7** por 100 mil habitantes

Estado **menos violento** do país

**Redução de 18,9%** em relação a 2014

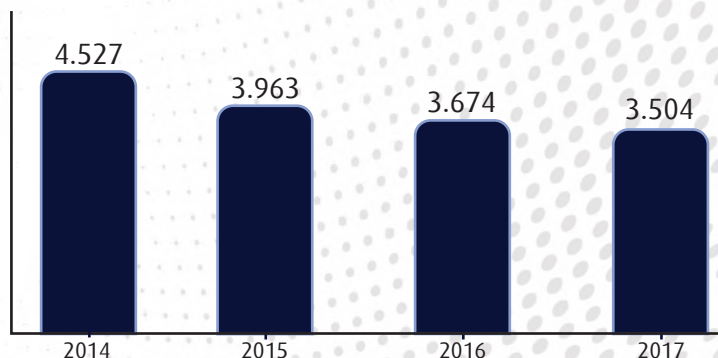


## HOMICÍDIOS DOLOSOS



**3.504** pessoas foram assassinadas em 2017

Queda de **24,4%** em comparação com 2014



## LATROCÍNIO

**338** pessoas foram vítimas em 2017



A taxa de latrocínio **caiu 14,3%** entre 2014 e 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **49** vítimas no ano de 2017

**Crescimento de 84%** de 2014 para 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**60** policiais foram assassinados em 2017

**Redução de 28,6%** de 2014 a 2017



**25%** em serviço

**75%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**940** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**3.587** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017



**Redução de 4,2%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**508** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **108** casos foram registrados como **feminicídio**

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **9,1**

Entre pessoas negras **13,5**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarcerados para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**772.525** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Redução de **28,7%** no período, sendo **172.793** veículos subtraídos em 2017



**10.584** registros de **carga roubada** em 2017

↑ **Aumento de 21,3%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**239.834** presos em 2016

↑ **Crescimento de 8,9%** de 2014 a 2016

**1,8 detento** para cada **1 vaga**

**30%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 256,00** gasto per capita em 2017

**11,5 bilhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



Redução de **9,2%** entre 2014 e 2017



## VIOLÊNCIA SEXUAL



**11.089** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



**Aumento de 8%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**25.200** notificações de desaparecimento em 2017



Redução de **20%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **107.257** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**15.597** armas apreendidas no último ano



Redução de **15,6%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública em

# Sergipe

## 2014 a 2017



#### Estatísticas do Estado:

**Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IV):** 0,440 - 9º estado com maior índice no país

**População:** 2.288.116 habitantes

**Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita (2017):** R\$ 834,00 - 21º entre os estados

**IDH:** 0,665 - 20º lugar no país

**Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018:** 24º lugar

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Desafios da Profissionalização da Segurança Pública em Sergipe

A segurança pública em Sergipe, a exemplo do que ocorre em outros Estados, tem sido marcada pelo crescimento vertiginoso do número de crimes violentos, os quais mais que dobraram entre 2006 e 2016, uma vez que nesse período a taxa de homicídio passou de 29,2 para 64,7 por 100.000 habitantes (FBSP, 2018).

Os dados sistematizados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018 apresentam uma tipologia diferente da usada pelo Atlas da Violência, mas indicam a mesma tendência de crescimento da violência. Assim, entre 2014 e 2017, a taxa de mortes violentas intencionais cresceu cerca de 15% e a de homicídios dolosos cerca de 9%. Nesse mesmo diapasão, o número de crimes contra o patrimônio também cresceu nesse período, a exemplo do roubo e furto de veículos, cuja taxa elevou-se em 10,6%.

No mesmo período, a taxa de mortes decorrentes de intervenções policiais cresceu 103%, passando de 4,0% das mortes violentas em 2014 para 7,1% em 2017. Algo que demonstra uma maior propensão ao uso da violência letal pelas forças policiais do Estado, o que não deixa de ser preocupante em relação aos métodos que estão sendo usados para combater o crescimento da criminalidade.

Tudo isso se dá ao mesmo tempo em que a criminalidade se interioriza, atingindo também os pequenos e médios municípios do Estado (Mendonça Filho e Ferreri, 2013).

Outro dado a ser mencionado é o crescimento do número de presos no já superpovoado sistema prisional em Sergipe. Embora o número de presos sob custódia das polícias tenha diminuído em cerca de 33% entre 2014 e 2015, o número total de presos no sistema prisional cresceu quase 7% entre 2014 e 2016. Com isso, a relação preso/vaga passa de 2,0 a 2,4 no mesmo período. Algo também a chamar a atenção é o elevado e crescente número de presos provisórios, os quais eram 52% do total em 2014 e em 2016 tornaram-se 63%.

Essa realidade crítica se fez acompanhar por uma redução nos gastos públicos com a segurança pública. Desde 2014 esses gastos vêm diminuindo, tanto em termos absolutos quanto em termos de gastos per capita, com reduções entre 2014 e 2017 de 6,9% e 9,7% respectivamente. Inverter esse quadro de decréscimo dos recursos alocados para a segurança pública será, certamente, um dos desafios que o governador a ser eleito em outubro desse ano terá pela frente.

Seja como for, todos esses dados mostram a gravidade da situação. E embora tenha havido uma redução de 12% no número de mortes violentas intencionais e de 14% no de homicídios dolosos entre 2016 e 2017, ainda é cedo para se afirmar se esta é uma tendência de longo prazo ou apenas um fenômeno sazonal.

Desde a década passada diversos estudos vêm apontando para o déficit de profissionalização das instituições da segurança pública no Estado. O estudo de Costa (2005), por exemplo, mostrava que a formação policial na Polícia Militar era pouco adequada ao exercício de uma atividade policial respeitadora dos direitos dos cidadãos.

Essa mesma tendência foi apontada por Passos e Neves (2013) nas políticas de implantação do policiamento comunitário no Estado. As resistências entre os gestores e os operadores da segurança pública a esse método de policiamento, que o viam como ineficaz e sem relação com o trabalho da polícia, inviabilizavam sua aplicação prática e reforçava os valores que associavam segurança pública a repressão.

Isso não significa que algumas iniciativas visando uma maior profissionalização da segurança não tenham sido tentadas. Em 2009 foram criados dois órgãos junto à Secretaria de Segurança Pública que iam nessa direção. O primeiro foi a Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEACRIM), responsável pela elaboração de estatísticas e análises sobre os fatores de criminalidade. Esse órgão tem sido, segundo relatos de

alguns técnicos envolvidos com a atividade, fundamental no planejamento nas atividades da secretaria, tais como o dimensionamento de efetivos em determinadas regiões, o combate prioritário a determinados tipos de crime e a criação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), áreas geográficas com características criminais comuns. Além disso, o CEACRIM é responsável pela elaboração de editais da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (FAPITEC) para pesquisas acadêmicas que possam auxiliar na elaboração de políticas públicas na área de segurança.

A segunda dessas medidas foi a criação do Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (CIOSP), com vistas a integrar as operações das polícias civil e militar no combate à criminalidade.

Essas iniciativas, contudo, têm enfrentado alguns problemas. A grande rotatividade, por razões político-partidárias, na cúpula da Secretaria de Segurança torna a continuidade dessas medidas muito dependente do engajamento, ou não, dos novos gestores com a modernização da segurança pública.

Nesse sentido, o vencedor das próximas eleições precisará apoiar e aprofundar essas iniciativas de profissionalização se quiser diminuir os índices de criminalidade de forma duradoura.

#### Referências:

IPEA,FBSP. Atlas da Violência 2018 Rio de Janeiro: IPEA 2018. [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP\\_Atlas\\_da\\_Violencia\\_2018\\_Relatorio.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf).

FERRERI, Marcelo; MENDONÇA FILHO, M. C. C. . Contradições do Cotidiano nos Homicídios por Motivo Fútil no Baixo São Francisco: Pistas Para Pensar a Interiorização da Violência. *P o l i s e P s i q u e*, v. 4, p. 54-72, 2014.

COSTA, KARLA P. B. Processos sociais e educativos na formação do soldado: um olhar sobre a Polícia Militar de Sergipe. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2005.

PASSOS, G. DA R. ; NEVES, Paulo S. C. . A Integração entre Polícia e Comunidade para o Enfrentamento da Violência, Mito ou Realidade? O Exemplo da Polícia Comunitária em Sergipe.. In: Manoel Mendonça Filho e Marcelo de Almeida Ferreri. (Org.). *Instituições e Cotidiano: Formas e Intensidades no Enfrentamento do Comum*. 1ed.São Cristóvão-SE: EDUFS, 2013, v. 1, p. 295-317

**Paulo S. C. Neves**

Pesquisador do CNPq e Prof. Titular da Universidade Federal do ABC. Entre 1997 e 2018 foi professor e pesquisador na Universidade Federal de Sergipe.



## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

**1.275** pessoas foram vítimas de MVI em 2017, com uma taxa de **55,7** por 100 mil habitantes

7º estado **mais violento** do país

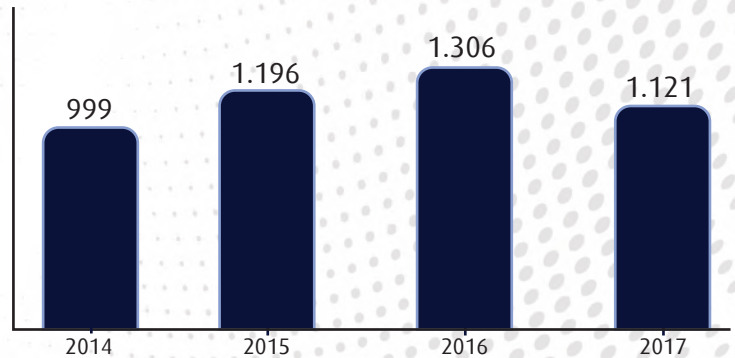
**Aumento de 14,8%** em relação a 2014

## HOMICÍDIOS DOLOSOS



**1.121** pessoas foram assassinadas em 2017

Alta de **8,9%** em comparação com 2014



## LATROCÍNIO

**59** pessoas foram vítimas em 2017



A taxa de latrocínio **creceu 73,4%** entre 2014 e 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **5** vítimas no ano de 2017

**Aumento de 142,5%** de 2014 para 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**8** policiais foram assassinados em 2017

**Crescimento de 14,3%** de 2015 a 2017



**0%** em serviço

**100%** fora de serviço

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**90** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**270** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017



**Crescimento de 103%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**69** mulheres vítimas de homicídio em 2017. **6** casos foram registrados como **feminicídio**.

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **15,2**

Entre pessoas negras **79**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarceradas para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Estadiv, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018. IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**13.280** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Aumento de 10,6% no período, sendo **3.687** veículos subtraídos em 2017



Os dados de roubo de carga de 2016 e 2017 não foram informados pelo estado



## SISTEMA PRISIONAL



**5.316** presos em 2016



Crescimento de 6,9% de 2014 a 2016

**2,4 detentos** para cada **1 vaga**

**63%** de todos os detentos são provisórios

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 370,00** gasto per capita em 2017

**845 Milhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



Redução de **6,9%** entre 2014 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**389** pessoas foram vítimas de estupro em 2017



Redução de **26%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**441** notificações de desaparecimento em 2017



Queda de **30%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **1.908** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**1.013** armas apreendidas no último ano



Redução de **21,2%** de 2014 a 2017

# Segurança Pública no



# Tocantins

## 2014 a 2017

### Estadísticas do Estado:

Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ): 0,386 - 15º estado com maior índice no país

População: 1.550.194 habitantes

Rendimento Domiciliar Mensal Per Capita: R\$ 937,00 - 14º entre os estados

IDH: 0,699 - 14º lugar no país

Ranking de Qualidade de informação ABSP 2018: O estado não respondeu o questionário de avaliação

ABSP Edição especial 2018



FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA

## Segurança no Estado do Tocantins

O Tocantins foi criado no dia 5 de outubro de 1988, é um dos estados mais jovens na União e foi fruto da divisão do estado de Goiás. Devido a sua localização geográfica foi integrado à Região Norte, enquanto Goiás continuou na Região Centro-Oeste. A sua população é de 1,497 milhões, segundo o censo de 2010.

Quando analisamos os índices dos últimos anos sobre Mortes Violentas Intencionais, houve aumentos de 2014 até 2016, com um ligeiro destaque para 2016, e redução no ano de 2017 em relação ao ano anterior. Os números são os seguintes: em 2014 tivemos 353 mortes; em 2015 aumentaram para 395, em 2016 ficamos com 461 e terminamos com 412.

Quando verificamos os dados dos homicídios dolosos, temos a mesma evolução, o que reforça a imagem de uma sociedade em que a questão da violência é de extrema preocupação.

Em se falando de latrocínio, que é roubo seguido de morte, temos a menor incidência em 2015, com 9 casos, enquanto nos demais anos foram registrados entre 12 e 14 casos. Mas o que deve ser destacado é que os números de homicídios dolosos são muito maiores que os de latrocínios.

Façamos uma demonstração: em 2014 tivemos 327 homicídios dolosos e 14 latrocínios; já em 2015 tivemos 369 contra 9; em 2016 foram 427 versus 14 e em 2017, 349 e 12. Estes números nos mostram que a vida humana em Tocantins corre o risco de ser ceifada por motivos banais, não incluindo aí o roubo, ou seja, não temos aqui um fenômeno que pode ser explicado somente pela desigualdade social. Afinal as mortes são decorrência de conflitos sociais, sem que o interesse principal seja aquisição de bens da vítima.

A maioria das vítimas destes crimes é do sexo masculino, de cor negra ou parda e jovem, 32,8% estão nestas categorias, enquanto que 27,9% são brancos (Mapa da Violência de 2013). Vale a pena destacar que, neste quesito,

o Tocantins não é diferente dos demais Estados da nação.

O índice de lesão corporal seguida de morte é bem mais baixo, se compararmos com os homicídios dolosos e latrocínios, muitas destas ocorrências são fruto de conflitos familiares ou sociais. Neste quesito temos os seguintes números: em 2014 tivemos 9 ocorrências, em 2015 verificamos 7, já em 2016 vemos 5, fechando 2017 com 5.

Mas o que mais nos chama a atenção são os índices de morte decorrente de intervenção policial. Em um Estado em que vemos a violência tão enfronhada é esperado que o braço armado do Estado contribua bastante para a sua relevância, como poderemos notar.

Em 2014 a polícia foi responsável por 3 mortes, o que poderia demonstrar que estamos em um Estado da Federação em que o braço armado é por demais ponderado, mas ao verificarmos o ano de 2015 temos 10 mortes, em 2016 vamos para 15, culminando com 46 mortes em 2017.

Estes últimos índices são a demonstração de que simplesmente aumentar a repressão policial, sem nenhuma política de Estado mais voltada para as soluções dos problemas sociais mais profundos, é uma saída fácil, com resultados cada vez mais pífios. Senão vejamos, o aumento da letalidade policial não foi acompanhado de uma diminuição expressiva tanto dos índices de homicídios dolosos e muito menos do latrocínio.

Outro índice que não gostaríamos de deixar de lado é de morte de policiais, visto que os números no Tocantins parecem se diferenciar das demais unidades da Federação. Segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018, tivemos uma morte em 2014 e duas em 2015, não havendo vítimas policiais nos anos de 2016 e 2017. Verificamos que existe um enorme disparate na taxa de mortes produzidas pela corporação policial e as baixas de policiais em ação.

O que nos chama muito a nossa atenção é que a repressão policial no estado do Tocantins não é seguida de mortes de agentes da repressão de nenhuma maneira, o que temos é uma posição de aumento na repressão e uma inércia social frente a esta posição do Estado.

O que queremos dizer é que esta postura oficial só reforça o baixo respeito pela vida que existe em nossa sociedade.

### **João Batista de Jesus Felix**

Curso de Ciências Sociais Licenciatura, Área de Conhecimento Antropologia Social, Campus de Tocantinópolis. Professor Adjunto na UFT, Doutor em Antropologia Social, Coordenador do curso de Ciências Sociais. Filiado à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, à Associação Brasileira de Antropologia e à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

## MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

**412** pessoas foram vítimas de MVI em 2017, com uma taxa de **26,6** por 100 mil habitantes

8º estado **menos violento** do país

**Aumento de 12,7%** em relação a 2014

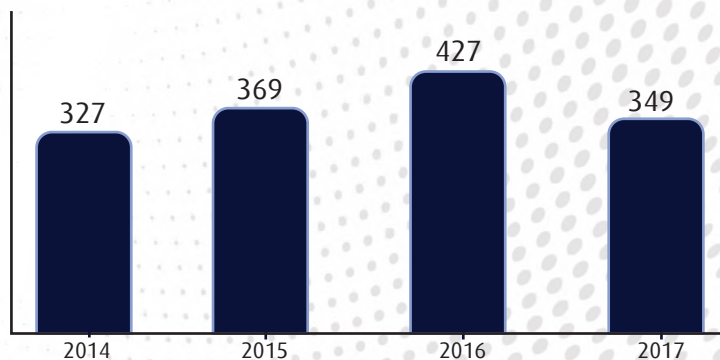


## HOMICÍDIOS DOLOSOS



**349** pessoas foram assassinadas em 2017

Alta de **3,1%** em comparação com 2014



## LATROCÍNIO

**12** pessoas foram vítimas em 2017



A taxa de latrocínio **caiu 17,2%** entre 2014 e 2017



## LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE

Total de **5** vítimas no ano de 2017

**Redução de 46,4%** de 2014 para 2017



## VITIMIZAÇÃO POLICIAL



**0** policiais foram assassinados em 2017

## LETALIDADE DAS POLÍCIAS

**46** pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais no ano de 2017

**74** pessoas mortas em intervenções entre 2014 e 2017



**Crescimento de 1.380%** entre 2014 e 2017

## MORTES DE MULHERES



**32** registros de feminicídio em 2017

## RAÇA E VIOLÊNCIA

Entre pessoas não negras **28,9**

Entre pessoas negras **38,5**

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Notas: (1) Todos os dados de crescimento ou diminuição referem-se à variação dos taxa por 100 mil habitantes com exceção dos que seguem. Para homicídios de mulheres, pessoas negras e pessoas não negras, os taxa referem-se apenas às populações especificadas (a cada 100 mil mulheres, por exemplo). No sistema prisional, o aumento refere-se os taxa de pessoas encarcerados para cada 100 mil pessoas maiores de 18 anos no estado. As taxa de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro de cada ano. Por fim, a taxa de mortalidade das policiais é por mil policiais na ativa considerando o efetivo das corporações Civil e Militar, a partir dos dados de efetivo da Esdial, referentes a 2014. (2) Despesas com segurança pública em R\$ constantes de 2017. (3) A fonte do dado de homicídio de mulheres é o Monitor da Violência/G1/FBSP/NEV. (4) A fonte do dado de raça e violência é o Atlas da Violência 2018 IPEA/FBSP.

## CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

**8.756** veículos furtados ou roubados de 2014 a 2017



Aumento de **5,2%** no período, sendo **2.307** veículos subtraídos em 2017



**8** registros de **carga roubada** em 2017

↓ **Redução de 29,8%** de 2014 a 2017

## SISTEMA PRISIONAL



**6.437** presos em 2016

↑ **Crescimento de 95%** de 2014 a 2016

**3,2 detentos** para cada **1 vaga**

**39%** de todos os detentos **são provisórios**

## GASTOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

**R\$ 522,00** gasto per capita em 2017

**810 Milhões** gasto pelo Estado no ano de 2017



Aumento de **13,2%** entre 2014 e 2017



## VIOÊNCIA SEXUAL



**584** pessoas foram **vítimas de estupro** em 2017



Aumento de **32,7%** nas notificações de estupro de 2014 a 2017



## DESAPARECIMENTOS

**288** notificações de desaparecimento em 2017



**Redução de 28,1%** entre os anos de 2014 e 2017

De 2014 a 2017, **1.141** pessoas foram dadas como desaparecidas

## ARMAS DE FOGO

**658** armas apreendidas no último ano



**Redução de 3%** de 2014 a 2017